



Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Economia Política

“Microcrédito” na Integração económica dos pobres em Cabo Verde
Contributos a partir de experiências de Cabo-verdianos a residir em Portugal

José Landim Monteiro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Economia e Políticas Públicas

Orientador:

Professor Doutor José Manuel Henriques

Prof. Auxiliar

Departamento de Economia Política

Escola de Ciências Sociais e Humanas

ISCTE - IUL

Novembro, 2012



Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Economia Política

“Microcrédito” na Integração económica dos pobres em Cabo Verde
Contributos a partir de experiências de Cabo-verdianos a residir em Portugal

José Landim Monteiro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Economia e Políticas Públicas

Orientador:

Professor Doutor José Manuel Henriques

Prof. Auxiliar

Departamento de Economia Política

Escola de Ciências Sociais e Humanas

ISCTE - IUL

Novembro, 2012

Dedicatória

Dedico de todo o coração este trabalho à minha mãe, Ernestina “Titina”, por me ter ensinado a viver pensando nos outros e por nossas condições de vida ter influenciado de forma decisiva os caminhos profissionais que escolhi para a minha vida.

Em geral dedico este trabalho a todos os que, assim como eu, acreditam que os seres humanos não nasceram para sofrer a dura realidade da pobreza.

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de expressar meu profundo agradecimento ao meu orientador, Prof. Doutor José Manuel Henriques, por todos os ensinamentos, amizade e compreensão. Sua sabedoria ajudou-me a encontrar caminhos para expressar as minhas ideias.

Agradeço à minha namorada, Ângela Varela, por todo o apoio nos momentos mais difíceis e pela compreensão dos longos momentos de ausência. O ter acreditado sempre em mim ajudou-me a ver que era possível contornar os obstáculos.

Ao meu primo e grande amigo, João Paulo Moreira, agradeço por sua amizade incondicional. Não seria justo se não agradecesse também de forma especial aos meus amigos, Elton Alves, Emanuel Lopes, Nelito e Joaquim Lima Lopes por tudo o que compartilhamos e que ajudou a formar bases para o caminho que acabei por trilhar. A todos os outros amigos e familiares agradeço pela compreensão da minha ausência e indisponibilidade.

Gostaria também de expressar meus agradecimentos à coordenadora do PEI – ACIDI, Dra. Ana Couteiro, e a toda equipa pela sua disponibilidade e apoio, ao Formador/Tutor PEI Miguel pelos seus amáveis comentários, à ANDC, na pessoa do Secretário-geral, Dr. José Centeio pela cedência de alguns documentos e contacto informal, aos técnicos Joana Dias e Gustavo Brito pela partilha das suas experiências de terreno com imigrantes e pessoas desfavorecidas e aos microempreendedores por terem partilhado de todo o coração suas histórias de vida e sua experiência enquanto criadores de própria iniciativa empresarial através do microcrédito.

Por fim agradeço a Deus por nos momentos mais difíceis incutir em mim o sentido de esperança e o desejo e sonho de mudar o mundo!

Resumo

Numa sociedade não é possível manter a paz e “progresso” duradouros baseando na promoção de mecanismos de exclusão social e pobreza. Portanto urge integrar todos aqueles que foram mantidos “fora do contexto humano”. O emprego é reconhecidamente o melhor caminho para tal. No entanto, atualmente, o seu acesso está cada vez mais dependente de nova iniciativa empresarial que por sua vez depende do contexto local. “Microcrédito” pode ser um instrumento eficaz contra a exclusão, que estimula a criação de microempresas, o crescimento e desenvolvimento económico e social.

Este trabalho procura compreender que contributo pode ter o “microcrédito” na integração económica dos pobres em Cabo Verde, a partir de análise de experiências de microempreendedorismo de Cabo-verdianos residentes em Portugal.

Na parte I é feita problematização do tema de investigação e apresentação de aspectos conceptuais, teóricos e empíricos do problema de investigação. Na Parte II contextualiza-se a Reestruturação global, a crise do Estado Providencia, do trabalho assalariado e a utilização do empreendedorismo para integração económica dos pobres; a emergência do “local” e importância da compreensão da relação global-local para a promoção da integração económica. A parte III dedica-se à compreensão do Microcrédito e sua importância para integração económica actualmente. A parte IV (prática) é dedicada à análise e apresentação dos resultados das entrevistas.

Por fim, conclui-se que o microcrédito apenas pode ter um contributo preponderante para a integração económica de famílias pobres se encarado de uma perspectiva integrada com outros esforços. Apenas acções fragmentadas de concessão de crédito podem não ser eficazes.

Palavras-chaves: Integração económica, Microcrédito, empreendedorismo, desenvolvimento local, globalização, pobreza, *JEL Classification System* (O20, R1)

Abstract

It's not possible, in a society to maintain lasting peace and "progress", based on promotion of social exclusion and poverty mechanisms. Therefore, it's urgent to integrate those who were kept "outside the human context". Employment is recognized as the best way to do so. However, currently, access is increasingly dependent on new business initiative which in turn depends on the local context. "Microcredit" can be an effective tool against exclusion, which encourages the creation of micro-enterprises, growth and economic and social development.

This work seeks to understand what contribution can have "microcredit" in economic integration of poor people in Cape Verde, from analysis of Microentrepreneurship experiences of Cape Verdeans living in Portugal.

In Part I is made questioning the subject of investigation and presentation of conceptual, theoretical and empirical aspects of investigation problem.

II Part contextualizes the global restructuring, the crisis of Providence state, wage labor and the use of entrepreneurship for economic integration of poor, the emergence of "local" and the importance of understanding global-local relationship to promote economic integration. Part III is devoted to understanding Microcredit and its importance for economic integration today.

Part IV (practice) is devoted to analysis and presentation of results of the interviews.

Finally, we conclude that microcredit can only have a preponderant contribution to economic integration of poor families if are seen in an integrated approach with other efforts. Only fragmented actions of credit may not be effective.

Keywords: Economic integration, microcredit, entrepreneurship, local development, globalization, poverty, *JEL Classification System* (O20, R1)

Índice

| | |
|--|-----------|
| Parte I – Problema de investigação | 12 |
| 1. Problema de Investigação e o seu contexto | 12 |
| 2. Aspectos conceptuais, teóricos e empíricos do problema de investigação | 14 |
| 1.1.1. Conceitos | 14 |
| 1.1.2. Pobreza absoluta | 14 |
| 1.1.3. Pobreza relativa | 15 |
| 1.1.4. Pobreza como (Dis) empowerment | 16 |
| 1.1.5. Pobreza: muito mais que apenas escassez de recursos monetários | 17 |
| 1.1.6. Emprego, Desemprego, Pobreza e papel da proteção social | 18 |
| 1.1.7. “Microcrédito”, “microempendedorismo” e “empendedorismo inclusivo” | 18 |
| 3. Compreendendo o termo “Desenvolvimento” | 19 |
| 1.1.8. As origens | 19 |
| 4. Desenvolvimento alternativo: Dudley Seers ao Amartya Sen | 23 |
| 1.1.9. Dudley Seers: O significado de Desenvolvimento | 23 |
| 1.1.10. Desenvolvimento alternativo: outros contributos | 25 |
| 1.1.11. Desenvolvimento alternativo: O contributo de Amartya Sen | 26 |
| 1.1.12. Reconfiguração do conceito de desenvolvimento | 28 |
| 1.1.13. Desafios do Milénio: O maior pacto para reduzir a pobreza mundial | 30 |
| 5. Integração económica no combate à pobreza | 31 |
| 1.1.14. Criação de riqueza: O papel da economia doméstica | 32 |
| 1.1.15. Desenvolvimento alternativo e integração económica | 34 |
| 1.1.16. “Whole Economy Model” | 35 |
| 6. Desenvolvimento comunitário: Promover a participação dos “disempowered” | 37 |
| 1.1.17. Paulo Freire, conscientização e acção colectiva | 38 |
| 2. Parte II. Reestruturação global, Emergência do “local” e importância da compreensão da relação global-local e vice-versa para a promoção da integração económica | 40 |
| 7. Reestruturação Global dos finais do século 20 | 40 |
| 2.1.1. O “regime de acumulação” Fordista | 41 |
| 2.1.2. Do Fordismo à “Acumulação Flexível” | 44 |
| 8. Crise do Estado Providencia, do trabalho assalariado e utilização do empreendedorismo para a integração económica dos pobres. | 46 |
| 2.1.3. Empreendedorismo: Elementos para a compreensão do conceito | 46 |
| 9. Utilização do Empreendedorismo para integração económica | 48 |
| 2.1.4. A crise do trabalho assalariado | 48 |
| 2.1.5. Crise do Estado Providência | 50 |
| 2.1.6. Políticas sociais: Da compensação à activação | 51 |
| 10. Emergência do “local” | 53 |

| | | |
|-----------|---|-----------|
| 2.1.7. | A mudança no paradigma do Desenvolvimento Regional | 53 |
| 2.1.8. | Globalização e importância de compreender a relação Global - local..... | 56 |
| 2.1.9. | Desenvolvimento local, Globalização e “desintegração regional” | 58 |
| 2.1.10. | Estratégias de Desenvolvimento regional endógeno: promover integração económica a partir das potencialidades de cada território. | 59 |
| 2.1.11. | Desenvolvimento local, Animação territorial e Integração económica dos pobres | 60 |
| 3. | Parte III – O “microcrédito” | 64 |
| 1. | “Microcrédito” na integração económica dos desfavorecidos – justificação Actual | 64 |
| 3.1.1. | As origens e o Grameen Bank | 64 |
| 3.1.2. | Microcrédito: A filosofia do conceito | 66 |
| 11. | Microcrédito e pobreza como (Dis) Empowerment | 67 |
| 4. | Parte V – Parte prática: Microcrédito na integração económica dos pobres | 70 |
| 12. | A persistência da Pobreza..... | 70 |
| 13. | Cabo Verde: Caracterização Socioeconómica..... | 70 |
| 4.1.1. | Imigração no ADN dos Cabo-verdianos | 72 |
| 4.1.2. | O Turismo: alavanca do desenvolvimento | 72 |
| 4.1.3. | Quadro Macroeconómico geral | 73 |
| 4.1.4. | Credibilidade externa, IDE e Ajuda Pública ao Desenvolvimento..... | 75 |
| 4.1.5. | Ser pobre em Cabo Verde..... | 79 |
| 14. | O Projecto Promoção do Empreendedorismo Imigrante em Portugal | 81 |
| 15. | Acesso ao Microcrédito em Portugal..... | 82 |
| 16. | Experiências de Microempreendedores Cabo-Verdianos em Portugal. | 84 |
| 4.1.6. | Carlos: Um negócio inovador, novas perspectivas para o microcrédito | 84 |
| 4.1.7. | O Espírito empreendedor e importância de Organizações locais | 84 |
| 4.1.8. | Situação Profissional antes da criação do Negócio e experiência Profissional | 85 |
| 4.1.9. | “União de facto” um conceito diferente de fazer negócios | 85 |
| 4.1.10. | Microcrédito e criação de próprio negócio | 87 |
| 4.1.11. | Impacto nas condições de vida | 88 |
| 17. | Jacinta Furtado – Uma microempreendedora orgulhosa | 90 |
| 4.1.12. | Experiência profissional de aproximadamente 20 anos..... | 90 |
| 4.1.13. | Microcrédito e criação do próprio negócio: A autonomia que precisava para a sua vida 91 | |
| 4.1.14. | Importância da formação, acompanhamento e animação e estratégias de negócio.... | 91 |
| 4.1.15. | Impacto do negócio nas condições de vida | 91 |
| 18. | Aprendendo com a experiência do Carlos e da Jacinta | 93 |
| 4.1.16. | Formação, acompanhamento e animação | 94 |
| 4.1.17. | Microcrédito e criação do próprio negócio | 95 |
| 4.1.18. | Impacto nas condições de vida | 96 |
| 4.1.19. | Estratégias negócios desenvolvidos por pessoas desfavorecidas | 96 |

| | |
|--|------------|
| 5. Parte VI – Conclusões | 98 |
| 6. Reflexões..... | 100 |
| 19. Papel do Estado na criação de formas de governância para a competitividade | 102 |
| 20. Microcrédito, Turismo e luta contra a pobreza | 103 |
| 21. Bibliografias | 106 |
| 22. Webgrafia (Síntese):..... | 111 |
| 23. Anexo I – Os domínios da Prática Social | 112 |
| 24. Anexo II – As Bases do Poder Social..... | 113 |
| 25. Anexo III – “Wole Economy Model” | 114 |
| 26. Anexo IV | 115 |
| 27. Anexo V: TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS | 116 |

Glossário de SIGLAS

ACIDI, IP – Alto Comissariado Para a Imigração e Diálogo Intercultural, Instituto Público

ANDC – Associação Nacional de Defesa do Crédito

ACP (Grupo de Países) – África, Caribe e Pacífico

BM – Banco Mundial

BAD – Banco Africano do Desenvolvimento

CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

DGDT – Direcção Geral do Desenvolvimento do Turismo

DECRP – Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza

EDPS – Estratégia de Desenvolvimento da Protecção Social

FMI – Fundo Monetário Internacional

FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

FAIMO – Frente de Alta Intensidade de Mão-de-Obra

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

IDA – International Development Association

IDRF – Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias

INECV – Instituto Nacional de Estatística Cabo Verde

IMFs – Instituições Microfinanças

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFDA – Fundação Internacional para Desenvolvimentos Alternativos

IDE – Investimento Directo Estrangeiro

LEDA – Local Economic Development Agencies

LEI – Local Employment Initiatives

MFP – Ministério das Finanças e

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OMC – Organização Mundial do Comércio

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM – Objectivos do Desenvolvimento do Milénio

ONG – Organização Não Governamental

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PME's – Pequenas e Médias Empresas

PAIGC – Partido Africano Para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PEDTCV – Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo Cabo Verde

PIB – Produto Interno Bruto

PNB – Produto Nacional Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PEI – Projecto Empreendedorismo Imigrante

PNLP – Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza

QUIBB - Questionário Unificado de Indicadores de Bem-estar

RUP – Regiões Ultraperiféricas

SEWA – Self Employment Woman Association

TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação

UE – União Europeia

UNCTAD – United Nations Conference On Trade And Development

UNDP - United Nations Development Programme

Parte I – Problema de investigação

1. Problema de Investigação e o seu contexto

A declaração dos Direitos do Homem preconizou, em 1948 o seguinte:

Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.

Volvidos tantos anos, apesar de o mundo viver uma abundância nunca antes vista, ainda uma parte grande da população mundial sofre “notáveis privações, indigência e opressão”.

Há juntamente com os velhos, muitos problemas novos, incluindo a persistência da pobreza e das necessidades insatisfeitas, a ocorrência de fomes e de uma subnutrição extensamente disseminada, a violação tanto das liberdades políticas elementares como liberdades básicas, o desprezo alargado pelos interesses e actividade das mulheres e as ameaças agravadas ao ambiente e à sustentabilidade da nossa vida económica e social (Sen, 1999, prefácio).

A África Subsariana, com 1/3 da população na pobreza, continua a ser a região mais pobre do mundo. A fome e a insegurança alimentar afectam de forme persistente a região ceifando frequentemente vidas humanas. O crescimento económico apresenta-se bastante limitado apesar das perspectivas positivas de crescimento futuro do Fundo Monetário Internacional (FMI)¹. Por outro lado desenvolvimento é muito mais que mero crescimento económico como deixaremos vincado ao longo deste trabalho. Dificilmente a maioria dos pobres continuariam presos a esta condição se tivessem acesso ao emprego. Aqui não referimos ao trabalho assalariado apenas mas a todas as formas de trabalho que asseguram acesso a rendimentos por parte dos mais desfavorecidos. É por esta razão que, desde o início dos anos 80, há uma *consciência de que a pobreza e a exclusão social são um processo que reflete um deficit de integração e se revela em estreita articulação com o emprego* (Branco, 1999:67).

Referimos dificilmente uma vez que nas condições actuais, mesmo o acesso ao emprego não constitui em muitas situações a saída da pobreza. As situações de precariedade no emprego são o exemplo. Por outro lado a pobreza é um fenómeno multidimensional e complexo que vai além do mero acesso a rendimentos (dinheiro).

¹ Ver <http://www.imf.org/external/country/MOZ/rr/por/2011/111511p.pdf>.

Actualmente a criação de novo emprego está cada vez mais dependente da nova pequena iniciativa empresarial e da expansão de um pequeno número de pequenas e muito pequenas empresas (Henriques, 1999).

Nos países da referida região esta afirmação é ainda mais verdadeira. Indivíduos que são excluídos do mercado de trabalho (débil e pouco diversificado) e que pouca ou nenhuma solução tem do sistema de proteção social são levados para as malhas indesejáveis da pobreza. Muitos acabam por envolver em actividades informais sem quaisquer condições (longas horas de trabalho sem produtividade por falta de condições) e uma parcela considerável sem activos produtivos, nem terras, nem capital apelam desesperadamente por uma oportunidade de melhorar a sua vida. A criação de pequenas iniciativas empresariais e o autoemprego é, não raramente, a única solução. Assim, torna-se imprescindível estimular a iniciativa e capacidade produtiva dos pobres.

Este trabalho procura compreender, a partir de experiências de Cabo-verdianos residentes em Portugal, **que contributo pode ter o Microcrédito na promoção da integração económica de famílias pobres em Cabo Verde?**

Para isso analisa o impacto do acesso ao microcrédito e criação do próprio negócio nas condições de vida de cabo-verdianos, beneficiários do Projecto Empreendedorismo imigrante, em Portugal e, de seguida procura compreender, como, a partir de experiências de criação e gestão de negócios adquiridas no âmbito do referido projecto estes imigrantes podem contribuir para o desenvolvimento local em Cabo Verde num possível regresso.

Metodologia

Como referido, o principal propósito deste trabalho é analisar que contributo pode ter o microcrédito na promoção da integração económica dos pobres em Cabo Verde, a partir de experiências de Cabo-Verdianos a residir em Portugal. Para isso centrou na análise do processo de autonomização de cabo-verdianos beneficiários do Projecto Empreendedorismo Imigrante em Portugal (PEI). Procurou-se analisar o impacto do acesso ao microcrédito e criação de pequena iniciativa empresarial nas condições de vida dos referidos imigrantes, as estratégias empresariais adotadas pelos mesmos e vectores críticos de sucesso no seu processo de integração económica.

Para a síntese teórica dos principais conceitos e teorias de suporte à investigação utilizou-se recursos bibliográficos e análises documentais. A parte prática foi desenvolvida com base em entrevistas, construção e análises das histórias de vida dos imigrantes, contactos/entrevistas informais com Técnicos e Formadores/Tutores envolvidos na integração económica dos imigrantes em Bairros Vulneráveis em Portugal.

2. Aspectos conceptuais, teóricos e empíricos do problema de investigação

1.1.1. **Conceitos**

Falar da integração económica das famílias pobres pressupõe conhecimento de conceitos que concorrem para uma acção mais eficaz.

Vários conceitos se poderiam apresentar no sentido de uma melhor compreensão e acção no âmbito do fenómeno em estudo. O conceito de pobreza é no nosso entender imprescindível. Apesar da falta de consenso, definição de pobreza continua a ser central para a formulação apropriada de políticas de intervenção (Akindola, 2009).

Em primeiro de tudo compreendê-lo facilita o trabalho das instituições responsáveis pela acção contra a pobreza na identificação do público-alvo da acção (famílias e grupos vulneráveis à pobreza). Em segundo lugar o desenvolvimento de acções eficazes “ao nível da *prevenção*” (evitando que grupos vulneráveis entrem numa situação de pobreza) e “*integração*” (grupos que já estão em situação de pobreza) pressupõe o conhecimento do referido conceito.

(...) Deve haver um conceito de pobreza que nos permite identificar os pobres, como distintos dos não pobres, e também identificar entre os não pobres aqueles que podem tornar-se pobres, se medidas preventivas não forem tomadas, mesmo que não estão no momento numa situação de vulnerabilidade (Henriques, 2006:47).

1.1.2. **Pobreza absoluta**

É impossível falar do conceito de pobreza sem referir o estudo pioneiro levado a cabo por Seebohm Rowntree (1901). Este autor conceptualiza pobreza como subsistência.

O mesmo Citado por (Sen, 1981:27), entende que uma família é pobre quando os seus “*rendimentos totais forem insuficientes para satisfazer necessidades mínimas para a manutenção da eficiência meramente física*”.

A face mais cruel da pobreza é a miséria e a fome e o trabalho de Rowntree procurou reflectir esta imagem da pobreza no seu extremo, definindo a mesma como incapacidade das famílias em ter acesso ao mínimo de subsistência por forma a evitar a desnutrição e a fome.

A pobreza no sentido absoluto, deriva da referida abordagem. Pobreza absoluta é definida em termos de um mínimo indispensável para a manutenção da vida (abrigo, alimentação e vestuário). É estabelecido um cabaz de alimentos ou de proteínas e nutrientes mínimos. Este cabaz pode ser traduzido em termos de rendimento mínimo para a sua aquisição, sendo esse rendimento mínimo comumente designado por “limiar de pobreza”. Todas as famílias cujos recursos são insuficientes para satisfazer esse padrão de necessidades básicas mínimas são consideradas absolutamente pobres.

Contudo segundo Sen (1981) esta perspectiva foi posta sob intenso fogo com os trabalhos de Townsend (1971, 1974) e Rein (1971).

Entre as críticas encontra-se o facto de as necessidades nutricionais serem difíceis de definir exatamente (depende de regiões, condições climas etc.), a dificuldade de especificação de necessidades mínimas nos casos de produtos não alimentares e a influência dos hábitos de consumos das pessoas em questão na escolha dos alimentos para a dieta mínima. (Sen, 1981:27-28)

1.1.3. **Pobreza relativa**

Segundo Henriques, Peter Townsend apresentou o conceito de pobreza como privação relativa.

Indivíduos, famílias e grupos na população podem ser considerados na pobreza quando não têm os recursos para obter os tipos de dieta, participar das atividades e ter as condições de vida e amenidades que são usuais, ou pelo menos amplamente encorajados ou aprovados, nas sociedades a que pertencem. Seus recursos são tão seriamente abaixo dos comandados pela média individual ou familiar que eles são, com efeito, excluídos dos padrões de vida comuns, costumes e atividades. (Townsend, 1979:31), citado em (Henriques, 2006:52)

Um indivíduo que sofre de privações não significa pobre. Pode ter poucos recursos e estes recursos podem contribuir para a sua privação mas não o torna pobre. Pobreza é associada à privação e falta de recursos para remove-la.

A Compreensão da pobreza relativa exige um “esforço de definir o estilo de vida que é geralmente partilhado ou aprovado em cada sociedade e descobrir se existe... um ponto na escala da distribuição de recursos abaixo do qual as famílias achem cada vez mais difícil... participar nos costumes, actividades e dietas que esse estilo de vida compreende” (Townsend, 1974:25-26) citado em (Sen, 1981:33).

Dependendo do contexto particular e do estilo de vida amplamente aceite e partilhado nesse contexto a falta de recursos para remover determinadas privações é considerada ou não pobreza relativa. Trata-se do nível de vida dos pobres em relação ao resto da sociedade em que vivem como postula (Akindola, 2009). Por exemplo na Austrália se espera que todas as famílias possam ter um carro. A ausência de recursos de uma família para tal coloca-a em situação de pobreza relativa.

(...) o conceito de pobreza relativa refere-se ao estilo de vida dominante na sociedade e para as condições abaixo do qual as pessoas não são capazes de participar na vida da sociedade de acordo com a especificidade do seu contexto particular (...) (Henriques, 2006:65).

Este autor apresenta ainda um intenso debate entre Peter Townsend e Amartya Sen sobre a utilização dos conceitos de pobreza absoluta e relativa. Sen entende que a pobreza continua a ter dimensões absolutas impossíveis de ignorar apesar de reconhecer que a abordagem em termos relativos da pobreza ofereceu uma outra análise útil à compreensão do fenómeno. Mais do que suplantar, a abordagem relativa complementa, na visão de Sen, a abordagem absoluta que teve

origem no trabalho de Rowntree. Por outro lado, Townsend critica duramente a abordagem da pobreza em termos absolutos.²

O trabalho ora apresentado procura ser um contributo para uma acção eficaz contra a pobreza em Cabo Verde, onde a pobreza muitas vezes assume a dimensão absoluta. O conceito de pobreza utilizado neste trabalho é o da pobreza absoluta.

A seguinte passagem sintetiza a perspectiva adotada neste trabalho em relação ao debate pobreza absoluta vs. Pobreza relativa:

“Para o pobre de verdade, só existe a pobreza absoluta. Essa é que dói no estômago. A outra só dói no ego, principalmente de quem tem um ego grande demais.”³

Com esta citação, não se pretende ignorar a existência da pobreza relativa mas enfatizar o significado da pobreza em termos absolutos. O conceito de pobreza relativa pode ser mais útil no contexto de países industrializados. O que se pretende é desenvolver uma compreensão eficaz sobre as formas de “*mitigar o sofrimento humano*” e não a beleza das abordagens.

1.1.4. **Pobreza como (Dis) empowerment**

Para John Friedmann a pobreza significa falta de poder das unidades domésticas. O autor considera de forma inovadora que o foco da acção contra a pobreza deve passar do indivíduo para a família e apresenta quatro *domínios de prática social* (ver anexo I). Cada domínio tem associado determinados poderes. O poder estatal corresponde ao poder exercido pelo Estado, o poder económico é o poder associado à economia empresarial, o poder político é associado à comunidade política e o poder social corresponde ao poder associado à sociedade civil. O mesmo considera que o modelo económico actual, com maior domínio de poderes económico e estatal, centrado na acumulação ilimitada de capital, tem resultado na exclusão da maioria dos pobres da participação económica e política. A esta exclusão designou de “*disempowerment sistemático*” e argumenta que um “*desenvolvimento alternativo*” é necessário envolvendo um *processo de empowerment social e político cujo objectivo a longo prazo é reequilibrar a estrutura de poder na sociedade*⁴, tornando a *acção do estado mais sujeita a prestação de contas, aumentando os poderes da sociedade civil na gestão dos próprios assuntos e tornando o negócio empresarial socialmente mais responsável* (Friedmann, 1996:32).

Pobreza é, na óptica de Friedmann, uma questão de falta de acesso das famílias às bases do poder social. O mesmo apresenta as seguintes bases do poder social: *Espaço de vida defensável, tempo excedente, conhecimentos e técnicas, informação adequada, organização social, redes sociais,*

² Para aprofundar esse debate ver Henriques (2006), tese de doutoramento, capítulo 3

³ <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/05/281512.shtml> acedido 23/03/2012

⁴ No quadro apresentado significa reequilibrar os poderes passando da actual dominação dos poderes económico e estatal para um sistema mais equilibrado onde a sociedade civil (onde estão as unidades domésticas) e a comunidade política tem mais poder na estrutura da sociedade.

instrumentos de trabalho e condições de vida e recursos financeiros (ver anexo II). As famílias são consideradas unidades activas na produção da sua subsistência e não meras unidades de consumo. A referida gama de poderes significa um aumento *no acesso das unidades domésticas às bases da sua riqueza produtiva* (Friedmann, 1996:34).

Esta abordagem oferece relevantes implicações conceptuais: os pobres não aparecem mais como “consumidores” (pessoas de baixos rendimentos) mas também como produtores da sua subsistência. Portanto, a produção do valor uso torna-se central na análise da produção de subsistência. A nova definição também muda a ênfase do indivíduo para a família como a unidade económica relevante. E considera uma ampla gama de “poderes”, que pode ser utilizado de diversas formas pelas famílias para alcançar os seus próprios objetivos (Friedmann, 1987:11) Citado em (Henriques, 2006:56).

1.1.5. **Pobreza: muito mais que apenas escassez de recursos monetários**

Por muitas décadas, o conceito de pobreza tem sido sobretudo identificado com a privação económica (Akindola, 2009).

Além de autores o próprio Banco Mundial define pobres como aqueles que cujos padrões de vida caem abaixo da “linha da pobreza” (calculado em termos de rendimentos/consumo). Por este facto, por muito tempo, as políticas de intervenção fundaram no conceito de pobreza como carência de rendimentos e “ausência de poder de compra” para o consumo. Neste trabalho adoptamos o conceito de pobreza absoluta que funda também em parte neste pensamento. No entanto, assim como o referido autor, neste trabalho a pobreza não é entendida apenas como carência de rendimentos. A obtenção do mínimo para a sobrevivência deve ser a bússola que orienta a definição de pobreza. Contudo, evidências mostram que existem outros aspectos importantes da vida das famílias a serem considerados quando saída da pobreza é tratada como melhoria das condições de vida das mesmas. *Se bem-estar e qualidade de vida estão a ser considerados, em seguida, vulnerabilidade, o isolamento físico e social, insegurança, falta de auto-estima, falta de acesso à informação, a desconfiança de instituições estatais e impotência podem ser tão importante para os pobres como baixo rendimento* (Robb, 2000) citado em (Akindola, 2009).

A própria noção de pobreza como “disempowerment” tem implícita esta questão, uma vez que concebe a pobreza como falta de acesso a um conjunto de poderes que são fundamentais para as famílias prosseguirem seus objectivos de vida. Quando abordamos o conceito de microcrédito também poderemos constatar que Yunus não o define como um fenómeno monetário mas um instrumento ao serviço do aproveitamento do potencial de todos os seres humanos.

1.1.6. **Emprego, Desemprego, Pobreza e papel da protecção social**

A crise económica tornou mais difícil a situação dos mais desfavorecidos e põe em evidência a complexidade e os limites da acção convencional contra a pobreza. Estes limites são mais visíveis quando referimos à “dimensão económica da acção”.

Predominantemente orientada para o emprego e para medidas orientadas para a reinserção dos desempregados no sistema formal de emprego, esta perspectiva perde relevância em contexto de desemprego crescente (Henriques, 2010:11).

A acção contra a pobreza na dimensão económica mediante a reinserção de desempregados no emprego não nos deve levar à conclusão simplista de que desemprego é sinónimo de pobreza nem que emprego é sinónimo de ausência de pobreza. A perda de emprego não implica necessariamente pobreza e nem o acesso ao emprego implica automaticamente saída da pobreza. São questões complexas. A perda de emprego e rendimentos pode ser compensada pela protecção social.

A relevância social da perda de emprego ou perda de rendimento não é independente do papel que pode ser desempenhado pela protecção social (subsídio de desemprego, assistência social, serviços públicos etc.) (Henriques, 2010:11).

Noutro sentido, no contexto actual, o acesso ao emprego não assegura automaticamente a saída da pobreza. *Emprego não precário e remuneração adequada não estão associados a todas e qualquer forma de emprego* (Henriques, 2010:ibid).

Apesar do emprego ser considerado neste trabalho como fundamental no combate à pobreza, as políticas que visam a promoção da integração económica deve ter presentes a relação íntima que existe entre emprego/desemprego e protecção social. Dificilmente um esforço de integração económica é sustentável se não for encadeado com a protecção social.

1.1.7. **“Microcrédito”, “microempendedorismo” e “empreendedorismo inclusivo”**

O Microcrédito é a concepção de empréstimos muito pequenos (microempréstimos) a desempregados, a empreendedores pobres e a outros que vivem na pobreza e que não são considerados financiáveis. (“Bankable”). Estes indivíduos não tem garantia, emprego estável, um histórico de crédito verificável, e portanto, não podem reunir as condições, até mesmo as mais baixas qualificações, para ter acesso ao crédito tradicional.⁵

Na abordagem que fazemos do conceito do microcrédito, referimos muitas vezes o conceito em estreita ligação com o microempendedorismo ou empreendedorismo inclusivo. Procuramos utilizar o conceito como um mecanismo para a integração de grupos desfavorecidos (desempregados, mulheres carenciadas, migrantes, minorias étnicas, seniores, jovens com menos de 30 anos, deficientes) excluídos da economia. O empreendedorismo é entendido não como apenas um privilégio de uma minoria mas um conceito ao serviço da libertação da criatividade de milhões de seres humanos. Esta é a perspectiva de um conjunto de países e regiões da União Europeia com a

⁵ <http://www.wikipreneurship.eu/index.php5?title=Microcredit>, disponível em Outubro de 2012

criação da CoPIE ⁶ (Community of Practice on Inclusive Entrepreneurship) – uma rede para os Estados-membros, regiões e outros actores que acreditam que é simultaneamente possível e necessário facilitar a vida às populações, de todas as classes sociais, para enveredarem em actividades independentes, geradoras de remunerações de diferentes tipos e que pretendem trocar informações, experiências e melhores práticas para a concretização destes objectivos (Vervloet, 2008:10).

Assim, procuramos desenvolver como é possível estimular a iniciativa empresarial entre os desfavorecidos utilizando o microcrédito como suporte principal. Relacionamos o microcrédito com outras questões além do mero acesso ao dinheiro.

3. Compreendendo o termo “Desenvolvimento”

1.1.8. *As origens*

O conceito de desenvolvimento tem sido dos mais polémicos nas ciências sociais. Ele tem sido alvo de concepções diferentes consoante as disciplinas e períodos históricos em que é tratado. Neste sentido tem sido mobilizador de vontades de mudanças e de transformação das sociedades e dos indivíduos (Amaro, 2004). A sua medição, avaliação e dimensões nem sempre foram as mesmas. Foi sofrendo diversas alterações com o tempo e as transformações ocorridas entretanto. Ele tem sido utilizado para avaliar os níveis de “progresso”, “bem-estar”, “mudança”, “riqueza” e “felicidade” (Amaro, 2004).

A noção de desenvolvimento partiu da Europa e da revolução industrial há mais de 200 anos e desenvolveu sobretudo através do capitalismo e princípio da acumulação. Apesar do nascimento estar ligado à revolução industrial e francesa apenas constitui como conceito reconhecido e com aceitação nas ciências sociais após a II Guerra Mundial. Uma análise ao conceito de desenvolvimento pressupõe um olhar ao progresso do capitalismo e a industrialização que fez disparar o progresso material sem precedentes. Apenas para referir um exemplo só no período de 1820 e 1990, o rendimento per capita dos países capitalistas cresceu catorze vezes. (Gresh,2003) citado em (Areias, 2007).

A revolução industrial constituiu a transição⁷ de uma “visão teocêntrica” da sociedade onde reinava o sentimento de aceitação da realidade como divinamente estabelecida para uma “visão antropocêntrica” onde as possibilidades de mudança são encarradas e acção do homem no sentido de transformar a realidade e gerar riqueza é extremamente incentivada. Vários autores da ciência económica procuraram desenvolver modelos e teorias no sentido explicar a riqueza ou progresso dos

⁶ Comunidade de Práticas para o Empreendedorismo Inclusivo (para mais detalhes sobre as estratégias delineadas para fomentar o empreendedorismo como: **cultura e condições, suporte inicial e formação profissional, suporte para a consolidação e desenvolvimento e acesso financeiro**; Base de dados de boas práticas criado no âmbito de programa EQUAL consultar o página:

http://www.wikipreneurship.eu/index.php5?title=Main_Page, criada no âmbito da rede.

⁷ Para uma visão mais alargada das várias vertentes da industrialização ver Amaro (2004)

países ou seja “o aumento ao longo do tempo do volume de produção nacional” (Amaral, 2008 et. All). Nesta perspectiva desenvolvimento é equiparado ao crescimento económico. Adam Smith e David Ricardo são os principais apologistas desta visão, desenvolvida entre o séc. XVIII e XIX, com o intuito de explicar as condições de progresso do capitalismo industrial Britânico. Conhecido como o pai da economia, Adam Smith advoga no seu livro “Uma investigação sobre a Natureza e a causa da riqueza das nações” que o desenvolvimento económico depende da **acumulação de capital**, da **divisão do trabalho** (motivada pela apetência natural do ser humano para permutar/trocar) e da **expansão/dimensão do mercado** (comercio externo). O crescimento económico é resultado de maior liberdade económica e poupança abundante (Denis, 2000).

A liberdade e propriedade privada são princípios basilares da teoria de Smith. Desenvolveu o princípio da utilidade segundo o qual o *homem age sempre para obter o prazer ou evitar a dor*. Isto leva-o a considerar o interesse próprio como única motivação da acção do ser humano.

*Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse.*⁸

Este preocupa apenas com o seu interesse próprio e procura aumentar sua riqueza individual. O suposto caos que poderia haver decorrente da acção livre dos indivíduos na procura do máximo lucro na relação de troca é evitado na óptica de Smith pelo mecanismo da *mão invisível*. Este mecanismo assegura o equilíbrio entre a “oferta e a procura” num mercado concorrencial. Ao agir de forma livre pura e simplesmente na procura do seu próprio interesse, o individuo, sem dar conta disso e sem ter intenção, acaba, como que guiado por uma mão invisível, por contribuir para o bem da sociedade como um todo.

O estado deveria evitar imiscuir nas relações de troca devendo desempenhar apenas papel residual, nomeadamente no que se trata de garantir o acesso a certos bens colectivos e na função básica de garantir o respeito pela propriedade privada, pelos contratos válidos e gestão apropriada do dinheiro (Harvey, 1989).

David Ricardo desenvolve brilhantemente, e melhor até em certos aspectos, a teoria de Smith. Considerou que o desenvolvimento da economia está ligado à acumulação que por sua vez depende dos lucros do capital. Desenvolveu uma *teoria de valor* e uma *teoria da repartição* de rendimentos entre diversas classes (capitalistas, assalariados e proprietários fundiários). O utilitarismo é um dos pilares da sua teoria. Jeremias Bentham e James Mill foram os sucessores do autor na doutrina utilitarista que cinge a acção humana ao egoísmo e interesse próprio.

Malthus foi dos clássicos mais pessimistas ao abordar o capitalismo. Contestou de certa forma a afirmação da maioria dos autores clássicos que seguiram Smith e Ricardo, que para o desenvolvimento da economia são necessárias “terra, trabalho e capital”. Ligou o desenvolvimento da

⁸ *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, traduzido Editora Nova Cultural Ltda (1996), p.

economia também ao crescimento da *procura efectiva*⁹, análise que foi brilhantemente recuperada por Keynes quando enceta uma explicação para a crise capitalista de superprodução em 1929.

As teorias ligadas ao socialismo também tiveram um importante contributo para o conceito de desenvolvimento embora muito menos que as capitalistas. Nelas as possibilidades de participação e de inclusão dos mais desfavorecidos foram encaradas. Karl Marx é talvez entre os teóricos o que mais destacou. Marx defendeu o comunismo, ataca de forma veemente, no início, a propriedade privada por, no seu entender, servir para “alienação” do ser humano (maioria de trabalhadores assalariados pelos capitalistas). Também inicialmente propõe a supressão do Estado pois não significava nada mais, no seu entender, que uma organização para defesa dos interesses da burguesia. Propôs então o nascimento de uma nova classe, composta pelos explorados, a que designou de “proletariado” e a luta e revolução desta classe visando uma “sociedade perfeita”. Veio a reconhecer futuramente, através de uma análise histórica à origem da alienação pela propriedade privada¹⁰, que a razão da sua existência deve-se à divisão do trabalho decorrente da multiplicidade de necessidades humanas e a necessidade de constituição da sociedade para satisfazê-las. Propõe então, a remoção não de toda a propriedade privada mas apenas a burguesa que serve para exploração de massas (exploração da força do trabalho pelo capital). A remoção decorre não apenas por métodos pacíficos. Reconhece que a propriedade privada deve ser regulada e assume que após o assalto e remoção da referida propriedade privada (remoção de todo o capital à burguesia) o proletariado deve centralizar “instrumentos de produção” no Estado (mas este já como organização da classe proletariado) ganhando cada vez mais poder. Propôs então a organização da sociedade sob o regime da “propriedade colectiva dos meios de produção”. Mais tarde na sua Obra **O Capital** Marx entendeu o capitalismo como um sistema económico que representa “um modo de produção e de vida social” que contem dentro de si divisões e contradições¹¹ que tenderiam a conduzir ao seu desaparecimento a favor do socialismo.

Durante muito tempo, os autores dividiram-se em 2 grupos. Os marxistas e os que repudiaram claramente a teoria de Marx e estavam mais a favor da doutrina clássica. Contudo surgiu posteriormente a corrente neoclássica também conhecido como os ortodoxos que, repudiando a teoria de Marx, também acharam que as teorias clássicas conforme defendidas no início não estavam ajustadas à época. Baseando contudo nos clássicos tentam demonstrar vantagens do liberalismo económico com ideias ligeiramente diferentes. Entre estes autores encontramos o Francês Leon Walras e o inglês Alfred Marshall. Mais tarde, no início do séc. XX encontramos um grande contributo para esta corrente, o do inglês John Maynard Keynes, que foi fulcral para a edificação dos pilares do Estado de providência conforme conhecemos hoje.

⁹ Seguindo de perto (Denis, 2000) Malthus contudo contradiz quando afirma que o desenvolvimento da economia está ligado ao crescimento da procura efectiva mas afirma depois, mais tarde, na sua obra **Ensaio sobre princípio da população** que a pobreza/miséria deve-se ao crescimento excessivo da população.

¹⁰ Materialismo histórico. Marx Fez uma análise histórica ao capitalismo.

¹¹ Pauperização da classe operária, as crises de superprodução (retomada por Keynes) e a tendência para a queda da taxa de lucro.

A seguir a Keynes vários outros contributos seguiram. (Rostow, 1959)¹² foi dos que mais se notabilizou. Numa análise do percurso efectuado pelos países industriais desenvolvidos, Rostow associa desenvolvimento a um conjunto de etapas pelas quais todas as nações terão de passar. O conceito de desenvolvimento aparece associado, assim como anteriormente, à industrialização e à “modernização” (substituição de estruturas arcaicas/antigas pelas novas). O conceito de desenvolvimento afirmou-se então no pós-guerra recebendo contudo vários mitos das sociedades industriais europeias (Amaro, 2004:46):

- “Economicismo”¹³ – Crescimento económico é considerado condição necessária e suficiente para o desenvolvimento. Desenvolvimento muitas vezes é confundido ou equiparado ao crescimento económico.
- “Produtivismo” – considera-se a “produtividade”, o “tempo” e os “critérios produtivos” factores fundamentais e decisivos do desenvolvimento, levando à marginalização do ou dos que não é ou são produtivos.
- “Consumismo” – Considera-se que para haver crescimento económico é preciso vender aquilo que se produz. Portanto desenvolvimento significa cada vez maior consumo.
- “Quantitativismo” – valorização das quantidades (economias de escala) muitas vezes em detrimento da qualidade.
- “Industrialismo” – Uma vez que o caminho feito pelos países desenvolvidos para o seu desenvolvimento foi a industrialização assume-se que os países que procuram atingir o desenvolvimento devem seguir o mesmo caminho.
- “Tecnologismo” – acredita-se que o progresso tecnológico é a verdadeira alavanca e motor mais potente da produtividade e do crescimento económico e portanto, fundamental para o desenvolvimento.
- “Antropocentrismo” – colocação do homem no centro do processo de bem-estar (muito acima dos outros seres vivos), valorizando sobretudo algumas vezes o individuo (capitalismo) e outras o colectivo (através do socialismo) mas ignorando a relação “homem na Natureza”.
- “Etnocentrismo” – desenvolvimento como perspectiva eurocêntrica em que países industrializados interferem, violentam e destroem outros continentes.

¹² The stages of economic growth

¹³ “*Essencialmente o problema de desenvolvimento económico é o aumento do nível de rendimento nacional através de um produto per capita acrescido, de forma que cada indivíduo possa consumir mais*” Ellsworth, P.T. (1950:796) em Amaro (2004:47)

Foram desenvolvidos por isso instrumentos de medição do crescimento contínuo da produção de bens e serviços, designadamente utilização do PIB per capita para classificação do nível de desenvolvimento dos países.

- “Uniformismo” – Em nome da eficiência definiu-se “one best ways” ou modelos únicos de boas práticas em relação à produção, consumo, estilos de vida, formas culturais, políticas que anulam “a diversidade que a vida é feita”.

Durante os 30 anos de ouro ou ainda antes, estendendo nos 200 anos anteriores é possível encontrar “progressos e privações”. Numas nações pode-se verificar progressos no nível material de vida sem precedente como já referido, elevação de nível de alfabetização e erradicação do analfabetismo, melhoria significativos do nível de saúde (sobretudo no que se refere à mortalidade infantil e esperança média de vida), progressos científicos e tecnológicos extraordinários, mas “privações” e em muitos casos retrocessos ainda continuam para a maior parte da população mundial. 2/3¹⁴ da população não beneficiaram ou o fizeram de forma muito limitada dos progressos extraordinários mencionados. Podemos apontar questões como a pobreza, fome e subnutrição, analfabetismo, doenças para as quais existem curas mas continuam a ceifar vidas humanas, a crescente degradação do ambiente resultado do “economicismo”, a crescente “desumanização” do homem no trabalho considerando-o complemento de máquinas e substituível por elas cada vez mais. Tanto no capitalismo como socialismo, no primeiro valorizando o individual no segundo o colectivo, as sociedades industriais esqueceram da relação do homem com a natureza sacrificando-a colocando em risco a sustentabilidade da vida económica no planeta.

Nos anos 60 e 70 a frustração e desilusão dos países em desenvolvimento com o modelo de desenvolvimento que lhes era imposto, as falhas na Ajuda Pública ao Desenvolvimento, uma ordem económica mundial injusta, o surgimento de “sintomas” de “mal-estar” até nos países desenvolvidos, a emergência da consciência sobre os “custos sociais e ambientais” do “economicismo”, a queda do crescimento após os “anos de ouro” e um crescimento muito menos gerador ou por vezes destruidor de empregos levaram à rejeição do crescimento económico como único indicador do desenvolvimento e à necessidade de reconfiguração do conceito de desenvolvimento.

4. Desenvolvimento alternativo: Dudley Seers ao Amartya Sen

1.1.9. *Dudley Seers: O significado de Desenvolvimento*

Vários esforços intelectuais contribuíram para a teoria do *desenvolvimento alternativo*. O célebre trabalho de Dudley Seers em 1969 com o título “*The meaning of development*” pode ser identificado como o contributo mais relevante. Seers constatou que o crescimento económico não é sinónimo de desenvolvimento. Considerou a premissa que guia a política tradicional de desenvolvimento (se crescimento económico for superior ao da população mais cedo ou mais tarde leva à solução dos problemas sociais e políticos) “*bastante ingénua*” devido a fraco resultado de países com elevado crescimento económico naquela década, em matéria de redução de desemprego, da pobreza ou desigualdade. Entre estes países encontravam muitos países membros da OPEP¹⁵. Em alguns

¹⁴ Ver amaro (2004)

¹⁵ Organização dos Países Exportadores de Petróleo

constatou-se uma correlação positiva entre o crescimento vs desemprego e desigualdade. Seers demonstrou a sua preocupação problematizando a questão da seguinte forma:

O que está a acontecer à pobreza? O que está a acontecer ao desemprego? O que está a acontecer à desigualdade? (...) Se um ou dois destes problemas centrais estivesse a piorar, especialmente se estivessem os três a piorar, seria estranho chamar ao resultado “desenvolvimento”, mesmo que o rendimento per capita duplicasse” (Seers, 1969:5).

Um “plano” que não considere a redução destas três variáveis dificilmente poderá ser considerado um “plano de desenvolvimento” segundo o autor. Para o mesmo existem três critérios sem os quais a personalidade humana não se pode desenvolver: A alimentação e a nutrição cuja ausência origina a *pobreza extrema; um trabalho e a igualdade.*

Em relação ao segundo que é o foco deste trabalho, Seers afirma o seguinte:

“Outra necessidade básica, no sentido de algo sem o qual a personalidade não pode se desenvolver, é um trabalho. Isso não significa apenas o emprego: pode incluir estudar, trabalhar numa fazenda da família ou cuidar da casa. Mas, não desempenhar nenhum desses papéis, ou seja, ser cronicamente desempregado, ser cronicamente dependente de capacidade produtiva de outra pessoa, até mesmo para alimentos, é incompatível com a auto-estima, especialmente para alguém que tem passado anos na escola, talvez na universidade, preparando-se para um papel activo” (Seers, 1969:4).

Nesta passagem podemos constatar a compreensão alargada de trabalho, um alerta para a não restrição do trabalho ao emprego formal e a importância da autonomia no trabalho. Para o mesmo Desenvolvimento envolve melhorias em variáveis que vão além das puramente económicas. Por isso insurge contra a medição de desenvolvimento apenas como crescimento económico e aumento do rendimento nacional per capita, considerando-lhes medidas inadequadas.

O principal argumento da teoria económica convencional para a utilização do rendimento nacional como medida de desenvolvimento é a sua capacidade de agregar múltiplas variáveis e quantificar. Contudo é uma medida que exclui aspetos cruciais do desenvolvimento. Muitas vezes em países do terceiro mundo, uma boa parte da sua actividade económica fica fora da estatística oficial. Seers também insurge contra este “problema de medição” de desenvolvimento.

Questões como a produção agrícola para o consumo doméstico por exemplo não entram no cálculo do rendimento nacional mas são importantes na estratégia de sobrevivência das famílias e economicamente relevante.

“ (...) Sabemos muito pouco sobre o investimento de capital no setor rural, que é realizada pela própria comunidade agrícola, isso equivale a um bom negócio se se levar em conta não apenas a construção de casas, mas também o desmatamento, escavação de poços e valas, construção de cercas e sebes, etc. (...) Sabemos muito pouco de fato sobre o serviço doméstico e outras indústrias de serviços

peçoais, que são economicamente significativos em certos países, embora muito desse que não é remunerado” (Seers, 1969:10).

O autor refere a necessidade de encontrar formas de medição que não excluam os aspectos acima referidos (importância das relações não mercantis na satisfação de necessidades das “unidades domésticas”) e que sobretudo reflitam os fenómenos da pobreza, desemprego e desigualdade.

Para o mesmo, apesar de ser uma medida desadequada de desenvolvimento em si, o crescimento económico é um factor importante por conferir um “potencial de desenvolvimento” futuro. Contudo, esse potencial para o desenvolvimento pode não se materializar se o investimento estiver a ser “*em modernas técnicas de capital intensivo, o desemprego e a distribuição de rendimento pode muito bem tornar-se pior*” (Seers, 1969:7).

Na nossa perspectiva o crescimento do desemprego estrutural e a crise do trabalho assalariado que veremos no ponto () é o resultado do referido.

1.1.10. **Desenvolvimento alternativo: outros contributos**

Vários outros contributos intelectuais seguiram o apelo de Seers sobre a problemática do desenvolvimento e necessidade reconfiguração do conceito de “desenvolvimento”.

Destes movimentos destacam a conferência de Estocolmo sobre Ambientalismo Humano em 1972, que levou à criação do programa das nações unidas para o ambiente. Seguiu-se o Seminário de Cocoyoc (México) sobre “padrões de utilização de recursos, ambiente e estratégias de desenvolvimento” em Outubro de 1974.¹⁶

Cocoyoc juntou duas grandes linhas do movimento alternativo: aquela que tinha sustentado que devia ser dada atenção prioritária à satisfação das “necessidades básicas” das pessoas em alimentação, água e abrigo em detrimento da simples maximização do crescimento e que estava preocupada com os “limites externos” dos recursos e do ambiente planetário para sustentar este crescimento. Um desenvolvimento centrado em pessoas em harmonia com o ambiente requeria um esforço mais auto-sustentado do que no passado (Friedmann, 1996:3).

Em 1975 a Fundação Sueca Dag Hammarsjold Foundation publicou um documento provocador com o título “*What now? Another development*” (E agora? Outro desenvolvimento). Num contexto de uma “*profunda crise de desenvolvimento*” (ligado à pobreza de massas no terceiro mundo e não só, onde nem mesmo as mais básicas necessidades humanas (alimentação, habitação, saúde e educação) eram satisfeitas, de uma “*crise internacional*” devido ao sistema de relações económicas desiguais e uma “*crise institucional*” ligada à incapacidade das instituições para lidar com os desafios de um mundo em transformação, o artigo põe em causa a estratégia de desenvolvimento internacional seguida até então devido a não consideração da questão da pobreza (focou na realização de

¹⁶ O relatório Brundtland “Our common Future” de 1987 viria a desenvolver as questões ambientais abordadas, primeiro em Estocolmo e depois no México, e propõe conjunto de estratégias para a conciliação do crescimento com preocupações ambientais.

objectivos quantitativos de crescimento e não na satisfação de necessidades ou erradicação da pobreza) e a sustentabilidade.

Em dez pontos a organização advoga um novo desenvolvimento centrado nos homens e refere a importância de 1. *“Colocar a satisfação das necessidades – começando com a erradicação da pobreza – no ponto focal do processo de desenvolvimento”*.

2. *Reforçar a capacidade do Terceiro Mundo para o desenvolvimento auto-suficiente; 3. Transformar as estruturas económicas, sociais e políticas* (descentralização é considerado processo chave na transformação política e é proposto uma nova estrutura que valorize a importância dos contextos e das instituições locais em desenhar o destino das populações locais. São os próprios através das suas organizações a definir o seu futuro)

4. *Aumentar a disponibilidade e o acesso a alimentos; 5. Reorientar ciência e tecnologia para um outro desenvolvimento; 6. Melhorar a informação pública; 7. Redefinir as políticas internacionais de transferências de recursos e assegurar o seu automático financiamento; 8. Estabelecer uma autoridade mundial para gerir o património comum da humanidade; 9. Adaptar o Sistema das Nações Unidas para novas exigências; 10. A necessidade de ser capaz de apelar.*

É sugerido um *desenvolvimento de cada homem e mulher – todos os homens e mulheres – e não apenas o crescimento de coisas, que são apenas meios. Desenvolvimento orientado para a satisfação das necessidades começando com as necessidades básicas dos pobres que são a maioria do mundo, e ao mesmo tempo, desenvolvimento para garantir a humanização do homem através da satisfação das suas necessidades de expressão, criatividade, convivialidade, e para decidir o seu próprio destino* (1975, p.7).

Em 1976 surgiu a fundação internacional para desenvolvimentos alternativos (IFDA) na suíça. A fundação no seu relatório de actividades (*Building Blocks for an Alternative Development Strategy*) reconheceu de forma inovadora diferentes escalas em que o desenvolvimento ocorre (local, nacional, global) e reconheceu o espaço local como o mais significativo, onde acontecem as maiores interações e onde o desenvolvimento acontece e pode ser melhor percebido.

O desenvolvimento é vivido pelas pessoas onde elas estão, onde vivem, aprendem, trabalham, amam, agem – e morrem. A comunidade primária, geográfica ou organizacional, é o espaço imediato aberto à maior parte das pessoas. É na aldeia, nas delegações dos partidos, na paróquia, no clube desportivo, na associação – qualquer que seja o seu objecto –, que o desenvolvimento pessoal e social interage primeiro e melhor (1980, p.12) Citado em (Friedmann, 1996:4).

1.1.11. **Desenvolvimento alternativo: O contributo de Amartya Sen**

Na sua obra, intitulada “Desenvolvimento como Liberdade”, Amartya Sen entende a expansão da liberdade como meio principal (“papel instrumental”) e fim prioritário (“papel constitutivo”) do desenvolvimento. Para Sen, a expansão das liberdades leva ao desenvolvimento e o

desenvolvimento deve proporcionar liberdade às pessoas para escolher o tipo de vida que com razão valorizam.

Afirmamos que o desenvolvimento pode ser encarrado como um processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza. Pôr a tónica nas liberdades humanas contrasta com perspectivas mais restritas de desenvolvimento, tais como as que identificam desenvolvimento com o crescimento do produto nacional bruto, ou o aumento das receitas pessoais, ou com a industrialização, ou com o progresso tecnológico, ou com a modernização social (Sen, 1999:19).

Esta perspetiva é um contributo para um desenvolvimento alternativo porque sua análise centra nas pessoas e o desenvolvimento não é visto apenas como números, lucros, utilidade, um processo “violento” com muito “sangue, suor e lágrimas” onde é necessário evitar serviços sociais, influência de instituições burocráticas, democracia que atrapalha e onde o relevante é “rigor e disciplina”. Procura entender o desenvolvimento como expansão de liberdades reais que as pessoas gozam.

Para Sen, uma questão interessante em economia e relevante para o desenvolvimento é compreendermos a relação entre recursos e realizações (o que isso permite fazer/obter), entre bens e capacidades, nossa riqueza económica e a possibilidade de levar a vida que gostaríamos. A riqueza é meramente utilitária para termos mais liberdade de procurar o tipo de vida que queremos e valorizamos. Além da riqueza, existem, segundo o mesmo, outras “influências” na procura pelo tipo de vida que as pessoas valorizam. Pela mesma razão, Sen considera que o crescimento económico não pode ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhoria da vida que as pessoas levam e das liberdades que desfrutam.

Maior parte da população mundial sofre de privações de diversas naturezas sendo a muitos milhões negada a própria liberdade de sobreviver.¹⁷ Na visão de Sen, a ação individual e racional é fundamental para superar as referidas privações sendo a mesma condicionada pelas liberdades que os indivíduos gozam numa sociedade.

Segundo o mesmo, tudo o que as pessoas podem efetivamente obter para as suas vidas depende de *oportunidades económicas, das liberdades políticas, dos poderes sociais e condições de possibilidade como a boa saúde, a educação básica, e o incentivo e estímulo às suas iniciativas*. Considera que o desenvolvimento consiste na remoção das principais fontes de restrição de liberdades como *pobreza e tirania, falta de oportunidades económicas, privação social, incúria dos serviços públicos e intolerância e prepotência dos estados repressivos*. Estas são liberdades que frequentemente se encontram restringidas em contextos de famílias desfavorecidas e nos países em desenvolvimento. Numa análise interessante o autor afirma, para enaltecer a importância de liberdades políticas e civis, que nunca houve uma fome em democracias efetivas quer em países ricos quer em países pobres.

¹⁷ Entre as privações encontramos a fome, subnutrição, privação no acesso a cuidados de saúde, saneamento básico ou água potável, educação funcional, emprego e segurança económica, privações das mulheres, de liberdades políticas e civis.

A liberdade é considerada pelo autor como fundamental para o desenvolvimento por duas razões: (Sen, 1999:20)

- a. Avaliação: A apreciação do progresso tem de ser feita primariamente em termos do alargamento das liberdades das pessoas;
- b. Eficácia: A eficácia do desenvolvimento está rigorosamente dependente da ação livre das pessoas.

São identificados, na referida obra, cinco tipos de liberdades instrumentais. Estes proporcionam um conjunto de direitos que contribuem para aumentar a liberdade dos homens e para o desenvolvimento.

As *liberdades políticas* referem-se às possibilidades de escolher os governantes e os princípios de governação, de fiscalizar e criticar as autoridades, de participar, liberdade de expressão e ausência de censura na imprensa e liberdade de voto.

Os *Dispositivos económicos* são todas as oportunidades que os indivíduos dispõem para utilizar recursos económicos para produção, consumo, troca. Inclui questões relacionadas com os rendimentos e distribuição de rendimentos.

As *Oportunidades sociais* são estruturas organizadas para fornecer educação, saúde entre outros serviços sociais.

As *Garantias de transparência* referem-se à abertura que deve existir para estabelecer a confiança como fator base na sociedade (quer nas relações mercantis quer nas relações não mercantis). O referido fator ajuda na prevenção da corrupção, crimes financeiros e transações ilícitas.

A *Previdência social* são dispositivos institucionais que funcionam como apoio em situações de risco, falta de rendimentos assegurando mínimo para evitar a miséria e fome. Inclui subsídio de desemprego e outros dispositivos.

Todas as liberdades instrumentais se interrelacionam e complementam. Mais liberdade política e cívica ajudam a prevenir a fome e miséria por fomentar democracia e melhores escolhas na alocação de recursos. Mais oportunidades económicas geram recursos para investir em dispositivos a favor de educação e saúde e ainda reforçam o papel da previdência social. Garantias de transparência podem aumentar a confiança que por sua vez gera possibilidade de maiores investimentos (maior confiança reduz riscos).

1.1.12. **Reconfiguração do conceito de desenvolvimento**

A teoria do desenvolvimento alternativo teve um papel fundamental na reconfiguração do conceito de desenvolvimento. A partir desta o desenvolvimento surge associado muito mais que ao mero crescimento económico e “economicismo”. Surgiram assim seis novos conceitos associados ao desenvolvimento (Amaro, 2004):

Desenvolvimento sustentável - *Sustainable development seeks to meet the needs and aspirations of the present without compromising the ability to meet those of the future* (Relatório Brundtland, 1987:34).

As noções de **Desenvolvimento local** e **desenvolvimento participativo** colocam as pessoas e comunidades locais no centro das preocupações do desenvolvimento. O desenvolvimento é ancorado sobretudo com a participação de todos e ao exercício da cidadania.

Desenvolvimento participativo¹⁸ - *definido como um processo através do qual as pessoas, grupos e territórios excluídos se (re) apropriam dos seus recursos, da sua identidade, intervêm na vida social, política e cultural e fazem ouvir a sua voz com mais força nas instâncias de decisão*¹⁹. Está associado ao “*empowerment*” conceito já referido e que continuará a ser focado ao longo deste trabalho.

Os conceitos de **Desenvolvimento humano** e **desenvolvimento social** surgiram associados à ligação do conceito de desenvolvimento ao respeito pelos direitos humanos e promoção de uma vida digna para todos os seres humanos. O conceito de **Desenvolvimento Humano** foi utilizado pela primeira vez no primeiro relatório de desenvolvimento humano, em 1990, sob o lema “As pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação”. Está na base da utilização do IDH que foi desenvolvido pelo Paquistanês Mahbub ul-Haq e pelo Indiano Amartya Sen. A principal motivação destes autores era encontrar um indicador de medição que integrasse outras variáveis para avaliar “sucesso de um país ou o bem-estar de um indivíduo” que fossem além do mero rendimento (PIB) ou seja “dinheiro”. Ligaram o conceito de desenvolvimento a questões como ter **uma vida longa e saudável, educação, acesso a recursos mínimos** que permitem às pessoas viver com dignidade e ainda às questões da participação nas decisões que afectam a sua comunidade e à liberdade. Desenvolvimento Humano pode assim ser definido como *o processo de alargamento das escolhas das pessoas e melhoramento das capacidades humanas (a gama de coisas que elas podem fazer ou ser na vida) e liberdades para que possam viver uma vida longa e saudável, acesso à educação e um padrão de vida decente, participar na sua comunidade e as decisões que afectam as suas vidas*²⁰.

O conceito de **desenvolvimento social** teve a sua primeira utilização na 1ª cimeira de desenvolvimento social de Copenhaga em 1995, em que chefes de Estado e de Governo acordaram dar prioridade máxima “*à promoção do progresso social, da justiça e da melhoria da condição humana*”.

Desenvolvimento integrado – é um conceito que abrange todos os anteriormente referidos e pode ser definido como *o processo que conjuga as diferentes dimensões da vida e dos seus percursos de mudança e de melhoria, implicando, por exemplo: a articulação entre o económico, o social, o cultural, o político e o ambiental; a quantidade e a qualidade; as várias gerações; a tradição e a*

¹⁸ Será referido quando for abordado de forma autónoma o conceito de desenvolvimento comunitário.

¹⁹ <http://www.ciaris.org/community/library/show/152>, publicado em 2007.

²⁰ <http://www.undp.org/bz/human-development/what-is-human-development/>, disponível em Agosto de 2012, trad. minha

modernidade; o endógeno e o exógeno; o local e o global; os vários parceiros e instituições envolvidas; a investigação e acção; o ser, o estar, o fazer, o criar, o saber e o ter (as dimensões existenciais do desenvolvimento); o feminino e o masculino; as emoções e a razão, etc (Amaro, 2004).

1.1.13. **Desafios do Milénio: O maior pacto para reduzir a pobreza mundial**

No início do séc. XXI (ano 2000), os grandes problemas mundiais levaram os líderes de 189 países a reunirem nas Nações Unidas para estabelecer um dos maiores pactos até então que tinha o objectivo ambicioso de por fim à pobreza humana. Estabeleceu-se então um conjunto de 8 objectivos que se desdobram num conjunto de objectivos específicos.

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome; 2. Alcançar o ensino primário universal; 3. Promover a igualdade de género e a autonomização da mulher; 4. Reduzir a mortalidade de crianças; 5. Melhorar a saúde materna; 6. Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças; 7. Garantir a Sustentabilidade Ambiental; 8. Criar uma parceria global para o desenvolvimento.

Entre os objectivos específicos encontramos a ambição de reduzir para metade a pobreza mundial até 2015 comparada a valores de 1990. Esgotado praticamente o prazo “os resultados são decepcionantes”. A maior parte dos observadores é de opinião que as Metas do Milénio não serão atingidas” (Yunus, 2008).

É com satisfação que afirmamos que Cabo Verde está bem posicionado para cumprir os objectivos do desenvolvimento do milénio. Contudo, a crise financeira e depois económica iniciada nos EUA contagiando, posteriormente, a economia mundial, pode afectar progressos até então verificados devido à vulnerabilidade do país.

Vimos nos pontos anteriores que o conceito de desenvolvimento tem sofrido diversas alterações. A receita do “economicismo” deixou frustrações em diversos domínios o que motivou à reconfiguração do mesmo. Desenvolvimento passou a ser associado a questões como maior participação e cidadania, preocupações ambientais, satisfação de necessidades humanas e alargamento das oportunidades dos seres humanos para disfrutar da vida que com razão valorizam. O microcrédito por fomentar o alargamento de oportunidades dos seres humanos, satisfação de necessidades básicas, inclusão e participação económica da parte mais desfavorecida, um veículo para o aproveitamento da criatividade e potencial humano está ao serviço do desenvolvimento humano. Mesmo em situação de prevalência do “economicismo” por fomentar a criação de pequenas empresas e maior produtividade dos pobres é um contributo fundamental para a geração de riqueza.

5. Integração económica no combate à pobreza

A política de desenvolvimento tradicional tem centrado na promoção do crescimento económico como solução para os problemas sociais (pobreza, desemprego, desigualdade). Por este facto centram na promoção do crescimento económico e na implementação de medidas que favoreçam o acesso ao emprego no mercado de trabalho formal. No entanto, a mera promoção do crescimento económico não tem sido condição suficiente para a concretização das esperanças de uma vida melhor a milhões de pessoas no mundo. Além das questões de desigualdade, o crescimento atualmente gera cada vez menos emprego (aumento do desemprego estrutural) e tem outros elevados “custos sociais e ambientais”.

Noutro sentido, a atuação estatal com políticas de redistribuição e políticas sociais compensatórias no sentido de fazer face ao desemprego tem sido cada vez mais condicionada pela crise do trabalho assalariado e dívidas soberanas na generalidade das economias mundiais (crise do estado de providência). Poderemos estar a falar numa dupla crise: A crise do trabalho assalariado resultante de um crescimento económico débil após os designados “anos de ouro” da economia; crescimento este ancorado sobretudo no uso de altas tecnologias, automação, robótica e menos dependente de mão-de-obra tradicional. Uma crise do estado de providência resultado da queda dos níveis de atividade económica e receitas fiscais e manutenção e em certas situações aumentos de despesas sociais após os referidos anos de ouro colocando o Estado Providência num “*impasse financeiro*”.

Tornar-se-á cada vez mais evidente que no contexto contemporâneo, a dimensão “económica” da acção se terá que situar inevitavelmente para além da reinserção individual no sistema formal de emprego (Henriques, 2010:11) e no que se refere às políticas sociais torna-se fundamental a criação de condições que estimulem a capacidade produtiva dos mais pobres e excluídos. A passagem de políticas compensatórias para políticas activas de emprego que promovam a autonomização dos pobres oferece maiores garantias de sustentabilidade no esforço de erradicar a pobreza.

Henriques (2006) apresenta uma definição alargada de integração económica que inclui aspetos cruciais para lidar com a pobreza no contexto contemporâneo, inspirando na perspectiva dos autores do “desenvolvimento alternativo” que encaram o desenvolvimento como um processo que envolve dimensões não meramente económicas.

Integração Económica foi definida como (...) *acção que leva a um processo de ligação do conhecimento sobre condições materiais de necessidades básicas insatisfeitas com o tipo de transformação que pode contribuir para que efeitos contra a pobreza ocorram, nomeadamente, alargando possibilidades para a diminuição da dependência do mercado na satisfação de necessidades intermédias e alargando possibilidades para atividades que geram rendimentos diminuindo a dependência no trabalho por um salário no “mercado de trabalho”* (Henriques, 2006:109).

A passagem a seguir concretiza as vias pelas quais segundo o mesmo se materializam a integração económica:

(...) A dimensão económica da integração pode ser ou não ser dependente da participação no sistema formal de emprego. Atividades geradoras de rendimentos podem incluir trabalho por um salário no sistema formal de emprego, participação no sector informal, tornando um pequeno empresário de negócios, organizando formas de cooperativas coletivas na “economia social” etc.”.
(...) Pode também incluir formas individuais de organização da produção de valores uso (pequena escala de produção agrícola para o autoconsumo, produção de vestuário próprio, produção de móveis próprio, etc.), ou formas coletivas de organização da produção de valores uso (associações de saúde, associação de guarda de crianças, etc.) (...) (Henriques, 2006:107-8).

O conceito de integração económica aqui apresentado refere-se a um conjunto de processos que procuram a satisfação autónoma de necessidades básicas insatisfeitas pelas famílias pobres reduzindo a sua dependência do mercado. Em muitos países, principalmente os mais avançados, a vida e a manutenção da mesma depende completamente dos recursos monetários e do consumo. A “crise” na “economia de acumulação” conjugado com os cortes nos “sectores sociais” resultado do “impasse financeiro” do Estado arrasta milhares de pessoas para as malhas da pobreza. Os países menos desenvolvidos também sofrem este tipo de influências. No contexto actual “de crise” análises que procuram vias para satisfação das necessidades básicas além da participação das unidades domésticas apenas no consumo no mercado (o que exige recursos monetários) podem ser bastante úteis à compreensão do fenómeno da pobreza e revelam-se fundamentais.

O entendimento da integração económica da forma referida não cabe no quadro conceptual convencional da economia. Traduz um novo entendimento do económico (*The economic*), que *“requer um entendimento relacional da existência humana em sociedade”* e *“um novo olhar sobre a economia”*.

1.1.14. Criação de riqueza: O papel da economia doméstica

No conceito apresentado acima, a integração económica é associada à satisfação das necessidades intermédias através de redução da dependência mercantil.

Permitir que necessidades sejam satisfeitas com a menor dependência possível do mercado requer um entendimento alargado da riqueza e da criação de riqueza (Henriques, 2006:114).

Neste sentido, a relação de interdependência entre a produção de *valor uso* e *valor troca*, no contexto das unidades domésticas, são diretamente invocados.

A dimensão relacional dos seres humanos é importante para a acção contra a pobreza e a família é a unidade básica da sociedade onde melhor essa dimensão pode ser percecionada.

A “economia doméstica” “é o sistema central da sociedade civil, através do qual relações de mercado e de não mercado se articulam” (Friedmann, 1996:48).

Para o mesmo autor a economia doméstica faz isso, alocando o tempo dos seus elementos a diferentes tarefas, esferas da vida e domínios da prática social. Esta alocação dos membros a diferentes domínios de prática social foi designada pelo referido autor em outra ocasião como *“estratégia de sobrevivência”*.

As unidades domésticas pobres, que são a nossa maior preocupação, dependem fortemente de relações não mercantis, quer para garantir a existência, quer para procurar os seus objectivos de vida (Friedmann, 1996:48).

A análise da política económica dominante (*mainstream económico*) ignora a importância das relações de não mercantis na produção da vida. Mas para Friedmann, este é um domínio importante na compreensão da pobreza, principalmente nos países menos desenvolvidos onde parte grande da população ganha a vida produzindo para subsistência em unidades domésticas (produção de valor uso). Ignorar a sua existência seria retirar grande parte da economia “real”. Em Cabo Verde, esta questão é sobremaneira evidente. Na maior parte das aldeias do interior do país, as unidades domésticas fixadas nesses territórios, ganham a vida produzindo diariamente para a subsistência na agricultura de subsistência, nos pequenos negócios informais, utilizando trabalho doméstico não remunerado (i.e. guarda de crianças). Neste contexto, as unidades domésticas mantem e perseguem seus objectivos de vida com poucos recursos monetários. A produção de “valor uso” é a regra e a utilização do mercado acontece em casos marginais para obter outro tipo de produtos e serviços.

A dimensão do chamado sector informal “invisível”, especialmente nos países pobres, torna-o tão importante que excluí-lo da análise económica irá dar uma imagem totalmente inadequada e enganosa da realidade (Max-Neef, 1986, p. 48) Citado em (Henriques, 2006:114).

A unidade doméstica (unidade básica da sociedade) é o ponto de partida do “Whole Economy Model” definido por Friedmann.

O “Whole Economy Model” foca na produção de subsistência pelas unidades domésticas e, num sentido mais vasto, da própria vida, porque as actividades económicas não são independentes mas interligadas com outras forças geradoras da vida (Friedmann, 1996:48).

Integração económica da forma adoptada aqui, centra numa visão alargada do processo de criação de riqueza. Se em “economias monitorizadas” e em famílias mais abastadas a produção de valor troca é fundamental, nos países ou unidades domésticas pobres a produção para o autoconsumo tem um peso importante. Compreender e criar condições para analisar todo o processo poderá ser útil na acção contra a pobreza.

Num contexto de crescente diminuição de empregos no mercado formal, as estratégias das famílias para actividades geradoras de rendimentos não podem estar apenas restritas ao acesso a emprego no sistema formal de emprego (acesso a recursos monetários). Deve envolver outro conjunto de possibilidades. A própria política económica local deve abranger mais que o restrito conceito de mercado de trabalho local. Deve incluir acções que visam a redistribuição da propriedade da “terra local”, abordagens aos “mercados habitacionais” que facilitem o trabalho doméstico (produção de valor uso); apoiar organização local para produção valor uso numa base colectiva, considerar trabalho não registado das unidades domésticas e entre as unidades domésticas, acesso a fontes alternativas de alimentação e matérias-primas, a criação de estruturas de apoio à infância e acesso a fontes de energia e água que aumentem o tempo das unidades domésticas para actividades produtivas.

1.1.15. **Desenvolvimento alternativo e integração económica**

Mudanças duradouras na situação económica de famílias pobres estão intimamente ligadas com alterações nos contextos. Estas alterações no contexto que favoreçam a criação de emprego, oportunidades económicas e uma “melhoria” nas condições de vida das famílias pobres são compreendidas neste trabalho como “desenvolvimento”.

(...) O conceito de “integração económica” foi entendido como promoção do acesso às bases de riqueza produtiva doméstica cobrindo ambos a produção do valor uso e a produção de valor troca. “Integração económica” foi entendido como acção visando a mínima dependência possível do mercado na satisfação de necessidades intermédias (mudando a interpretação subjectiva de necessidade, mudando a dependência do mercado na satisfação de necessidades intermédias, produzindo valor uso e valor troca numa base individual ou colectiva, etc.) e abrindo as oportunidades para aceder aos recursos monetários por outros meios além do trabalho por um salário no contexto do mercado formal de emprego (Henriques, 2006:123).

Este conceito está imbricado num “*novo olhar sobre a economia*”. Um olhar diferente do entendimento neoclássico da economia e de “desenvolvimento”. Trata-se da perspectiva do “desenvolvimento alternativo” já mencionado neste trabalho.

Um desenvolvimento alternativo centra-se no povo e no seu ambiente, ao invés de se centrar na produção e nos lucros. E quando o paradigma da dominação aborda a questão do crescimento económico da perspectiva da empresa, que é o fundamento da economia neoclássica, ao mesmo tempo um desenvolvimento alternativo, baseado como tem que ser, nos espaços da vida da sociedade civil, aborda a questão de uma melhoria das condições de vida e de existência da perspectiva doméstica (Friedmann, 1996:33).

A ciência económica baseia num modelo de homo economicus, egoísta que apenas se motiva pelos seus próprios interesses nas suas tomadas de decisão, agindo de um ponto de vista racional procurando aumentar os seus lucros.

Enquanto o *desenvolvimento alternativo* parte das unidades domésticas como base compostas por “pessoas naturais”, que “tem interesses próprios” mas também têm relações com os outros e que não se motiva apenas pelos seus interesses.

As unidades domésticas aparecem como unidades básicas da sociedade onde a produção da vida acontece. Elas não são encaradas apenas como unidades de consumo como faz a ciência económica convencional.

Como referido o desenvolvimento alternativo requer um “um novo olhar sobre a economia”. O modelo dominante de economia nacional centrado no “economicismo” é considerado deficiente pelos seguintes motivos:

Nada diz sobre a distribuição social e territorial do rendimento; não nos dá uma medida certa do bem-estar ou do poder económico, nem sobre como este poder é acumulado ou distribuído; não

reflete rigorosamente as valorações sociais; ignora os custos de produção suportados por terceiros; nada diz sobre os custos resultantes da destruição das funções ambientais, exclui informação vital sobre a produção originada dentro da agricultura de subsistência e de outras actividades primárias, do sector informal e da economia doméstica (Friedmann, 1996:47).

Por todos estes motivos, este autor entende que deve-se “repensar a economia”, sob novos pressupostos de partida.

“Começar num ponto de vista diferente da economia neoclássica significa que temos de encontrar um quadro que não seja determinado por relações de mercado e, ao mesmo tempo, represente uma relação directa com o sentido de bem-estar das populações” (Friedmann, 1996:47).

Neste sentido, o desenvolvimento deve partir das unidades domésticas e pode ser melhor analisado sob o ponto de vista do **“Whole Economy Model”**.

1.1.16. **“Whole Economy Model”**

O sistema económico capitalista tem predominado na maioria das sociedades, incluindo as em desenvolvimento.

“As recentes mudanças convulsivas na organização do capitalismo – o seu alcance global, as inovações tecnológicas revolucionárias, a centralização em empresas e instituições financeiras gigantes – resultaram na exclusão de grande número dos pobres do mundo da participação económica e política” (Friedmann, 1996:15).

Os avanços tecnológicos, o crescimento económico, a produtividade tem-se multiplicado a cada dia mas a distribuição dos rendimentos é extraordinariamente desigual. *“94 por cento do rendimento mundial está distribuído por 40 por cento da população, enquanto os outros 60 por cento são obrigados a viver com apenas seis por cento do bolo total. Metade da população do mundo vive com dois dólares por dia ou menos e quase mil milhões de pessoas vivem com menos de um dólar por dia”* (Yunus, 2008:23-24).

Há uma participação marginal de larga maioria da população mundial na acumulação de capital. Ao mesmo tempo que há exigências de um crescimento económico mais equitativo, os países são obrigados, pelos financiadores, para continuarem a obter ajuda internacional, a implementarem programas de “ajustamento estrutural” que reforçam a liberalização, apoio a multinacionais e portanto reforço da concentração de rendimentos.

“Através de números como estes, torna-se claro que grande parte das pessoas vive nas margens da economia monetária, subsistindo à custa de trabalho produzido fora da economia monetária” (Friedmann, 1996:20).

Os *“camponeses de subsistência, trabalhadores rurais sem terra e os chamados sectores populares das áreas urbanas degradadas e dos bairros de lata de rápido crescimento”* (Friedmann, 1996:17-18) são considerados redundantes, ou mesmo perturbadores do sistema de acumulação de capital.

Contudo as unidades domésticas compostas pelos referidos trabalhadores, que nos países pobres representam a maioria da população atirada para as malhas do sistema de acumulação de capital, apresentam estratégias de resistência e luta pela sobrevivência.

Ser-se excluído dos mais elevados escalões do poder não é necessariamente ser-se condenado a uma vida sem história (wolf, 1982) citado em (Friedmann, 1996:23).

Os pobres apresentam formas de lutas pela sua sobrevivência, actuando a nível individual ou colectivamente. Não havendo possibilidade de participar na economia da acumulação, a economia doméstica traduz-se no terreno de luta diária pela sobrevivência.

“A economia doméstica, a economia moral, na qual os núcleos domésticos estão imbricados, e as comunidades territoriais que formam a matriz da prática doméstica, social e política, são centrais para a luta pela sobrevivência” (Friedmann, 1996:23-24).

As unidades domésticas apresentam várias formas de luta que pouco reconhecimento tem no olhar convencional do desenvolvimento (crescimento do produto, números, lucros e centrado na figura imaginária do “Homo economicus”). Para Friedmann o “*trabalho informal*”, as “*Organizações Económicas Populares (OEP)*” e os “*Movimentos de protestos*” representam as principais formas de luta. Este autor apresenta assim, um “*whole Economy Model*”²¹ sob a forma de duas economias que se intersectam, uma *economia de acumulação* de capital e outra de *subsistência*, onde a *economia informal* representa a área de intercessão. Conforme se poderá ver ainda neste trabalho a reestruturação do capital²² implicou mudanças no trabalho assalariado. Um tipo de trabalho cresce em detrimento de outro e um modelo que centre em todas as formas de trabalho é necessário. O modelo de “Economia Global” representa um esforço teórico significativo nesta direcção. Se desenvolvimento significa uma clara melhoria nas condições de vida das populações e não produção e lucros, o ponto de partida deve ser as unidades domésticas e não a produção lucrativa em empresas. Neste modelo a produção das condições de vida das unidades domésticas depende segundo o autor do tempo dedicado ao *trabalho doméstico* e na *economia comunitária*. O primeiro refere-se à importância do trabalho doméstico na execução de actividades como “fazer compras, cozinhar, tratar de crianças, recolher lenha e água, limpar, educar bebés e crianças pequenas, fazer reparações, construir, cultivar hortas e tarefas que se fazem dentro e em volta da casa” (Friedmann, 1996:53). Trata-se da produção do *valor uso*, numa base individual, dentro das unidades domésticas. Em relação ao segundo, refere-se à produção do *valor uso*, numa base colectiva, dentro da comunidade. São “actividades produtivas” desenvolvidas dentro do “*barrio ou aldeia*” incluindo a “(...) *construção de escolas e parques, o melhoramento de vias de acesso e as preparações e distribuições colectivas de refeições quentes (ollas comunes)*.” (Friedmann, 1996:ibid). Por ultimo, segundo o autor, as condições de vida das unidades domésticas dependem ainda de transferências

²¹ Ver anexo III

²² Ver ponto 7, 8 e 9.

estatais, feitas em género normalmente, como *serviços de saúde, transportes públicos subsidiados, programas de refeições escolares* entre outras.

Na economia de subsistência, a produção é sobretudo para a subsistência (autoconsumo). Mas o dinheiro continua a ser importante pois há necessidade de vender parte da produção para adquirir outros bens necessários. As transações nesse sector são dominadas por relações não mercantis. Trata-se do que é designado por alguns autores como “*economia moral ou economia do afecto*” (Scott, 1976, Hyden, 1980) citado em (Friedmann, 1996:18). As condições de vida dependem da produção do *valor uso* (base individual e colectiva), sendo o pouco dinheiro necessário à subsistência obtido através de participação no comércio informal ou no mercado de trabalho formal a troco de condições precárias e baixos salários. Friedmann considera que uma recuperação e crescimento da economia formal pode potenciar mudanças nas decisões das unidades domésticas da subsistência para a acumulação. Existe muitas vezes o abandono das actividades informais e ligação a actividades dentro da economia formal em subcontratação, contudo as relações de solidariedade ou a “*economia moral ou economia do afecto*” permanecem e são superiores aos “*cálculos utilitaristas*” dado que, segundo este autor, são “*psicologicamente empowering*”. O modelo apresentado por Friedmann implica uma mudança nos pressupostos de partida do que é chamado desenvolvimento. Não como um crescimento de números, na produção e lucros centrado na figura do “*homo economicus*”. Conceptualiza uma dimensão diferente e diga-se real do ser humano, a sua dimensão relacional. Encara o desenvolvimento como uma clara melhoria nas condições de vida das unidades domésticas “pobres” e ela não acontece apenas no quadro de relações mercantis (pelo consumo) mas maioritariamente mediante relações não mercantis realizadas fora do quadro do mercado. As unidades domésticas são unidades activas na *produção* das suas condições de vida.

6. Desenvolvimento comunitário: Promover a participação dos “disempowered”

Actualmente, como referido por Friedmann, as configurações do poder e do capitalismo global tem resultado na exclusão da maioria dos pobres do mundo da participação económica e política. Um leque de privações e injustiças notáveis atinge as populações mais vulneráveis naquilo que se pode designar de uma crescente “*desumanização*” do ser humano. Milhões de pessoas sofrem a realidade da extrema pobreza, taxas de desemprego encontram-se em níveis impensáveis (não são números mas vidas humanas em jogo), ameaças crescentes pairam sobre a sustentabilidade da vida económica e do equilíbrio do planeta. Um desenvolvimento alternativo é necessário segundo o autor no sentido de reequilibrar a estrutura de poderes na sociedade tornando a acção Estatal mais sujeita ao controlo das populações e a acção empresarial socialmente mais responsável. É necessário atribuir mais poderes à sociedade civil e comunidade política na resolução dos problemas e desafios globais. A perspectiva do “*desenvolvimento comunitário*” oferece suporte para tal participação. Ela surgiu nos finais da década de 50 impulsionado principalmente pelas Nações Unidas (Cf. Amaro, 2004; Henriques, 2006). É resultado de experiencias práticas do trabalho de técnicos das nações unidas nos países em desenvolvimento e da sua frustração com as receitas tidas como viáveis para o desenvolvimento baseadas no “*economicismo*”. As referidas experiências levaram a se considerar

que “mudanças socioeconómicas” relacionam sobretudo com “mudanças de atitudes e comportamentos”²³ no sentido de maior ação, particularmente “Acção coletiva”. Neste sentido vários trabalhos, utilizando o voluntariado, procuraram envolver as comunidades locais numa base colectiva no sentido de entender e resolver problemas individuais.

Para a perspectiva do desenvolvimento comunitário, o desenvolvimento global só ocorre se as pessoas são envolvidas no seu próprio desenvolvimento. Assim, a organização da sociedade civil para trabalho colaborativo que facilita a mobilização integral de recursos é considerado mais eficaz para a promoção de desenvolvimento que políticas de Autoridades que impõe medidas de cima para baixo. *Promoção da participação, empowerment e efectiva organização* são os grandes contributos desta perspectiva.

A participação, principalmente dos “disempowered” que são o foco da nossa atenção, não é uma questão fácil de obter. No entanto não é impossível. A não participação muitas vezes resulta de imposição de medidas, de forma autoritária, por parte de instituições do poder, falta de expectativa das populações em relação às intervenções e desconfiança em relação às mudanças ou melhorias que pode provocar. A animação das comunidades locais para a “mudança de mentalidades”, a criação, com a comunidade e a partir das suas necessidades, de intervenções e o envolvimento no sentido de ganhar “consciência crítica” sobre os problemas e as suas próprias vidas são factores essenciais. A participação eficaz depende de habilitação, competências e capacidades para tal ou seja do processo de “capacity building”.

1.1.17. **Paulo Freire, conscientização e acção colectiva**

“O homem chega a ser sujeito por uma reflexão sobre sua situação, sobre seu ambiente concreto.

Quanto mais reflectir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais emerge, plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para mudá-la.”

Paulo Freire

Os “disempowered” e “oprimidos” enfrentam injustiças, exploração e violência de opressores o que se traduz numa “desumanização” do ser humano. A teoria do desenvolvimento comunitário foi influenciada pelo trabalho de Paulo Freire sobre a educação de adultos antes e depois do golpe de Estado de 1964 no Brasil e depois no Chile. Seguindo de perto este autor, a “desumanização” não é um “destino dado” mas uma realidade resultante de uma “ordem” injusta que pode ser mudada. Contudo a mudança só pode ser obtida através da luta que por sua vez pressupõe conhecimento, pelo oprimido, das causas da opressão, uma “inserção crítica” na realidade opressora, reflexão ou “conscientização” e ação sobre o mundo no sentido de transformá-lo (“praxis humana”). Para o autor somente os homens podem agir conscientemente sobre a realidade objectiva e a educação é a chave para uma acção consciente e eficaz no sentido de “denunciar” a estrutura “desumanizante” e anunciar a “humanizante”.

²³ Changes in the ‘people’s mentality’

Criticando a educação convencional como “Bancária” e “Opressora” propõe uma pedagogia diferente a que designou de “pedagogia do oprimido”.

“Pedagogia do Oprimido” é aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará (Freire, 1970:17).

A nível da acção colectiva propõe a “Teoria de acção Dialógica”. A mesma centra, ao contrário da educação “Bancária”, em características como a “colaboração”, a “união”, a “Organização” e a “Síntese cultural”. As pessoas se juntam para a transformação do mundo (“colaboração”), As lideranças tem a obrigação de unir os oprimidos e estar em “comunhão” com eles (“união para libertação”), os oprimidos organizam-se para a sua própria acção (“organização”), a “Acção cultural dialógica” visa a transformação da estrutura social trabalhando com as massas oprimidas a problematização ou “inserção crítica” à realidade opressora (uma “síntese” da “própria cultura alienante e alienada”) a partir dos “temas básicos” de interesse significativo do povo (“temas geradores”) que devem ser a base para a “acção cultural”.

A organização dos “disempowered” mas sobretudo trabalhar com os mesmos a formação de “consciência crítica” sobre a realidade e capacitação para acção são factores cruciais para reequilibrar a estrutura de poder na sociedade, promover a integração económica e permitir aos “oprimidos” serem mais. Em contexto de globalização o método de Freire emerge como uma ferramenta essencial no sentido de ajudar os desfavorecidos a “ler o mundo” e agir no sentido melhorar suas condições de vida. A educação é um fator fundamental no reforço de capacidades dos “disempowered” e que pode influir no ciclo de pobreza que, muitas vezes afecta várias gerações das famílias mais desfavorecidas. No mesmo sentido, pode ter um efeito importante nas condições de vida dos “disempowered”, actualmente, a promoção do acesso às tecnologias de informação e comunicação. Levá-los aos pobres significa aumentar os seus poderes na luta pela melhoria das suas condições de vida. Por último não se pode ignorar a importância das organizações comunitárias na produção de *valor uso* numa base colectiva, actualmente fundamental para a integração económica, em contexto de crise no “sector de acumulação”.

2. Parte II. Reestruturação global, Emergência do “local” e importância da compreensão da relação global-local e vice-versa para a promoção da integração económica

7. Reestruturação Global dos finais do século 20

Nos finais da década de 60 iniciou-se uma intensa reestruturação económica e política global que alterou o cenário de actuação de empresas e instituições com consequências no bem-estar das populações. Ocorreram mudanças radicais nas formas de organização e competitividade empresarial, e nas formas de utilização de “*factor capital-trabalho*” num capitalismo diferente, embora baseado no mesmo princípio da “*produção para o lucro*”.

O objectivo deste ponto do trabalho é enquadrar o contexto no qual emergiu a crise o trabalho assalariado, do Estado de Providencia e estimulou debate sobre oportunidade de utilização do empreendedorismo para a integração económica dos pobres em que o microcrédito tem sido um dos principais instrumentos. É nesse contexto que emerge também o “local” como nível decisivo na competitividade, criação de emprego e promoção do desenvolvimento. Na abordagem que faço neste ponto do trabalho deve se considerar alguma citação extensiva de (Harvey, 1989).

Várias teorias tentaram explicar a referida reestruturação mas muitas não refletem a verdadeira essência da mudança que se verificou nesse período. A nossa perspectiva centra na obra de David Harvey, 1989 que defende a *transição no regime de acumulação* e no *modo de regulação social e política*.

O mesmo autor serve de ideias da chamada “Escola de regulação” cujo pioneiro foi Aglietta (1979) seguida depois por Lipietz (1986), Boyer (1986) entre outros. Estes consideram que as sociedades são compostas por uma rede de relações sociais. Assim, retomam a intuição marxista de que os sistemas económicos não reproduzem por si, desinseridos de relações sociais e de instituições historicamente mutáveis (Rodrigues, 1987:127).

Partindo da análise de crises históricas em países capitalistas desenvolvidos, estudam os “modos de desenvolvimento” das sociedades em termos de “acumulação e regulação”. Entendem que fruto das contradições das relações sociais, o sistema económico é instável e está sujeito a “crises cíclicas”. Contudo, não defendem o desaparecimento do capitalismo a favor do socialismo como os marxistas ortodoxos. Enriquecidos por outras perspectivas entendem que há longos períodos em que o sistema reproduz. A este período continuado designaram de regime de acumulação. *Regime de acumulação descreve a estabilização por um longo período da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação, implica alguma correspondência entre a transformação tanto da condição de produção e as condições de reprodução de assalariados* (Lipietz, 1986, 19) citado em (Harvey, 1989:121).

O que determina existência do regime de acumulação é a sua coerência na reprodução ou seja *“conduzir o comportamento de todos os tipos de indivíduos – capitalistas, trabalhadores, empregados do estado, financeiros, e todas as maneiras de outros agentes político-económicos – num tipo de configuração que mantenha o regime de acumulação funcionando”* (Harvey, 1989:ibid).

Tal exige “um grande compromisso” entre todos os referidos atores que nunca é obtido apenas pelo funcionamento do mercado mas através de acção de instituições mediante um “aparato regulatório”. Estas instituições desempenham um papel fundamental na criação de condições que asseguram a reprodução e estabilização do sistema capitalista mesmo que por um período de tempo.

A acção institucional que contribui para *“a materialização do regime de acumulação tomando forma de normas, hábitos, leis, redes de regulação e assim por diante que asseguram a unidade do processo, ou seja a adequada consistência do comportamento individual com o esquema de reprodução.”* (Harvey, 1989:121-2) é designado pelos autores da referida escola como o *modo de regulação*.

A principal virtude da “escola de regulação” é reconhecer que é necessário levar em consideração um conjunto de *relações e arranjos*, que vão além das simples análises das transacções do mercado, que contribuem para a estabilização do crescimento do produto e distribuição do rendimento agregado e do consumo em determinados períodos históricos e lugares particulares (Harvey, 1989:123).

2.1.1. **O “regime de acumulação” Fordista**

O fordismo iniciou como forma de organização do trabalho em 1914 com o estabelecimento do 5 dólar, oito horas dia por Henri Ford numa fábrica de Michigan. Ford baseou na obra de Frederick W. Taylor de 1912 “princípios da gestão científica”, onde defendia a forma *“como a produtividade do trabalho podia ser radicalmente aumentada através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos de componentes e organizar tarefas de trabalho fragmentadas de acordo com standards rigorosos de estudo de tempo e movimento”* (Harvey, 1989:125).

A inovação de Ford consistiu na defesa da produção e consumo de massa e uma nova forma de exercício do poder corporativo.

“O que era especial em Ford, (e em ultima análise separa Fordismo de Taylorismo), era a sua visão, seu reconhecimento explícito que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução do poder laboral, uma nova política de controlo e gestão, uma nova estética e psicologia, em resumo, um novo tipo de sociedade democrática racionalizada, modernista e populista” (Harvey, 1989:125-6).

Em relação ao exercício do poder corporativo, Ford entendia que o mesmo era fundamental na regulação da economia. Em várias tentativas procurou desenvolver práticas neste sentido (v.g. defesa do 5 dólar e oito horas por dia para assegurar compromisso do trabalhador com a linha de montagem, rendimento e tempo de lazer suficiente para consumo da produção de massa que a

corporação empreendia; envio de assistentes sociais aos domicílios dos seus trabalhadores para constatar a sua aptidão para gastar corretamente o dinheiro). A regulação da economia através do poder corporativo como defendia era contudo ineficiente. Apesar da constituição como modelo de organização laboral desde 1914, o Fordismo apenas constitui como regime estável de acumulação depois da segunda guerra mundial.

Duas razões são apontadas por Harvey como os principais obstáculos à expansão do Fordismo no período entre as guerras. A primeira relaciona-se com a luta dos trabalhadores contra métodos de trabalho rotinizado na linha de montagem.

“Para começar, o estado das relações de classe em todo o mundo capitalista dificilmente era propício à fácil aceitação de um sistema de produção que se apoiava tão fortemente na socialização do trabalhador para longas horas de trabalho puramente rotinizado exigindo pouco de habilidades manuais tradicionais e concedendo um controlo insignificante ao trabalhador sobre o desenho, ritmo e organização do processo produtivo” (Harvey, 1989:128).

Neste campo destacam-se as lutas intensas da classe de trabalhadores com o grande poder corporativo. Nos EUA a lei Wagner de 1933 havia atribuído poderes consideráveis a movimentos de trabalhadores nas relações de trabalho. Contudo anos de luta com os capitalistas corporativos levaram à criação da Lei Taft-Hartley em 1952 e a derrota dos movimentos radicais dos trabalhadores.

A segunda refere-se aos modos e mecanismos da intervenção do estado.

Uma nova forma de regulação tinha de ser concebido para corresponder aos requisitos da produção Fordista e foi preciso o choque da depressão selvagem e quase-colapso do capitalismo nos anos 30 para empurrar as sociedades capitalistas para uma nova concepção de como o poder do estado devia ser concebido e implantado” (Harvey, 1989:129).

Várias tentativas em muitas nações procuraram encontrar, face à crise de 1929, um modelo de arranjo institucional, político e social que conseguisse lidar com “ (...) a crónica incapacidade do capitalismo para regular as condições essenciais para a sua própria reprodução”. O New Deal de Roosevelt para enfrentar a crise nos EUA e o trabalho de Keynes sobre o papel do estado foram os principais contributos. Segundo Keynes sendo a referida crise resultado de falta de procura efetiva a intervenção do Estado, tanto a nível de fortes investimentos públicos (fomentou a reconstrução pós-guerra) como através de políticas monetárias e fiscais, poderia colmatar este défice.

“Na medida em que produção de massa, que exigia fortes investimentos em capital fixo, que requeria condições de procura relativamente estáveis para ser lucrativos, o Estado se esforçou para controlar ciclos económicos através de um mix apropriado de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Tais políticas foram direcionadas para áreas do investimento público – em sectores como transportes, serviços públicos, etc.. - que eram vitais para o crescimento da produção e consumo de massa, e que podia também garantir relativo pleno emprego. Governos igualmente agiram para

providenciar um forte alicerce para o salário social através de gastos cobrindo segurança social, saúde, educação, habitação etc. Além disso, o poder do estado era exercido, tanto directa como indirectamente, sobre acordos salariais e direitos dos trabalhadores na produção (Harvey, 1989:135).

A seguir à segunda guerra mundial, um binário Fordismo-Keynesianismo conceptualizando a forma de organização da atividade produtiva (regime de acumulação) e a intervenção do estado (papel regulação de forma a facilitar e fomentar a procura efectiva tornando viável o regime de acumulação Fordista foi responsável pelos 30 anos de glória (1945-1973).

“O tenso mas mesmo assim firme equilíbrio de poder que prevaleceu entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo, e o estado nação, e que formou a base do poder para o boom pós-guerra (...) (Harvey, 1989:133) dependeu de uma serie de “compromissos” e “reposicionamentos” dos vários actores que compõe o processo de desenvolvimento capitalista.

O grande poder corporativo e a intervenção do Estado obtiveram acordos com sindicatos de trabalhadores no sentido de colaboração em métodos de aumento de produtividade em troca de prémios de produtividade (aumentos salariais). O grande poder corporativo aceitou, por este facto, a contragosto, algumas exigências do poder de sindicatos, beneficiando de maior lucro. O Estado Providencia beneficiou também de um volume grande de receitas. Assim garantia aos que não foram incluídos nos benefícios do fordismo forte apoio a salários assim como um grande volume de serviços sociais.

“Estado tinha que tentar e garantir algum tipo de salário social adequado para todos, ou se engajar em políticas redistributivas ou acções legais que iriam activamente corrigir as desigualdades, enfrentar o empobrecimento relativo e falta de inclusão das minorias. Cada vez mais, a legitimação do poder do Estado dependia da capacidade de difundir os benefícios do fordismo para todos e para encontrar maneiras de oferecer cuidados de saúde adequados, habitação e serviços educacionais em grande escala, mas de uma forma humana e solidária. Falhas qualitativas neste campo foram alvo de inúmeras críticas, mas no final foi provavelmente a falha quantitativa que provocaram os mais sérios dilemas. A capacidade de fornecer bens colectivos dependia de contínua aceleração da produtividade do trabalho no sector corporativo. Só assim poderia o estatismo de bem-estar keynesiano ser tornado fiscalmente viável” (Harvey, 1989:139).

Pós-guerra foi considerado como uma “forma total de vida”. Um estilo, uma cultura (produção e consumo de massas). Grande parte do boom no fordismo pós-guerra deveu-se também a uma expansão do comércio mundial e circulação do investimento internacional sob a hegemonia dos EUA. Apenas após 1939 fordismo expandiu para a Europa e Japão incluído no esforço de guerra. Na Europa sobretudo pela Aplicação do Plano Marshal e investimento directo dos EUA.

Apesar das críticas o Fordismo manteve-se com um ambiente relativamente estável para os lucros de grandes corporações, foi possível manter um crescimento elevado com relativo “pleno emprego”, padrões materiais de vida aumentou nos países desenvolvidos capitalistas até à recessão de 1973.

2.1.2. **Do Fordismo à “Acumulação Flexível”**

Seguindo de perto Harvey, Já nos meados de 60, se podiam vislumbrar problemas sérios com o fordismo. Como referido, o sucesso do sistema de acumulação fordista deveu-se em muito à expansão do comércio mundial e investimentos internacionais sob a hegemonia dos EUA. Contudo, nos meados da década de 60 a Europa e o Japão, principais destinos da produção de massa empreendida por corporações dos EUA, já tinham completado a recuperação e os seus mercados se encontravam saturados. Estes países começaram a procurar mercados para exportação dos seus produtos. Acentua-se assim a concorrência internacional. Nesse período também a extrema racionalização do sistema Fordista levou ao despedimento de uma franja importante de trabalhadores com impacto na procura efectiva. Foi também nesse momento que se iniciaram as “políticas de substituição de importações” em muitos países do terceiro mundo. Estes factores levaram à queda de “ganhos de produtividade” do sistema Fordista. Ficaram assim em causa o financiamento dos lucros corporativos, e consequentemente a acumulação, os aumentos nos salários reais e dos recursos para o Estado de Bem Estar Keynesiano tornando-o fiscalmente inviável.

A seguinte passagem sintetiza os problemas do capitalismo e do regime de acumulação Fordista nos finais da década de 60 e que motivou o surgimento de um novo regime de acumulação.

“De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 foi um em que a incapacidade do Fordismo e do keynesianismo para conter as inerentes contradições do capitalismo se tornou mais e mais evidente. Na superfície, estas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam mais flexibilidade de planeamento e presumiam crescimento estável de mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez no mercado de trabalho, alocação de trabalho, e em contractos de trabalho (especialmente no chamado sector “monopolista”. E toda a tentativa para superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora – o que explica as ondas de greve os problemas trabalhistas do período 1968-1972. A rigidez dos compromissos do Estado foi se intensificando à medida que programas de assistência (segurança social, direitos de pensão, etc.) aumentavam sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia qualquer expansão de base fiscal para gastos do Estado. O único instrumento de resposta flexível encontrava-se na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável. E, assim, começou a onda inflacionária que acabaria por afundar a expansão do pós-guerra” (Harvey, 1989:148-9).

Seguiu-se depois uma crise mundial no mercado imobiliário, instabilidade nos mercados financeiros e a segunda crise do petróleo²⁴ instalando assim uma crise mundial e alto nível de desemprego. As

²⁴ Decisão da OPEP, no ano de 1973, de aumentar o preço e embargar a exportação do petróleo para os países ocidentais durante a guerra árabe-israelita. Teve impacto profundo na atividade económica e obrigou a mudanças tecnológicas e organizacionais para encontrar técnicas de utilização do petróleo.

grandes corporações começaram a enfrentar dificuldades crescentes. Face ao aumento da concorrência internacional e conseqüente inviabilidade da produção de massa, as mesmas depararam com infra-estruturas e capacidade instalada excedente sem utilização o que as obrigou a *racionalizar, reestruturar e intensificar o controlo laboral*.

Um novo regime de acumulação era necessário no sentido de lutar contra a queda de *produtividade e lucros* do sistema de acumulação fordista e sua rigidez que impossibilitava quaisquer ajustamentos nos processos e relações de trabalho, num contexto de intensificação da concorrência.

“A mudança tecnológica, a automação, a procura por novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controlo laboral mais fácil, fusões e passos para acelerar o tempo de circulação do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas (...) (Harvey, 1989:151).

O novo regime que Harvey designou de “acumulação flexível” implicou uma transformação da estrutura do mercado de trabalho (Flexibilização das relações laborais – contratos part-time, trabalho temporário, mobilidade geográfica) com objectivo de gerir melhor a alocação do trabalho, podendo adaptar às circunstâncias de épocas de maior ou menor procura. A transição e ajustamentos no mercado laboral, nomeadamente utilização da automação e tecnologias, forçaram uma crise do trabalho assalariado e um aumento do desemprego estrutural.

Mudanças na organização industrial e empresarial tornaram o empreendedorismo factor crucial na criação de emprego. As grandes corporações foram obrigadas a uma extrema reestruturação na forma de organização e produção de forma a serem competitivas num ambiente de intensificação da concorrência internacional, de riscos e incertezas. Baseado na produção de massas e na interiorização de todas as funções na empresa, no período Fordista, as corporações mudaram a sua forma de organização e produção no regime de acumulação flexível pautando pela subcontratação e/ou outsourcing. A exteriorização de várias funções de produção fomentou o “reaparecimento de pequenas empresas de base familiares”, “trabalho doméstico”, economia informal e de “pequenas e médias empresas” especializadas em tarefas específicas ou de consultoria. O emprego passou a depender cada vez mais da nova iniciativa empresarial. O “individualismo exacerbado” e o empreendedorismo apareceram como condição necessária embora não suficiente da transição do fordismo à acumulação flexível em oposição ao “conservadorismo” e maior prevalência de “valores colectivos” do período fordista.

Hoje, o empreendedorismo caracteriza não somente a acção dos negócios, mas domínios da vida tão diversos quanto a administração municipal, a área de pesquisa e desenvolvimento, tendo até chegado aos recantos mais distantes da vida académica, literária e artística. (...) Afinal de contas, foi principalmente por intermédio da irrupção da formação de novos negócios, da inovação e do empreendedorismo que muitos dos novos sistemas de produção vieram a ser implementados” (Harvey, 1989:177).

Além da intensificação da concorrência global, mudanças nos hábitos, consumos e estrutura ocupacional (instabilidade nos hábitos de consumo, uma cultura pós-modernista onde se valoriza “a diferença”, “a efemeridade”, “o espetáculo”, “a moda”, ciclos de vida do produto mais curto) exigiam das empresas respostas mais flexíveis e inovadoras.

Inovação organizacional, institucional, do produto e tecnológicas aparecem como principal fonte de criação de valor para as empresas. Economias de aglomeração e de gama aparecem em oposição às economias de escala do modelo fordista. Há uma transição para o que tem sido designado “sociedade do conhecimento” onde ganham preponderância o sector dos serviços, a qualificação dos recursos humanos, a informação e o conhecimento. O controlo e análise da informação emergem como factores vitais para negócios lucrativos quer em grandes corporações quer em PME’s. Ao nível do Estado, o elevado nível de défice público colocou em causa a viabilidade do estado de bem-estar social Keynesiano, num momento de crise em que era fundamental a sua presença. O fraco crescimento (consequentemente menor receita fiscal), elevado nível de desemprego e despesas públicas limitaram o desenvolvimento de políticas sociais assistencialistas e compensatórias como no período pós-guerra. Este período é associado também a uma revolução contra o “Keynesianismo” e à liberalização das economias mundiais. A internacionalização da produção e dos mercados que se estendiam além das fronteiras nacionais aparece em contradição com o *modo de regulação* fundado sobretudo num “compromisso nacional”. O estado parece perder capacidade regulatória face às grandes corporações financeiras internacionais, mantendo algum controlo na regulação e “criação de contextos” propícios à atração de capital transnacional. Não existe de forma consistente um modo de regulação global! Esta questão poderia levar ao debate da crise actual. Contudo este não é objectivo deste trabalho.

Por outro lado, a acumulação flexível também envolve mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual (Harvey, 1989:153).

Havendo menos crescimento para redistribuir, soluções tinham de ser encontradas no sentido de induzir crescimento em todas as regiões. As teorias de desenvolvimento desigual que fomentaram as políticas de desenvolvimento regional durante o período pós guerra deixaram de explicar eficazmente as condições e causas de crescimento das regiões.

8. Crise do Estado Providencia, do trabalho assalariado e utilização do empreendedorismo para a integração económica dos pobres.

2.1.3. *Empreendedorismo: Elementos para a compreensão do conceito*

O conceito de empreendedorismo encontra-se hoje em discursos do senso comum mas também em círculos académicos e científicos, dos investigadores, políticos e associado a uma ampla área. Já se fala em “empreendedor interno”, “empreendedor feminino”, “empreendedor colectivo”, “empreendedor social”, “policy entrepreneur”, “institutional entrepreneur” “empreendedor imigrante” entre outras utilizações. A sua utilização principal deve-se ao reconhecimento dos decisores políticos do

empreendedorismo como o “DNA económico” e contribuição, sobretudo de PME’S, para o “emprego, vitalidade da economia e crescimento económico” Portela et. Al (2008:20)²⁵. Contudo, nas últimas décadas, face à crise do Estado de providência e trabalho assalariado tem sido utilizado também como forma de activação dos desempregados, de públicos desfavorecidos e redução da pressão sobre o sistema de protecção social (*from welfare to workfare*).

Richard Cantillon por volta de 1755 é apontado como pioneiro, ao reconhecer a incerteza assumida pelo “camponês-rendeiro” ao pagar uma renda ao proprietário da terra sem ter certeza da rentabilidade da sua produção. Já nesta noção conceitos como incerteza e riscos estavam presentes. Seguiram-se depois uma panóplia de autores responsáveis pelo desenvolvimento do tema até então. J. B. Say definiu empreendedor como alguém capaz de conceber, planear e dirigir a produção descobrindo “novas e melhores formas de fazer” Dees (2001) citado em (Portela et. Al, 2008:25). A qualidade do empreendedor nesta concepção é a sua capacidade de otimizar a utilização de recursos, deslocando-os de baixas produtividades para áreas com maior rentabilidade.

J. S. Mill (1848) no livro *Principles of Political Economy* e Knight (1921) aprofundaram o conceito e analisaram questões como incertezas e riscos na produção de lucro. É contudo com Joseph (Schumpeter, 1934) (*the theory of economic development*) que o conceito conhece um extraordinário impulso. Este autor definiu empreendedorismo como um processo de “destruição criativa”. Empreendedores são sujeitos singulares, agentes portadores do “mecanismo para a mudança”, “agitadores e revolucionários” responsáveis pela destruição de formas antigas de fazer e realização de novas formas de fazer na economia. A inovação é o processo que permite a renovação e progresso do sistema capitalista segundo o autor e o empreendedor é aquele que lidera o mesmo. Não fica satisfeito com formas de fazer herdadas mas está em constante acção no sentido identificar novas oportunidades e imprimir a mudança com êxito.

I. Kirzner (1973, 1982, 1985) define empreendedor como o indivíduo que está em “estado de alerta permanente” (*alertness*) no sentido de aproveitar a distribuição imperfeita da informação na economia.

Já P. Drucker, na obra *“innovation and entrepreneurship”* de 1985 definiu empreendedor como alguém que está sempre à procura da mudança. Ele não tem que necessariamente desencadear sempre a mudança. O que é relevante é a sua capacidade para aproveitar as oportunidades geradas pela mudança vendo oportunidades onde muitos tenderão a ver problemas. *“Eis o que define o empreendedor: alguém que está sempre à procura da mudança, reage à mudança e a explora como uma oportunidade”* (Drucker, 1985) citado em (Portela et. Al, 2008:27).

No seu conceito não caberiam pequenos negócios (v.g. cabeleireiro, pequenas mercearias) que nada de particularmente inovador tem. H. Stevenson considera que empreendedor é aquele que não se

²⁵ As abordagens sobre empreendedorismo de vários autores que apresento aqui são inspiradas em (Portela, 2008). Como complemento consultou-se ainda a obra de Schumpeter, *The Theory of Economic Development*, trad. Brasileira (ver referencia bibliografia) e a página da Global Entrepreneurship Monitor: <http://www.gemconsortium.org/>, acedido Agosto 2012

limita na acção pelo seu nível de recursos. Consegue detectar oportunidades e agir muitas vezes utilizando recursos alheios para concretizar os seus objectivos. São uma espécie de “fura-paredes”. Outros autores, na sequência da definição de empreendedor como ser singular pelo Shumpeter, desencadearam estudos sobre características e traços de personalidade do empreendedor. Qualificaram-nos como “pessoas sobredotadas” com características como egoísmo, “baixa aversão a riscos, agressividade, ambição, optimismo, desejo de autonomia, marginalidade, valores pessoais incomuns e sede de poder...” (Portela *et. Al*, 2008:28).

Este autor refere ainda aos trabalhos de Stevenson e Sahlman (1987) e Philipsen (1998) que entendem empreendedorismo não apenas em função de traços de personalidade mas como um trabalho colectivo e organizacional também. Para estes, empreendedor é aquele que é capaz de praticar uma gestão fora do comum. Não se contenta com o trabalho de rotina nem com a acção limitada pelo seu nível inicial de recursos. Realiza uma gestão visionária, guiada pela oportunidade e confiança no sucesso.

Por ultimo, Gartner (1985, 1989) e Gartner, Bird, and Starr (1992) são referidos como defensores de empreendedorismo como um processo “contingente” que termina após criação de um do negócio. Seguem a mesma linha de Shumpeter quando refere que após realizar “novas combinações” e implementar o negócio, o empreendedor perde esta característica normalmente quando se dedica a geri-lo. Duas motivações são apontadas frequentemente como a razão da decisão de criação de um negócio/empresa: A primeira alguém detecta uma oportunidade e tem recursos próprios ou mobiliza recursos no sentido de aproveitá-la e a segunda é a necessidade (*v.g. falta de emprego, emprego desadequado aos sonhos, desejos, competências*) que determina a criação do negócio. Por isso a Global Entrepreneurship Monitor, na construção das estatísticas do empreendedorismo, faz a seguinte divisão: *total entrepreneurial activity* (TEA), *opportunity entrepreneurial activity* (OEA) e *necessity entrepreneurial activity* (NEA)²⁶.

Conforme vimos nas noções apresentadas, a ciência económica define empreendedores como sujeitos especiais. Neste sentido encara o empreendedorismo como privilégio de uma minoria. Este trabalho, conforme já foi referido, distancia desta perspectiva. Todos os seres humanos tem talentos e devem ser encarados como potenciais empreendedores. Simplesmente uma parte considerável não possui as ferramentas necessárias para explorar esse potencial. O microcrédito é uma das ferramentas para tal. A abordagem do empreendedorismo entre pessoas desfavorecidas requer uma abordagem diferente da convencional conforme veremos na parte prática deste trabalho.

9. Utilização do Empreendedorismo para integração económica

2.1.4. *A crise do trabalho assalariado*

Durante os “anos de glória” da economia, fim da segunda guerra mundial até início dos anos 70, os níveis de actividade económica prevaleceram elevados. O forte compromisso entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo, e o estado nação foi responsável por um relativo “pleno

²⁶ <http://www.gemconsortium.org/>, disponível Outubro 2012

emprego”, condições estáveis de procura efectiva, elevada produtividade e altos padrões materiais de vida. Estava desenhada uma estrutura que prometia levar emprego a todos e por tempo indeterminado. Quer pelo Mercado, Quer através do Estado, a integração social parecia estar garantida (Nogueira, 2009:26).

Contudo, no início dos anos 70, começou-se a desmoronar o sólido quadro de crescimento e elevação dos padrões de vida. Retrai de uma forma brusca o crescimento, a procura; e os níveis de desemprego acentuam brutalmente. O desenvolvimento e utilização intensiva das novas tecnologias no mercado de trabalho agudizou o problema do desemprego traduzindo naquilo que (Santos, 2008:183) designou de um processo em curso de “*substituição do esforço humano pelo trabalho informático, mecânico e em geral técnico-científico*”. O desemprego estrutural passou a ser, nas condições contemporâneas, cada vez maior. Além da referida queda de prosperidade económica (crescimento), quando há crescimento este gera cada vez menos empregos por ser um processo muito mais dependente de máquinas e menos do esforço humano. O desemprego já não se traduz, apenas numa questão de “*desequilíbrio temporário e vencível do processo económico*” como a maioria convictamente acredita. No “*regime de acumulação flexível*” predomina uma forma de organização de trabalho centrada numa extrema racionalização no trabalho, designada por (Kovács, 2006) de “*racionalização flexível*”, em oposição a uma forma de organização de trabalho que concilia a eficiência e a humanização no trabalho (preocupação com progressão, salários e bem estar dos trabalhadores). Na “*racionalização flexível*” “a ênfase está na utilização da tecnologia para substituir trabalhadores, no emagrecimento da organização por via da externalização e deslocalização das funções que não fazem parte do core business (*outsourcing*) e nos métodos de *just-in-time*” (Kovács, 2006:45).

Esta “*racionalização flexível*” ancorada na utilização intensiva da tecnologia e automação no trabalho para substituição dos trabalhadores; levou alguns autores mais pessimistas, como o economista americano Jeremy Rifkin, (Rifkin, 1995)²⁷, a anunciar o fim do trabalho assalariado.

Discordamos da perspectiva do fim do trabalho assalariado, da defesa da “*sociedade dual*” “*sociedade do desemprego*”, da “*sociedade do tempo liberado*” ou “*sociedade do lazer*”. É verdade que estamos perante uma crise do trabalho assalariado, uma crise no sector mercantil, uma crise do “dinheiro” mas a vida na sociedade é e vai continuar a ser ainda maioritariamente dependente do dinheiro.

A reestruturação global alterou os padrões de trabalho assalariado. O desemprego estrutural é cada vez maior e nas condições contemporâneas há cada vez menos empregos para uma cada vez maior procura do mesmo resultante do crescimento excessivo da população global. Portanto, a ação convencional contra a pobreza, na dimensão económica, orientada apenas para programas de reinserção de desempregados no sistema formal do emprego torna-se bastante limitada. Defendemos como temos vindo a focar ao longo deste trabalho um olhar abrangente a todas as formas de

²⁷ *The End of Work*

trabalho. Foi com este propósito que foi apresentado o “Whole Economy Model” de Friedmann e serviu-se da noção de integração económica apresentada por (Henriques, 2006). Nas condições actuais acreditar no “pleno emprego” é um sonho utópico discordamos disso. A criação de condições para a produção do valor uso tanto numa base individual como colectiva e desenvolvimento de outros sistemas solidários de satisfação das necessidades que caem fora do âmbito restritivo Estado – Mercado (mais Estado ou mais mercado?), como tem sido defendido por alguns autores, devem merecer atenção especial. Se há uma crise do trabalho assalariado, os desempregados são empurrados para o Estado, e se o mesmo demonstra dificuldades evidentes para lidar com o desemprego galopante, que outras alternativas têm essas pessoas?

Por outro lado estudos apontam que o emprego depende cada vez mais de nova iniciativa empresarial que por sua vez depende dos contextos. A título exemplificativo, referimos aqui um estudo sobre a contribuição das Pequenas e Médias Empresas e das Iniciativas Locais de Emprego para o emprego na Europa (Henriques e Madruga, 1996). Assim, é fundamental criar condições de incentivo à nova iniciativa empresarial quer entre público convencional ou não. A crise do trabalho assalariado e aproximação da utópica (já não tão utópica assim) sociedade do lazer, do desemprego ou do tempo liberado pode ser estimulador da criatividade humana. Dispondo de mais tempo e liberdade para cuidar da sua vida com mais autonomia os desempregados podem engajar em actividades independentes criando o seu próprio emprego e conduzindo o seu próprio destino. Esta é a perspectiva que Sen deixa no trabalho sobre “Desenvolvimento como Liberdade” já referido. O mercado é muitas vezes referido como instituição que tende a por de parte os mais desfavorecidos. Não acreditamos nesse pensamento. Se o mercado é tão competitivo e vantajoso para a sociedade como muitos liberais defendem também os pobres deverão ter oportunidades de tirar proveito dele. É nesta perspectiva que desenvolveremos um dos pontos neste trabalho sobre o microcrédito.

2.1.5. ***Crise do Estado Providência***

A crise de 1973 e o abalo do quadro de prosperidade económica até aí vigente foi responsável em parte pelas dificuldades crescentes que o Estado de Providencia começou a enfrentar a partir de então. Num período em que era imprescindível a sua presença o Estado de Providencia dava sinais de entrar em crise. Habitado a elevadas receitas fiscais e baixo nível de desemprego no período “fordista”; a crise económica, queda de produtividade e lucros e consequentemente de receitas fiscais conjugado com a manutenção e em alguns casos aumento das despesas sociais (i.e. subsídios de desemprego) conduziram o Estado para um “impasse financeiro” (Rosanvallon, 1984:13-14).

O mesmo autor considera que a crise do Estado de Providencia vai muito além do mero excesso de despesas públicas e endividamento. O Estado de Providencia foi posto em causa e entra também numa crise ideológica traduzida, nas palavras do mesmo, numa “crise de representação do futuro”, uma “avaria na imaginação social”; uma “crise de solidariedade” e acentuação do individualismo; “uma vontade conservadora de voltar atrás” e “incapacidade de pensar a sua transformação”. A própria ideia de igualdade é posta em causa. “A igualdade é um valor que ainda tem futuro?”

Concordamos com tal perspectiva. As sociedades mergulharam num individualismo excessivo. Defensores do liberalismo continuam a pregar a doutrina da “sociedade sem Estado”, agora ideologia global, como receita para aumentar o bem-estar na sociedade. A questão que fica por responder é qual foi o papel do Estado no período conhecido como “os anos de ouro” da economia?

2.1.6. **Políticas sociais: Da compensação à activação**

Durante décadas, o Estado Providencia lidou com relativa facilidade com o desemprego, atribuindo subsídios ou apoios monetários aos desempregados com o intuito de compensar a perda de rendimentos por perda de emprego, até a integração num novo emprego. Neste sentido funcionaram como “*máquinas de indemnizar*” (Rosanvallon, 1995:107).

Este tipo de políticas sociais só teve viabilidade por causa do quadro de prosperidade que estava desenhado com baixas taxas de desemprego e elevada oferta de empregos. O desmoronar do sólido quadro de prosperidade referido representando elevação de taxas de desemprego, queda na oferta de empregos e crescimento de desemprego estrutural fizeram com que as políticas sociais compensatórias deixassem de funcionar adequadamente.

Por um lado, a duração dos subsídios de desemprego tornou-se insuficiente para cobrir o tempo necessário a encontrar um novo emprego; isto é, perde-se o direito ao subsídio antes arranjar o emprego. Por outro lado, a despesa pública com a subsidiação dos desempregados cresce a níveis impensados em virtude dos números atingidos por estes, mesmo quando o Estado não suporta integralmente os custos dessa subsidiação (Hespanha e Matos, 2000:88)

O desemprego torna-se uma questão cada vez mais estrutural e resistente às formas políticas tradicionais (máquina indemnizatórias). O Estado Providencia enfrenta um “*impasse financeiro*”, com elevadas despesas fiscais, cada vez maiores taxas de desemprego e impossibilidade de expandir infinitamente a carga fiscal por ser incompatível com a competitividade da economia. São estes constrangimentos que levam à mudança de paradigma nas políticas sociais. A passagem de políticas sociais compensatórias (políticas indemnizatórias passivas) para políticas activas de (re) integração dos desempregados no mercado de trabalho. Procura-se com este novo tipo de políticas promover a inserção dos desempregados no mercado de trabalho e em consequência a inserção social. Um outro objectivo menos confesso mas presente nessas políticas activas é a redução dos encargos financeiros com os subsídios de desempregos por parte do Estado.

As propostas vão cada vez mais no sentido de substituir as velhas políticas orientadas para evitar o colapso económico dos desempregados por novas políticas orientadas para manter os trabalhadores em actividade, quer promovendo a criação de novos empregos — sejam eles de que natureza forem —, quer aumentando a empregabilidade dos desempregados, quer ainda atribuindo-lhes uma ocupação útil (Hespanha e Matos, 2000:90).

É reconhecido um *direito de inserção* no quadro do Estado Providência que procura retirar os desempregados “*da crise moral e social*” que estão emersos. Há uma passagem de políticas que se pautavam pelo assistencialismo e passividade (dependência de subsídios) para medidas activas que fomentam maior autonomia e participação activa dos desempregados no seu processo de inserção.

As políticas activas posicionaram-se como uma “terapia ocupacional” para combater a “desmotivação e marginalização”, promover a “co-responsabilização moral” mas são sobretudo implementadas com intuito de redução dos gastos Estatais (Hespanha e Matos, 2000:92).

A adoção de um direito de inserção e o reconhecimento da complexidade dos problemas sociais permitiram a individualização e personalização das medidas consoante a situação de cada indivíduo desempregado. O trabalho passa a ganhar maior centralidade nas políticas de inserção. A nova postura do Estado Providencia vai no sentido de reconhecer que a pobreza e exclusão social não se combatem apenas com “subsídio” mas com a participação efectiva na “vida social e no mercado de trabalho”. Assim, muitos já defendem a Passagem do “*welfare*” para “*workfare*”. Ao nível do “contrato social” esta passagem teve também implicações profundas.

(...) Segundo a lógica da activação, o direito a ser subsidiado implica um correspondente dever de contribuir com uma actividade socialmente útil; ou seja, o Estado deve exigir algo em troca da sua ajuda (Hespanha e Matos, 2000:93).

A essas políticas são apontadas algumas críticas. Uma delas é que a compulsão de desempregados ao trabalho faz surgir trabalhos precários. Outra das críticas é o seu carácter punitivo estando na base da conceção e manutenção dos subsídios. Há atribuição e manutenção de subsídios se o desempregado se comprometer a procurar activamente trabalho ou a desenvolver algo socialmente útil. Outra crítica ainda é que estas políticas procuram culpar os trabalhadores pela situação em que se encontram ilibando o grande capital das suas responsabilidades. Contudo os benefícios são reconhecidamente maiores.

Tomada a activação na sua acepção mais estrita, creditam-se-lhe os aspectos positivos de permitir melhorar as qualificações e estimular a empregabilidade dos trabalhadores desempregados através da sua participação no mercado de trabalho, contribuindo simultaneamente para o aumento da auto-estima e para a autonomia desses trabalhadores (Heikkilä, 1999; Hvinden, 1999; Bosco et al., 1999; Geldorf, 1999) Citado em (Hespanha e Matos, 2000:94).

É neste contexto de mudança nas formas de organização do bem-estar social e “novos modos de fazer” que surgem as medidas que procuram fomentar o empreendedorismo entre públicos não tradicionais como são os desempregados.

10. Emergência do “local”

O desenvolvimento local foi considerado, ao longo deste trabalho, como uma variante do “desenvolvimento alternativo” por centrar no espaço de vida das comunidades locais. Ele não é resultado apenas de factores quantitativos. Traduz numa interacção entre factores económicos, culturais, sociais, políticos e naturais. Referimos no ponto (2.1.4.) que, no contexto de crise do trabalho assalariado o acesso ao emprego depende cada vez mais de nova iniciativa empresarial que por sua vez depende do contexto local. Nos pontos que se seguem procuramos compreender que alterações podem ser implementadas no contexto local para propiciar desenvolvimento de pequena iniciativa empresarial? Não ignoramos contudo a influência do fenómeno da globalização!

2.1.7. *A mudança no paradigma do Desenvolvimento Regional*

Desde o início dos anos 70, assistimos a uma crescente emergência da importância do local e da acção a este nível nas políticas de desenvolvimento. Nem sempre é claro que na origem de abordagens do desenvolvimento local está uma mudança de paradigma do desenvolvimento regional (Henriques, 2007; Lopes, 2001).

Nos anos 50 e 60 vigorou um “*paradigma funcionalista*” do desenvolvimento regional que encarava o desenvolvimento como um processo tendencialmente desequilibrado. Considerava-se que o “crescimento/desenvolvimento” desencadeava inicialmente em sectores de actividade económica de maior dinamismo e tecnologicamente mais evoluídos e a partir de algumas áreas geográficas (“pólos de crescimento”) e depois propagava os seus efeitos a todas as restantes regiões periféricas e menos desenvolvidas. Para o desenvolvimento do paradigma funcionalista do desenvolvimento regional três contribuições são identificadas por (Silva, 2008:13) como fundamentais: A teoria dos polos de crescimento/desenvolvimento de François Perroux em 1955, e os trabalhos de Myrdal (1957) e Hirschman (1961). Cabe referir aqui sobretudo ao trabalho de Perroux que influenciou a condução da política regional na maioria dos países nas décadas de 50 e 60. Perroux desenvolveu a teoria baseando na observação da concentração da indústria de Paris e Vale do Reno na Alemanha. Para o autor, o crescimento/desenvolvimento é um processo desequilibrado, centra em determinadas indústrias (indústrias motrizes) que pela sua dimensão (gigantes), inovação e ambiente que criam, acabam por impulsionar o nascimento, numa espécie de efeitos de encadeamento, de outras indústrias, actividades económicas ou empresas conexas, levando ao desenvolvimento regional. *Nestes pólos de crescimento e respectivos centros urbanos, verificar-se-iam, geralmente, dois tipos de efeitos: o efeito de aglomeração (atração de actividades complementares) e o efeito de ligação (consequência da criação de novas redes viárias) (Cf. Matos, 2000) (Silva, 2008:14).*

Neste paradigma o território é considerado entidade passiva, sem vida própria e cuja sorte estava destinada “ad início” pela sua dotação *de factores*²⁸.

²⁸ Os mais comuns são recursos naturais e custo do trabalho (mão-de-obra) (factores económicos).

(...) a região era vista como entidade sem vida própria, como mero espaço de acolhimento de iniciativas empresariais (Lopes, 2001:101).

Pressupunha-se que a partir das dinâmicas geradas nos sectores motrizes e áreas geográficas mais dinâmicas o crescimento difundia-se para todas as outras regiões periféricas. Predomina a visão “neoclássica” do crescimento económico, encarando-o de uma perspectiva centralizada (“*top-down*”, ignorando a importância da participação das populações) assente numa lógica de crescimento macroeconómico como um todo (*modelo Growth-oriented*).

«O desenvolvimento estaria hierarquicamente dependente das grandes metas macroeconómicas e do crescimento global. Apareceria como uma consequência desse processo mais geral, onde todas as componentes seriam consideradas no seu devido tempo sem grandes contradições. Seria o resultado de um processo de suposta uniformização das condições de modernização e crescimento económico» (Amaro, 1993:11) Citado em (Silva, 2008:16).

O estado desempenhava um papel importante por um lado promovendo os polos de crescimento e acessibilidades (redes de transportes por exemplo) e por outro investindo em infraestruturas nas regiões periféricas. Estas acções tinham um claro objectivo de induzir a difusão do crescimento.

Não obstante, a importância que desempenhou durante os anos 50 e 60, a *teoria dos polos de crescimento* e o *paradigma funcionalista* entram em declínio no início dos anos 70. Vários autores referem que na base desse facto estariam resultados decepcionantes de tal política. A mesma terá sido incapaz, apesar de impulsionar o crescimento económico como um todo, de resolver os problemas das regiões periféricas ou “regiões problema”. Benko e Pecqueur afirmam ter sido a crise do Estado de Providencia a impulsionar a descentralização e o recentrar no local.

(...) O agravamento nos anos 1970 e 1980 dos déficits públicos incitou os Estados a uma descentralização e a uma regionalização da gestão dos bens coletivos locais, tais como as infra-estruturas de transportes, a educação, a formação, e mesmo as ajudas ao desenvolvimento e a inserção social dos desempregados. Descobre-se então que a densidade das relações entre os atores locais (empresas, municipalidades, universidades, centros de pesquisa, sindicatos) pode desempenhar um papel determinante na competitividade de certas atividades e de serviços (Benko e Pecqueur, 2001:35).

Outros autores apontam, na mesma linha, como razão para a queda do paradigma funcionalista a alteração do cenário em que era aplicado e “mudanças na divisão internacional do trabalho”. Entre os aspectos relacionados com a mudança de cenário são referidos a queda dos níveis de actividade económica (nos 30 anos de glória da economia era fácil promover a “difusão espacial do crescimento” porque este não era um problema); o custo de energia relacionado com a crise do petróleo; crescimento de consciência ambiental e reconfiguração do conceito de desenvolvimento (donde resulta pressões para maior participação), resultado como refletimos num dos pontos deste trabalho das teorias do “desenvolvimento alternativo”; utilização de tecnologias de informação a nível descentralizado etc. David Harvey (1989); Michael Storper (1994) (citado em Silva,2008) e (Henriques, 2006) posicionam-se como alguns desses autores.

Por outro lado, indústrias nos países desenvolvidos e algumas nos países em desenvolvimento começavam a demonstrar novos padrões de crescimento. Nalguns países, incluindo alguns em

desenvolvimento, surge por um lado regiões periféricas que demonstraram inesperadamente elevado crescimento contrariando todas as previsões do paradigma funcionalista e por outro lado há desindustrialização de muitas grandes regiões tradicionalmente industriais. Há uma mudança na definição do “problema das regiões” e “regiões-problema” conforme sugerido por (Henriques, 2006). No contexto de crise que caracterizou a reestruturação global algumas regiões periféricas demonstraram elevada capacidade de desenvolvimento sem *“impulsos externos positivos”* e *“baseando-se exclusivamente nas suas energias, se integravam no mercado de trabalho mundial, através de uma indústria específica* (Benko e Lipietz, 1994:10).

Isto levou à conclusão de que o “problema das regiões” não era estritamente ausência de *dotação de fatores económicos (dotação de recursos naturais e custo da mão-de-obra)* que tornava seu desenvolvimento prisioneiro de entrada de recursos exógenos. Desenvolvimento das regiões passou a ser considerado um processo “endogenamente determinado”. Os distritos industriais italianos parecem frequentemente apontados como o maior exemplo.

Esta mudança foi o resultado da troca do foco do quantitativo para o qualitativo, com disparidades estruturais de desenvolvimento entre regiões e estas diferenças começaram a ser principalmente associadas ao potencial de inovação (Stöhr, 1987a, p. 189) citado em (Henriques, 2006:229).

Então o “problema das regiões” que demonstravam maior atraso passou a ser associado à falta de capacidade de “iniciativa e organização” no sentido de maior inovação e flexibilidade.

Inovação é considerada factor decisivo na competitividade empresarial e em consequência da competitividade das regiões em que localizam estas empresas, sendo que ela resulta de uma aprendizagem interativa dentro de um quadro territorial. O contexto social, cultural e institucional onde esta interacção acontece emergiu como fundamental por influenciar o resultado do processo. (Lopes, 2001)

Assim, surgiu o paradigma “territorialista”, impulsionado sobretudo por trabalhos de autores como John Friedmann e Walter Stohr que defenderam uma visão territorial de desenvolvimento preconizando acções de âmbito local, valorizando os recursos locais, com participação da população, e integrando dados dos meios económicos, sociais, culturais e políticos (Benko, 1999:85).

As propostas foram no sentido de políticas e medidas descentralizadas, “from below”, centradas nas comunidades locais procurando a *mobilização integral de recursos endógenos regionais* e a *promoção de inovação regional* numa perspetiva de um desenvolvimento regional alternativo.

O paradigma territorialista caracteriza-se pela ideia de que para promover o desenvolvimento é indispensável a mobilização do potencial endógeno das diferentes regiões. Este potencial endógeno abrange um leque muito variado de elementos tais como a mobilização (formal e informal) da população e das estruturas sociais e políticas de cada território, as sinergias geradas pela cooperação social desses diferentes actores sociais, a partilha de práticas sociais vividas historicamente no processo de construção da territorialidade ou a existência de comportamentos inovadores (Silva, 2008:17).

Na mesma linha (Henriques, 2006:230-40) considera que o desenvolvimento de uma região passou a ser associado muito mais com a *capacidade de iniciativa e organização* das populações locais no controlo dos seus próprios recursos do que com os efeitos resultantes dos processos de “difusão espacial” do crescimento como advogava o paradigma funcionalista.

A organização da comunidade local, instituições públicas, privadas e organizações da sociedade civil e as sinergias da sua acção conjunta no sentido de valorizar integralmente os recursos endógenos do território bem como incorporação dos recursos exógenos necessários ao processo de desenvolvimento são considerados requisitos essenciais para inovação e competitividade. A acção conjunta pressupõe contudo modelos de acção, planos ou projectos de desenvolvimento partilhado por todos.

2.1.8. **Globalização e importância de compreender a relação Global - local**

A globalização não é um fenómeno recente. Poderá ter iniciado já nos longínquos anos da “invenção da roda”, “dos carros e aviões”, “dos barcos” e as viagens de descobertas do mundo (Santos, 2008; Steger, 2003).

Sócrates declarando “*Cidadão do Mundo*”, Edgar Morin que “*prefere a humanidade às pátrias*”, entre outros pensadores não tiveram dúvidas em prever utopicamente um mundo único (Santos, 2008). Contudo é a partir de 1970 que assistimos um “*salto considerável na criação, expansão e aceleração drásticas da interdependência à escala mundial e intercâmbios globais*” (Steger, 2003:42).

O processo de globalização mudou o cenário da actuação das regiões, empresas e nações conforme vimos anteriormente. Trata-se de um processo pluridimensional que envolve dimensão económica, política, cultural e ideológica. A dimensão económica tem sido ligada à internacionalização do comércio e das finanças, ao poder cada vez maior das grandes empresas multinacionais e ao papel crescente das instituições económicas internacionais como Banco Mundial, FMI e OMC. A dimensão política relaciona-se com a perda de capacidade de regulação dos governos nacionais, crescente relevância de instituições e associações suprarregionais ligadas por normas ou tratados e diluição da importância do “Estado-Nação”. A dimensão cultural está ancorada na “intensificação de fluxos culturais” pelo mundo e homogeneização de “valores e gostos”. Por fim uma dimensão ideológica que procura expandir o sistema de mercado e o liberalismo económico para qualquer sítio do planeta.

(Stiglitz, 2002:46) entende que *é fundamentalmente a integração mais estreita dos países e dos povos que resultou da enorme redução dos custos de transporte e de comunicação e a destruição de barreiras artificiais à circulação transfronteiriça de mercadorias, serviços, capitais, conhecimentos e (em menor escala) pessoas.*

Anthony Giddens, definiu-a como *a intensificação, à escala mundial, de relações sociais que ligam localidades distantes de tal forma que os acontecimentos locais são influenciados por acontecimentos que ocorrem a muitos quilómetros de distância e vice-versa* Giddens citado em (Steger, 2003:19).

Nesta noção pode-se constatar que mudanças globais influenciam ação e mudanças locais e que é necessário entender essa “relação global-local” e vice-versa e a forma como ela influencia o desenvolvimento de estratégias com vista a combater a pobreza ao nível local (induzir alterações intencionais com objetivo de obter resultados desejáveis na mudança de situação de pobreza das famílias pobres).

No “campo discursivo” as várias interpretações do sentido da transformação global inibem a acção das comunidades locais ou concorrem para acções que nem sempre favorecem o desenvolvimento local. As definições que apresentamos caracterizam de forma mais abrangente e integradora a referida transformação mas noções diversas sobre o conceito florescem. Procuramos sumarizar algumas apresentadas por (Ferreira, 2011:3-8) citando vários autores:

Vinig e Kluijver (2007) define-a como *“o termo usado para a falta de conceitos teóricos que correspondam melhor ao fenómeno observado”*; para Ostry (1999) *“significa tudo aquilo que se queira que signifique”*; na visão de Wolf (2008) *“globalização é uma palavra medonha, de significado obscuro, cunhada nos anos 60 e que ficou ainda mais na moda nos anos 90”*; já Bhagwati, citado em Sorman (2009) entende que *“toda a globalização é boa, incluindo a das pessoas, para que a humanidade progrida”*, para Bjorkman (2000) *“(…) ninguém pode escapar aos frios factos de que a globalização não é totalmente global, mas beneficia uns e exclui outros”*... Poderíamos continuar e não se vislumbra fim à vista. Por este facto é que (Murteira, 2003) não teve dúvidas em defini-la como uma *“(…) falsa ideia clara que talvez contribua mais para obscurecer do que esclarecer o entendimento do mundo complexo, falsamente transparente e realmente opaco, em que vivemos (...)”* e não dando assim a visão clara dos *“múltiplos possíveis futuros”*.

Perspectivas muito diversificadas sobre o sentido da transformação global concorrem para a inibição da iniciativa dos agentes locais na constituição de formas de acção colectiva, quer orientadas para a “prevenção” e “mitigação” desses problemas, quer para a identificação e aproveitamento de oportunidades também oferecida por esse mesmo processo de transformação. Como contrariar esta inibição pode constituir o objecto central da reflexão em políticas publicas orientadas para a promoção do desenvolvimento local (Henriques, 2007:145-6).

Sendo assim, uma das formas de favorecer a integração económica, particularmente através do empreendedorismo, é a clarificação dos discursos sobre a globalização e do sentido da acção que favorece o desenvolvimento local. Criar condições para orientar e fomentar a acção local no contexto de globalização pressupõe criticar a ideologia associada à globalização “hegemónica”, “sem alternativa”, contexto no qual qualquer acção dos estados ou de comunidades territoriais se apresentam como “irrelevantes”.

A explicação do sentido da transformação e sobretudo haver um projecto comum de acção (partilhados por todos) no sentido de diminuir os riscos da globalização e aproveitar as oportunidades é fundamental. Não há “ameaças inelutáveis” nem “oportunidades automáticas”. É necessário acção

coerente no sentido de contrariar as ameaças e aproveitar as oportunidades o que pressupõe conhecimento real e profundo das mesmas e uma convicção nas possibilidades de mudança.

A este respeito as instituições locais podem ter importante contributo na identificação de áreas-chaves para o desenvolvimento local (i.e. potencialidades endógenas ou recursos específicos únicos e intransferíveis que podem atrair capital externo ou alavancar economia local através de exportações), a identificação de necessidades não satisfeitas e animação de empreendedorismo tendo em vista sua satisfação; a criação de “rede de actores” com vista a facilitar o processo de circulação da informação e aprendizagem colectiva, a inovação e a criação de empregos.

2.1.9. **Desenvolvimento local, Globalização e “desintegração regional”**

No ponto (2.1.7.) apresentamos a mudança na forma de identificação das “regiões problema” e “problema das regiões”. Vimos que o “problema das regiões” deixou de ser ligado apenas à sua *dotação de factores* “ad início” (factores económicos) mas à ausência de capacidade de iniciativa e organização para a inovação e flexibilidade (processo complexo de interacção de factores naturais, económicos, políticos, culturais e sociais). O espírito é ancorado na ideia que “não existem territórios sem recursos mas sim territórios sem projectos”. A ausência da capacidade de iniciativa e organização, começou a receber mais atenção. A sua “não emergência espontânea” foi associada aos impactos negativos da globalização sobre as comunidades periféricas menos desenvolvidas, ou seja, à “**desintegração regional**”, noção utilizada de forma pioneira por (Stöhr, 1983).

Para o mesmo desenvolvimento é um fenómeno complexo que requer “interacção” entre factores naturais, económicos, sociais e políticos e sua “interrelação” através de estruturas organizacionais autossustentáveis. A “desintegração regional” é resultado da “erosão de factores” e a “desintegração” da sua interacção (Henriques, 2006:229).

A intromissão exógena, resultante da globalização, (v.g. de grandes corporações), apropriação e extração de factores de produção regionais/locais seleccionados, com grande procura e rentabilidade no mercado global, sem benefícios relevantes para as comunidades locais, *reduzem o potencial de desenvolvimento* das áreas menos desenvolvidas. Efeitos negativos como erosão de recursos, subutilização ou sobreutilização de recursos locais/regionais, desintegração comunitária e sociopolítica, perturbação e desequilíbrios ambientais, debilitação da economia regional/local desestruturam as comunidades e economia local. (Henriques, 2006; 2007)

Questão essencial então é saber como “neutralizar os efeitos negativos que a globalização e ajuste produtivo produziram no padrão de vida da população” (Barquero, 2009:4). Incentivou-se as comunidades locais a articularem todos os actores numa rede para a “mobilização integral” e valorização dos seus próprios recursos endógenos para o seu desenvolvimento bem como a criarem organizações de base territorial para o efeito.

2.1.10. **Estratégias de Desenvolvimento regional endógeno: promover integração económica a partir das potencialidades de cada território.**

No contexto actual a capacidade de inovação, flexibilidade e diferenciação de produtos estão na base da competitividade empresarial, e no geral das regiões e países. A globalização não veio homogeneizar tudo (acabando com as especificidades territoriais) mas sim tornar mais importante o específico e diferente. Muito mais que a localização tendo em conta a dotação de factores (factores quantitativos) estão em causa fixação de empresas em territórios cujo “meio” (factores qualitativos específicos) garantam produtos únicos com elevado valor no mercado mundial. Como referem (Benko e Pecqueur, 2001) “mesmo se se produz excelentes *mousseux* na Califórnia, o Champagne não é um produto deslocalizável”.

Estes dois autores explicam no mesmo artigo a emergência cada vez mais da concorrência pela “diferenciação da oferta” em oposição à concorrência pelos custos e encetam uma explicação da primeira. Propõem uma “tipologia” que distingue “activos e recursos” e qualifica-os em genéricos ou específicos. Por activos entendem os factores “em actividade” ou existentes e por recursos os que ainda estão por “revelar”, “explorar” e “organizar” ou seja o “potencial latente” dos territórios. Os activos e recursos genéricos são totalmente transferíveis no mercado. Os activos específicos são transferíveis mas os “custos elevados de transferência” podem tornar impossíveis de serem cobertos. Os recursos específicos só existem no “estado virtual”, estão “ancorados num território”, baseiam-se nas relações informais de “reciprocidade”, “história longa de acumulação de memória” e são “intransferíveis”.

Esses recursos nascem de processos interativos e são então engendrados em sua configuração. Eles constituem a expressão do processo cognitivo que é engajado quando atores tendo competências diferentes produzem novos conhecimentos pela disponibilização desses últimos. No momento em que conhecimentos e saberes heterogêneos são combinados, novos conhecimentos emergem abrindo novas combinatórias (Benko e Pecqueur, 2001:42).

É a posse de recursos específicos que determinam a “diferenciação durável” dos territórios pois ao contrário dos activos genéricos e mesmo específicos “não são susceptível de ser colocada em cheque pela mobilidade dos factores”.

A teoria do desenvolvimento endógeno mostrou que apenas é possível garantir o crescimento do “sistema produtivo” do país ou região particular se existe utilização do potencial existente em todos os territórios. É fundamental a realização do investimento público ou privado sobre o controlo das populações locais e através de um “*agente de desenvolvimento local*” articular a rede de atores e instituições no sentido de fomentar a interação social, a “aprendizagem colectiva”, “resolução de problema inédito”, o aproveitamento e valorização dos recursos locais. Ela “*ênfatiza a possibilidade de indução de mudanças duradouras no contexto em todas as comunidades locais relativo à mobilização, valorização e controlo de recursos locais com prioridade para criação de emprego e para integração económica e social de famílias pobres*”. (Henriques e Madruga, 1996:33)

2.1.11. **Desenvolvimento local, Animação territorial e Integração económica dos pobres**

As iniciativas locais tem desempenhado um papel crucial na criação de emprego e combate à pobreza e exclusão social. Reconhecimento desta realidade é a crescente atenção que a acção a favor do desenvolvimento local tem merecido de Organizações internacionais como OCDE, BM, OIT e Nações Unidas (Henriques, 2007). O resultado da acção local depende do potencial de desenvolvimento existente em cada território e da capacidade de organização dos actores locais. (Barquero, 2009:5)

Do referido decorrem duas perspectivas: A primeira é de que todos os territórios têm um conjunto de recursos que constituem o seu potencial de desenvolvimento. A mobilização integral de recursos e a competitividade do país dependerá do máximo contributo de cada área geográfica. Este pensamento difere da política regional fundada no paradigma funcionalista. Por outro lado, *o desenvolvimento de uma localidade ou território requer a execução coordenada de programas de investimentos pelos actores públicos e privados*. Ao contrário do paradigma funcionalista, desenvolvimento não é considerado um processo dependente apenas de factores económicos mas uma complexa interacção de factores económicos, sociais, políticos, sociais ou culturais dentro de um quadro territorial. A inovação é resultado de tal interacção²⁹. *Inovações podem ser descritas como o resultado de interacções e laços de feedback dos diferentes actores no chamado sistema de inovação* (Guth, 2005:334).

Conforme já referido, a acção ao nível local para a inovação e flexibilidade e a organização das comunidades locais para mobilizar, utilizar e valorizar os seus recursos endógenos em prol do seu desenvolvimento muitas vezes não tem “emergência espontânea” em virtude de processos de “desintegração local” principalmente em áreas periféricas. A sua emergência depende de esforço “pró-activo” de estruturas institucionais de apoio, ou seja de “animação” permanente. A *não-emergência* espontânea de iniciativas e capacidade organizativa visando o desenvolvimento local coloca a ‘integração económica’ em relação directa com a ‘animação territorial’ para o desenvolvimento local também no âmbito do combate à pobreza (Henriques, 1996, 2007, 2009).

Estimulação do desenvolvimento local requer “agências de desenvolvimento local” concebidas ambas em base territorial e em rede para impulsionar a necessidade de controlar e mobilizar recursos locais, reforçar coesão social e laços comunitários, para aumentar a qualidade interpessoal (pequena escala de solidariedade, etc.) e a auto-organização e empowerment da sociedade civil (...) o papel de “agência” é também é apresentado no sentido que valores dominantes, ideias e crenças devem passar por mudanças fundamentais no sentido de fazer soluções alternativas possíveis. Mudanças fundamentais em atitudes e comportamentos entre os desempregados podem ser necessárias e promovidas de acordo com valores contra-hegemónicos se soluções duradouras são para

²⁹ Esta visão sistémica de Inovação foi impulsionada sobretudo pelos trabalhos de Lundvall (1992) and Nelson (1993)

providenciar bases sólidas para o futuro. Isso está relacionado com “aprendizagem” de cidadania e direitos sociais (...) (Henriques e Madruga, 1996:35-6).

As Agências de Desenvolvimento económico local têm sido uma estrutura utilizada pelo PNUD e OIT para estimular a criação de empresas e promoção de “emprego decente” em vários países e regiões por todo o mundo³⁰. Foram implementadas Agências de Desenvolvimento Económico Local (LEDAs) nos referidos países que tem contribuído de forma decisiva para criação de contextos locais propícios à criação de empregos. Implementam uma visão territorial de desenvolvimento centrado nos seguintes pontos chaves (UNDP, 2003:16-7):

- a) Uma abordagem estratégica que dá prioridade a parceria entre instituições públicas e privadas, entre representantes das esferas políticas, económicas e da sociedade civil; aos esforços complementares de redes negócios em defesa de interesses mútuos e desenvolvimento de mercados, e uma relação estável das autoridades locais com governos centrais e instituições internacionais.
- b) Uma forte identidade social, que encontra expressão na definição de um modelo de desenvolvimento adequado para as condições sociais, históricas e económicas do território e uma abordagem cooperativa, mesmo entre estruturas concorrentes, a fim de estabelecer objectivos comuns.
- c) Ferramentas de apoio eficazes, de preferência composta em parceria competente e flexível.

Conforme foi mostrado por (Henriques e Madruga, 1996) tem crescido o peso do emprego nas PME's. O emprego depende mais de nova iniciativa empresarial que por sua vez depende do contexto local e menos da expansão de emprego em empresas existentes. Quando há expansão de emprego nas existentes ela é em muito pequenas empresas. O estudo ainda mostra que a “natalidade” entre pequenas empresas é maior que em grandes empresas mas também é maior a sua “mortalidade”, apesar do efeito líquido para a criação de emprego, ou seja a diferença entre empregos criados pelo nascimento de empresas (Pequenas) e empregos encerrados pela morte dessas empresas ser positivo.

Assim, a animação territorial para a integração económica deve centrar em dois pilares (Henriques, 2010:17):

- a) Identificação precoce das poucas empresas em que possa vir a ocorrer expansão do emprego e preparar ‘percursos de inserção’ (desenvolvimento de competências, formação profissional, etc.) envolvendo empresários e futuros empregados (...).
- b) Agir no sentido de facilitar o empreendedorismo, contrariar a ‘não emergência’ espontânea junto de empresários ‘não tradicionais’ (animação de mudanças de atitude, etc.) e evitar a sua

³⁰ El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, República Dominicana, Uruguai, Equador, Argentina, Colômbia, Albânia, Croácia, Servia, Bósnia, Líbano, Moçambique, África do Sul, Angola, Sri Lanka

mortalidade precoce (apoio à consolidação de estratégias empresariais adequadas, etc.)
(Principal contributo para criação de emprego e deve ser domínio privilegiado de acção.)

As LEDAs desempenham um papel importante na indução de alteração de contextos que facilitam nova iniciativa empresarial e criação de empregos. No contexto de países menos desenvolvidos onde acção dos actores é fragmentada e onde as consequências da “desintegração regional” assumem, muitas vezes, maiores dimensões as LEDAs podem desempenhar um papel essencial. Relacionando os actores numa rede, tendo como base um plano de desenvolvimento partilhado por todos, assente na exploração, mobilização, valorização dos recursos locais permitirá unir a acção fragmentada para a prossecução do desígnio comum dos territórios.

As LEDAs assumem-se como uma “arma contra a pobreza” e contrariamente à visão comum de desenvolvimento encaram as “tarefas e os privilégios” de criação de riqueza como responsabilidade e direito de todos e não de uma minoria. Esta perspectiva está de acordo com a que desenvolveremos no ponto seguinte e com a que defendemos sobre o papel das unidades domésticas na produção da riqueza. Muito mais que unidades de consumo as unidades domésticas são unidades activas na produção da vida. O que não possuem na maioria das situações são as ferramentas económicas para tal. A experiencia das LEDAs mostrou que os pobres e excluídos podem participar no “circuito económico” quando as ferramentas e recursos que lhes faltam são disponibilizados.

Estes recursos podem ser técnicos, financeiros ou de mercado, mas também relações institucionais com órgãos de tomada de decisão. LEDAs são organizadas para responder essas necessidades. Assistência técnica é gratuita, disponível para todos e próximo de todos. Crédito está disponível para todos: LEDAs actuam como garantia com bancos, evitando assim o problema comum de falta de garantias, mas apenas se projectos económicos são viáveis e sustentáveis. Finalmente, a estrutura associativa permite a todas as organizações territoriais participarem e desempenharem um papel no processo de decisão. Uma vez que participação na estrutura governativa é reservada para organizações, não indivíduos, a presença da LEDA no território catalisa o processo de organização social, em si um poderoso estímulo psicossocial na luta contra a pobreza. Com métodos e ferramentas simples, uma organização enraizada no território pode atingir mesmo grupos vulneráveis da população que são normalmente negligenciados. Comunidade e Reuniões de bairros, programas de rádios, feiras locais, relações estruturadas com serviços sociais e de saúde estão entre as ferramentas comumente usadas e que admiravelmente serve este objectivo. Desta forma LEDA desempenha uma função dual, trazer de volta indivíduos cujas forças espontâneas do mercado excluiria do desenvolvimento enquanto recupera uma porção substancial de recursos locais e aproveita-os para o desenvolvimento. (UNDP, 2003:26)

Além da questão de competitividade, os locais são espaços privilegiados para procurar e definir soluções mais eficazes para os problemas sociais contemporâneos que são complexos e divergem nas manifestações consoante os locais onde emergem. Assim, de instituições governamentais exigem-se respostas de regulação mais flexível assente em parcerias e cooperação.

3. Parte III – O “microcrédito”

1. “Microcrédito” na integração económica dos desfavorecidos – justificação Actual

Já abordamos neste trabalho a questão do crescimento do “desemprego estrutural” e a crise do Estado de Providência³¹. Também referimos ao emprego como factor importante na melhoria das condições de vida das pessoas. Refletimos sobre o estudo de (Henriques e Madruga, 1996) que conclui que o emprego depende cada vez mais de nova iniciativa empresarial que por sua vez depende dos contextos locais. Vimos também que alterações no contexto local que favorecem a criação de emprego dependem de estruturas territoriais de apoio que ofereçam panóplia de serviços e recursos (não só o crédito!) e são importantes no sentido de contrariar processos de “desintegração regional” por estimularem capacidade de iniciativa e organização nas comunidades locais.

Tendo em consideração o quadro apresentado, é manifestamente claro que os programas de combate ao desemprego e pobreza não devem cingir à “qualificação das capacidades produtivas dos cidadãos em ordem a adequá-las às presumíveis necessidades dos empregadores”³² como fazem tradicionalmente. As políticas de desenvolvimento devem apoiar os cidadãos no sentido de optar pelas formas de ganhar a vida, sendo que cada vez mais a criação da própria iniciativa empresarial a única solução. Sem se pretender generalizar e tornar esta visão “hegemónica” as mesmas devem investir mais recursos na promoção da “iniciativa económica própria dos cidadãos”, e criação de autoemprego.

O trabalho independente tem os seus limites, mas em muitos casos é a única solução para ajudar os rejeitados pelas nossas economias, aqueles que os contribuintes não querem ter de sustentar Yunus (1997: 299).

O microcrédito é frequentemente utilizado como um poderoso instrumento ao serviço da integração económica dos desfavorecidos.

3.1.1. **As origens e o Grameen Bank**

Para compreender a palavra pode-se desagrega-la em *micro* + *crédito*. A palavra *micro* provém do grego *mikrós* que significa *pequeno, curto* e a palavra *crédito* provém do latim “*creditum, credere*” que significa *Acto de fé, crer, confiar, acreditar, confiança, reputação*. Linearmente microcrédito significa então crédito de pequena dimensão. Uma parte da palavra (*crédito*) significa *acreditar* e *confiança*. É contudo o oposto dessas palavras que motiva o surgimento das actividades relacionadas com o microcrédito. O conceito quase que se confunde com o nome do professor Bengalês Muhammad Yunus.

³¹ Referimos simplesmente a um maior desemprego e a um Estado com menos capacidade de apoiar perdas de rendimentos.

³² *Seminário “Micro-Crédito contra a Pobreza” 2 de Outubro 1998, Sete Teses a favor do Microcrédito em Portugal*

Regressado dos EUA pouco depois da guerra de libertação do seu País (ano 1976), Yunus deparou com a realidade de uma terrível fome que afectava milhões de famílias. Inconformado em ser apenas professor de economia, numa universidade, enquanto a pobreza extrema, fome e morte disseminava extensamente por todo o país, refugiou-se numa aldeia local (Jobra) tentando compreender as suas causas. O diálogo com vários pobres trabalhadores, e particularmente com Sufiya Begun permitiu compreender o porque de muitos pobres apesar do trabalho duro continuarem sem capacidade de libertar a sua família da pobreza.

Depois de conversar algumas vezes com Sufiya, percebi porquê. Como muitos outros habitantes da aldeia, Sufiya dependia do crédito do agiota local para comprar bambu para os seus bancos. Mas ele só lhe emprestava o dinheiro se ela concordasse em vender-lhe todos os bancos a um preço preestabelecido. Entre este acordo injusto e a elevada taxa de juros sobre o empréstimo, Sufiya conseguia um rendimento de apenas 2,5 cêntimos por dia (Yunus, 2008:77).

A Sufiya continuava pobre apesar do trabalho árduo por não possuir uma pequena quantia de dinheiro para adquirir bambu e fazer bancos, vender directamente ao mercado e obter melhores condições de vida. A banca tradicional criou um “*apartheid financeiro*”, onde de um lado, os ricos tinham acesso ao crédito e aumentavam ainda mais o seu poder no mercado, enquanto os pobres abandonados no desemprego ou trabalho precário (exploração pelos agiotas que na ausência de crédito para os pobres controlavam o mercado), não tinham possibilidades de sair do ciclo vicioso da pobreza, pelo seu próprio trabalho. O argumento para a não atribuição de crédito era a falta de posse de garantias reais por parte dos pobres. Para Yunus esta era uma atitude incompreensível, uma vez que a necessidade de continuarem a usufruir do crédito para sua subsistência ditava sempre o pagamento. A ausência de crédito para os pobres desenvolverem a sua actividade autónoma, libertando-lhe do trabalho escravo e permitindo aumentar a sua produtividade mediante produção e venda no mercado, fez nascer em 1983 um banco direccionado a conceder pequenos empréstimos aos pobres, o *Grameen Bank* ou *Banco da Aldeia*.

O Microcrédito consistiu na atribuição de pequenos empréstimos a pessoas pobres, do meio rural, excluídos do acesso ao crédito através da banca tradicional, por falta de garantias reais, para a criação autónoma de actividades geradoras de rendimentos capazes de melhorar o seus níveis de vida e da sua família. A atribuição destes empréstimos consiste na remoção de barreiras que impediam os pobres de participar na economia, libertar a sua criatividade mediante o exercício de uma actividade independente facilitando assim a realização de mudanças nas suas vidas. “*A nós cabe-nos remover as barreiras estruturais que durante tanto tempo, mantiveram as pessoas mais pobres fora do contexto humano*” (Yunus, 1997:367).

Milhões de indivíduos pobres no Bangladesh provaram ser extremamente capazes de melhorar os seus rendimentos e produtividade e conseqüentemente operar um conjunto de melhorias nas suas condições de vida, desde que dotado de crédito para a condução do seu próprio trabalho autónomo. A grande eficácia do Microcrédito neste país levou à proliferação destes programas de crédito

especificamente direccionado aos pobres um pouco por todo o planeta. Em 1997³³, realizou-se a primeira conferência sobre o microcrédito, estabelecendo o objetivo ambicioso de atingir 100 milhões de famílias com programas de microcrédito e outros serviços financeiros até 2005³⁴. Numa nova cimeira em 2006 se pode anunciar o cumprimento da meta e o estabelecimento da nova ambição de atingir, até 2015, 175 milhões de famílias com o microcrédito e ajudar a 100 milhões de famílias a libertar da pobreza através do Microcrédito. Neste mesmo ano (2006) o Professor Yunus e o Grameen Bank foram agraciados com o Prémio Nobel da Paz.

A paz é ameaçada por uma ordem económica, social e política injusta, pela ausência de democracia, pela degradação ambiental e pela ausência de direitos humanos.

A pobreza é a ausência de todos os direitos humanos. As frustrações, a hostilidade e a raiva geradas pela pobreza abjecta não podem garantir a paz em nenhuma sociedade. Para construir uma paz sustentada é necessário encontrar formas de criar oportunidades para que as pessoas possam ter uma vida decente (Discurso Prof. Yunus, 2006).

Destacamos o conceito de microcrédito centrado na experiência do P. Yunus e Banco Grameen porque foi através de sua acção que o conceito começou a ser utilizado como política global para integração económica dos desfavorecidos. Contudo as práticas relacionadas com a sua utilização são na verdade muito antigas. Remontam ao longínquo ano de 1846, no sul da Alemanha, onde o pastor Raiffensem criou a “Associação do Pão” para ceder farinha de trigo aos fazendeiros locais, endividados pelos Agiotas, para fabricarem e comercializar pão no sentido de gerar maiores rendimentos e pagar as suas dívidas. A “Associação do pão” veio a transformar-se numa cooperativa de crédito. Um Prussiano, de nome Herman Schulze, foi responsável pela primeira experiência de cooperativas de crédito em áreas urbanas, com a criação da “Associação de dinheiro antecipado”, também na Alemanha, Cidade de Delitzsch 1856. Atualmente estas cooperativas são conhecidas como Bancos populares na Alemanha. Aproximadamente 10 anos mais tarde (1965), o Italiano Luigi Luzzatti, inspirando nos Alemães criou na cidade de Milão uma cooperativa de crédito que viria a herdar seu nome. Nas Américas a primeira experiência foi protagonizada por Alphonse Desjardins. O jornalista, influenciado pelo debate europeu sobre cooperativas, idealizou a constituição das *Caisses Populaires* para ceder crédito aos pobres, na província canadense de Quebec, em 6 de dezembro de 1900. Podemos apontar ainda a experiência de Walter Krump, presidente de uma Metalúrgica em Chicago, com a criação dos “Fundos de Ajuda” que traduzia na contribuição de \$1,00 mensal de cada operário nos seus departamentos com vista a apoiar os mais necessitados. Outras iniciativas ainda difundiram noutros países.

3.1.2. **Microcrédito: A filosofia do conceito**

O Microcrédito constitui um projecto inovador na medida em que aborda a questão da pobreza do lado do mercado. Se o sistema é tão produtivo e benéfico também a parte inferior da sociedade deve

³³ Nesta altura o Microcrédito abrangia apenas 7,6 milhões de indivíduos

³⁴ Viria a ser considerado ano internacional do Microcrédito, uma forma encontrada pelas Nações Unidas para chamar atenção e difundir o conceito.

ter oportunidade de tirar proveito dele. A pobreza não é ligada ao fracasso dos beneficiários³⁵ mas a uma estrutura social que não dá oportunidades às pessoas de explorarem o seu talento (através do crédito e trabalho independente.) Os pobres dedicam a vida a um trabalho árduo para alguém que tem uma propriedade e que explora o seu esforço ficando com quase totalidade dos lucros do seu trabalho produtivo.

O que eles [os pobres] não têm são as ferramentas económicas necessárias para melhorar o nível de produtividade do trabalho (Yunus, 2008:87).

Na filosofia do Microcrédito os pobres não o são porque não têm formação, talentos ou são preguiçosos. Para Yunus “se olharmos para o mundo real não podemos deixar de ver que os pobres não são pobres porque lhes falte formação ou porque sejam analfabetos, são porque não podem conservar os rendimentos do seu trabalho.” Prosseguindo este autor considera ainda que a razão disto é não terem “controlo sobre o capital, e a possibilidade de controlar o capital é o factor essencial.”

Os pobres não controlam o capital “porque não herdaram nenhum capital nem crédito, e porque ninguém lhes dá acesso ao capital, pois habituamo-nos a pensar que os pobres não são dignos de crédito” (Yunus, 1997:302).

Num sistema predominantemente capitalista, a possibilidade de ter o controlo sobre o capital é fundamental. Se não herdaram nenhum capital nem activo produtivo, não tiveram capital devido a falta de trabalho dependente ou escravização de mão-de-obra pelos capitalistas, ninguém acredita neles para emprestarem o seu capital como poderão não ser pobres? Estes factores levam-nos ao âmago da questão motivadora da criação do Microcrédito, a ausência de crédito aos pobres por falta de garantias reais.

“A nós cabe-nos remover as barreiras estruturais que durante tanto tempo, mantiveram as pessoas mais pobres fora do contexto humano” (Yunus, 2008:197).

O crédito permite-lhes adquirir activos produtivos e mediante o seu próprio trabalho produzir e vender directamente ao mercado conservando todo o rendimento do seu trabalho.

11. Microcrédito e pobreza como (Dis) Empowerment

Apesar do microcrédito ser desenvolvido com base no dinheiro, o mesmo não é considerado apenas um fenómeno monetário.

“ (...) Ironicamente, o movimento do Microcrédito que é construído em redor, pelo e com o dinheiro, não tem no seu âmago, na sua raiz mais profunda, nada a ver com o dinheiro. Tem a ver com ajudar

³⁵ Esta perspectiva está em sintonia com a que se apresentou aqui neste trabalho, que vê as unidades domésticas pobres como unidades activas na produção da sua subsistência e não apenas como unidades de consumo no mercado. O que falta-lhes muitas vezes são as condições, o que Friedmann designou de ausência de bases de riqueza produtiva. Meios financeiros – v.g. microcrédito - representa uma dessas bases.

as pessoas a realizarem totalmente os seus potenciais. Não tem a ver com o capital financeiro, mas com o capital humano. O dinheiro é uma mera ferramenta que ajuda à realização dos sonhos, que ajuda as pessoas mais pobres e mais desafortunadas a ganhar dignidade, respeito e um sentido para as suas vidas” (Yunus, 2008:367).

Apoiar os seres humanos mais desfavorecidos a realizar mudanças nas suas vidas, principalmente através da própria iniciativa empresarial, não deve cingir apenas à disponibilização do capital. Existem outro conjunto de recursos que faltam aos desfavorecidos que deve nos levar a ser muito mais abrangentes na acção contra a pobreza. Deveremos entender o microcrédito apenas como uma das ferramentas com grande potencial na acção para a integração económica. Com apenas uma parcela ínfima de crédito (pouco dinheiro) os pobres mostram as capacidades que durante anos e séculos as sociedades não os permitiram mostrar atingindo em pouco tempo a subsistência. Contudo, para ir mais além na promoção da sua autonomização é preciso muito mais que o crédito.

A pobreza é um fenómeno Multidimensional. Lida com a vida e o modo de vida das pessoas. Para libertar as pessoas da pobreza, todos os aspectos das suas vidas têm de ser analisados, do nível pessoal até ao global, da dimensão económica às dimensões política, social, tecnológica e psicológica. Todos estes elementos não estão dissociados nem podem ser considerados em separado; pelo contrário, eles estão intimamente ligados” (Yunus, 2008:115).

O microcrédito é um instrumento poderoso em que podem ancorar todos os esforços nas várias dimensões acima referidas contudo não é uma “panaceia”. Friedmann ao apresentar o modelo de pobreza como “(Dis) Empowerment” reconheceu isso ao definir, de forma integrada, a pobreza como falta de acesso a conjunto de *bases do poder social*. O trabalho do Yunus no Bangladesh é também expoente desta visão e de uma abordagem da pobreza como um fenómeno que abrange várias dimensões. Iniciando apenas com a concessão de crédito aos pobres, mediante um trabalho de experimentação e sempre focado no contexto real de vida dos mesmos, o Banco Grameen enveredou pela criação de conjunto de organizações conhecidas como “a família das empresas Grameen” procurando atacar e destruir diversas barreiras que os pobres enfrentam e os impedem de participar com sucesso nos “circuitos económicos”. A este propósito o modelo desenhado na Índia pela SEWA³⁶ é também ilustrativo e pode ser adaptado ao contexto de Cabo Verde sobretudo no que se refere à Organização de produtores locais. A abordagem através de serviços territoriais de apoio ao desenvolvimento local (v.g. LEDAs) também reconhece esta perspectiva ao procurar disponibilizar aos pobres e excluídos outros recursos além do crédito. Pouca relevância terá a disponibilização do crédito se nada for feito no sentido de criar capacidade de iniciativa e organizativa nas comunidades locais para lutar contra processos de “desintegração local” e mobilizar os seus recursos endógenos para o seu próprio desenvolvimento. Os contextos influenciam o sucesso da integração económica através de nova iniciativa empresarial. A acção sobre os contextos e “animação” territorial no sentido

³⁶ Self Employment Woman Association

Para mais informações consultar página: http://www.sewa.org/About_Us.asp, disponível Setembro 2012

de estimular capacidade de iniciativa e organização são tão ou mais importantes que a mera disponibilização de crédito.

4. Parte V – Parte prática: Microcrédito na integração económica dos pobres

12. A persistência da Pobreza

Segundo dados do Banco Mundial³⁷, a pobreza extrema mundial (medida pelo número de pessoas que vivem com menos de \$1,25 por dia) ainda persiste apesar da queda de 1990 para 2008 passando dos 1,938 Milhões para 1,289 Milhões (43,1% para 22,4% da população mundial). O número de pessoas que vivem com menos de \$2 por dia é 2,471 milhões. Apesar dos progressos os números ainda são verdadeiramente expressivos. A África Subsaariana (Região a que Cabo Verde pertence) é a que menos contribui para os referidos progressos apesar de ter evidenciado, pela primeira vez, ligeira redução da pobreza, desde que o Banco Mundial iniciou a medição do fenómeno. Em 2005 a região atingiu o pico ao nível de pobreza extrema (395 milhões de pessoas). Segundo o mesmo relatório, em 2008, 386 milhões de pessoas vivem na pobreza extrema o que representa 47,5% da população da região. O número de pessoas que vive com menos de \$2 por dia continua a evoluir de forma crescente. Em 2008 cerca de 70% da população da região viviam abaixo do referido limiar (562 milhões de pessoas).

13. Cabo Verde: Caracterização Socioeconómica

Cabo Verde é um jovem país Africano, de origem vulcânica, localizado geograficamente na costa ocidental africana, próximo do Senegal. É um país insular, composto por dez ilhas. Foi uma colónia portuguesa descoberta em 1460. O povoamento iniciou dois anos mais tarde através da chegada, à Ilha de Santiago, do português António de Noli, sua família e portugueses do Alentejo e Algarve (Andrade, 1995; Grassi *et. al*, 2007).

O seu povoamento resultou do movimento de “escravos e negros livres” que acompanhavam os colonos, comerciantes e navios na descoberta e em geral de todas as etnias da Costa da Guiné. Posteriormente de relações “senhor branco/negra escrava” resultou uma mestiçagem que caracteriza o povo cabo-verdiano. O tráfico de escravos foi preponderante no povoamento das ilhas.

Cabo Verde foi-se constituindo, como plataforma de apoio à expansão portuguesa – e, mais tarde, à manutenção da relação colonial – à transferência de recursos humanos de África para o continente Americano. Ou seja, a razão da sua existência assentava numa posição geo-estratégica que lhe permitia cumprir uma função histórica de prestação de serviços associados ao tráfico atlântico, que deixará de existir entre os séculos XIX e XX (Grassi et. All, 2007).

A abolição da escravatura e uma luta armada liderada pelo PAIGC e seu líder Amílcar Cabral (herói nacional) levou à independência do país em Julho de 1975. Instalou-se assim uma República Democrática que apenas introduziu o multipartidarismo em 1992.

³⁷World Development indicator, 2012

Cabo Verde é membro da CEDEAO (embora pouco activo) desde 1976 e da CPLP desde 1996 (ano da sua criação).

As instituições governamentais têm desenvolvido projectos no sentido de desenvolvimento da economia, do sector privado e abertura ao exterior. Prova deste facto é a recente adesão à Organização Mundial do Comércio em 2008.

Geograficamente divide-se em dois grupos de ilhas: As ilhas do Barlavento situadas mais a norte (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boavista) e as ilhas de Sotavento mais a sul (Maio, Santiago, Fogo e Brava). Possui um clima quente e seco caracterizado por curtos períodos de chuva e em certos períodos por secas. No arquipélago existem poucos recursos naturais e debilidades relacionadas com a condição de país insular limitam os processos de desenvolvimento conforme veremos a seguir. Contudo o clima, quente e seco, favorece uma eclosão interessante do Turismo que tem contribuído de forma decisiva para a formação de riqueza e utilizada como verdadeira alavanca para o desenvolvimento.

A população residente é de cerca de meio milhão de habitantes (491.875, segundo apresentação dos dados do censo 2010 INECV)³⁸ num território de 4033 km².

Evolução da população residente em Cabo Verde por Ilha Concelho (1900 -2010)

| Meio de residência/Concelho | Ano | | | | | | | | |
|-----------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 1900 | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 | 1990 | 2000 | 2010 |
| Cabo Verde | 143.929 | 181.740 | 149.984 | 199.902 | 270.999 | 295.703 | 341.491 | 434.625 | 491.875 |
| Meio Urbano | - | - | - | - | - | - | 150.599 | 234.368 | 303979 |
| Meio Rural | - | - | - | - | - | - | 190.892 | 200.257 | 187896 |
| Santo Antão | - | 35.977 | 28.379 | 33.953 | 44.623 | 43.321 | 43.845 | 47.170 | 43.915 |
| Ribeira Grande | - | 19.766 | 15.444 | 17.246 | 22.873 | 22.102 | 20.851 | 21.594 | 18.890 |
| Paúl | - | 5.845 | 5.370 | 6.024 | 8.000 | 7.983 | 8.121 | 8.385 | 6.997 |
| Porto Novo | - | 10.366 | 7.565 | 10.683 | 13.750 | 13.236 | 14.873 | 17.191 | 18.028 |
| São Vicente | - | 15.848 | 19.576 | 20.705 | 31.578 | 41.594 | 51.277 | 67.163 | 76.140 |
| São Nicolau | - | 14.846 | 10.366 | 13.866 | 16.308 | 13.572 | 13.665 | 13.661 | 12.817 |
| Ribeira Brava | - | - | - | - | - | 11465 | 11556 | 11.794 | 7.580 |
| Tarrafal de S. Nicolau | - | - | - | - | - | 2107 | 2109 | 1.853 | 5.237 |
| Sal | -- | 1.121 | 1.838 | 2.608 | 5.505 | 5.826 | 7.715 | 14.816 | 25.779 |
| Boavista | - | 2.779 | 2.985 | 3.263 | 3.569 | 3.372 | 3.452 | 4.209 | 9.162 |
| Maio | - | 2.237 | 1.924 | 2.680 | 3.466 | 4.098 | 4.969 | 6.754 | 6.952 |
| Santiago | - | 77.382 | 59.397 | 88.587 | 128.782 | 145.957 | 175.691 | 236.627 | 274.044 |
| Tarrafal | - | 18.840 | 13.222 | 19.140 | 26.251 | 24.202 | 11.626 | 17.792 | 18.565 |
| Santa Catarina | - | 26.848 | 19.428 | 30.207 | 41.462 | 41.012 | 41.584 | 50.024 | 43.297 |
| Santa Cruz | - | 13.486 | 9.568 | 14.368 | 21.158 | 22.995 | 25.892 | 33.015 | 26.617 |
| Praia | - | 18.208 | 17.179 | 24.872 | 39.911 | 57.748 | 71.276 | 106.348 | 131.719 |
| São Domingos | - | - | - | - | - | 11117 | 11.526 | 13.320 | 13.808 |
| São Miguel | - | - | - | - | - | 12349 | 13.786 | 16.128 | 15.648 |
| S. Salvador do Mundo | - | - | - | - | - | 8315 | 9130 | 9.172 | 8.677 |
| S. Lourenço dos Órgãos | - | - | - | - | - | 6722 | 7885 | 7.781 | 7.388 |
| Ribeira Grande de Santiago | - | - | - | - | - | 6321 | 6527 | 7713 | 8.325 |
| Fogo | - | 23.022 | 17.582 | 25.615 | 29.412 | 30.978 | 33.902 | 37.421 | 37071 |
| Mosteiros | - | - | - | - | - | 7427 | 8.331 | 9.535 | 9.524 |
| São Filipe | - | - | - | - | - | 19851 | 25.571 | 27.886 | 22.248 |
| Santa Catarina do Fogo | - | - | - | - | - | 3700 | 4481 | 4.796 | 5.299 |
| Brava | - | 8.528 | 7.937 | 8.625 | 7.756 | 6.985 | 6.975 | 6.804 | 5.995 |

Fonte: INE - Recenseamentos de População de 1900-2010

OBS.: Em 2010 os **491875** indivíduos residentes no território nacional no momento do censo, inclui os **192** sem abrigos.

³⁸ [http://www.ine.cv/actualise/destaques/files/CD/PDF/CARACTERÍSTICAS%20POP%20RGPH%202010%20\[Modo%20de%20Compatibilidade\].pdf](http://www.ine.cv/actualise/destaques/files/CD/PDF/CARACTERÍSTICAS%20POP%20RGPH%202010%20[Modo%20de%20Compatibilidade].pdf) Disponível em 15.10.2011, 14h02mn

4.1.1. **Imigração no ADN dos Cabo-verdianos**

A imigração ou “o movimento para fora do arquipélago” é associada frequentemente às adversidades económicas do país. Esta é a razão principal e não é recente. Está historicamente ligado à existência do Cabo-verdiano. *A história das ilhas é uma história de abandonos e repovoamentos, de secas recorrentes durante as quais escravos depressa eram vendidos os trabalhadores livres eram obrigados a emigrar para outras colónias portuguesas* (Grassi et. All, 2007).

A “escassez a nível dos recursos naturais e as secas periódicas e frequentes” sempre obrigaram os cabo-verdianos a partirem para outros destinos à procura de realização dos sonhos e objectivos de vida. À obrigatoriedade de partir contrapõe-se um sentimento de forte pertença às raízes, sentimento de pátria definido como “cabo-verdianidade”. Na generalidade os imigrantes focam o sentimento de “querer ficar e ter que partir”. Assim se construiu uma “nação global” que nunca se limitou às fronteiras físicas. Estima-se que uma parte da população superior à residente é imigrante (cerca de um milhão de pessoas (BAD, 2007)).

Este facto faz da relação do país com a sua diáspora um dos factores críticos de desenvolvimento tanto a nível das remessas como a nível do aproveitamento do potencial criativo e dos seus cérebros em toda a diáspora.

4.1.2. **O Turismo: alavanca do desenvolvimento**

O turismo em Cabo Verde teve início, conforme aponta o Plano Estratégico Para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde (2010-2013), já na década de 60 com a inauguração do Aeroporto Internacional do Sal e das primeiras pousadas. Foi contudo apenas nos anos 90, impulsionado por diversos factores, entre os quais a projecção internacional do nome de Cabo Verde pela Cesária Évora³⁹ e a nosso ver pelos discursos da diáspora sobre o seu país de origem, que o turismo começa a ganhar preponderância como verdadeira alavanca para o desenvolvimento da economia. O clima é contudo aquele que se posiciona como o factor mais importante de atracção turística.

O país tem um clima do tipo quente, subtropical seco, com uma temperatura média anual de 25º, características que conferem às ilhas – juntamente com a sua localização e a origem vulcânica -, uma identidade geofísica rica, diversa e com acentuados contrastes paisagísticos: relevo acidentado e caprichoso e áreas completamente planas; paisagens verdejantes e paisagens áridas; extensas praias e encostas escarpadas; paisagens urbanas e cosmopolitas e paisagens rurais. Estas condições naturais específicas, a par de uma cultura marcante e diversificada e de uma história rica, constituem um dos mais importantes atractivos do país no que diz respeito à sua competitividade como destino turístico, não obstante a sua fragilidade em termos de equilíbrio ambiental, que requer uma abordagem cuidadosa no quadro do desenvolvimento da actividade turística. (PEDTCV 2010-2013)

³⁹ Conhecida como a “Diva dos pés descalços” esta cantora cabo-verdiana projectou em todo o mundo o nome do país a sua cultura e suas gentes.

Nos últimos anos, segundo dados do INECV⁴⁰ o número de entradas de turistas aumentou de 145.076 em 2000 para 475.294 em 2011 o que representa um crescimento de 30%. Entre o mesmo período o número de dormidas passou 684.733 para os 2.827.562. O subsector tem contribuído de forma relevante também para a formação do PIB do país conforme veremos no ponto seguinte. Contudo a camada mais vulnerável da população, ou seja os mais pobres, tem poucos benefícios directos com a actividade e não há uma ligação explícita entre o desenvolvimento da actividade turística e estratégias de luta contra a pobreza. O impacto directo do turismo na luta contra a pobreza é limitado embora a indução de crescimento e os mecanismos de redistribuição adoptados pelo Estado possam favorecer a redução desta (Cf. Cabral, 2005).

O mesmo citando um documento da Direcção Geral do Desenvolvimento do Turismo, de 2004, aponta que as vantagens e lucros do sector têm sido quase na sua totalidade para os estrangeiros através de IDE (turismo de pacotes tudo incluído) contra uma ausência de participação do sector privado Nacional.

“A maior parte dos investimentos realizados nos últimos dez anos no sector do turismo foram promovidos por estrangeiros. A iniciativa nacional isolada ou em parceria com investidores externos é fraca. Por outro lado há investimentos que, pela sua pequenez e natureza, há pouca conveniência para o país em atribui-los estatuto de investimento externo, tanto mais que estão perfeitamente ao alcance de muitos nacionais, os quais precisam de oportunidades de auto emprego” (DGD; 2004: 69).

Uma questão essencial para o desenvolvimento em Cabo Verde, tendo o turismo como estratégia nacional, é a utilização de uma abordagem integrada do sector que favorece a participação dos mais desfavorecidos nomeadamente utilizando pequenas e micro iniciativas empresariais ancoradas ao turismo. Só assim o turismo poderá se desenvolver como actividade de alto valor com impacto noutros sectores de actividade e nichos de mercado conexos.

4.1.3. **Quadro Macroeconómico geral**

Cabo Verde tem revelado um crescimento económico contínuo, tendo apenas em 7 anos duplicado o PNB per capita (2001: US\$1248,08 - 2008: US\$3065 (ver Quadro ...). Comparando o PNB per capita de 2008 com o do ano de 1975 (independência), em que o valor era de apenas de US\$190 (MFP, 2004), esse progresso a nível dos rendimentos é ainda mais assinalável (16 vezes superior).

⁴⁰ <http://www.ine.cv/actualise/dadostat/files/64fc95ae-6380-43f9-afcf-2556e7432f2aevolucao%20da%20procura%20turistica%20em%20cabo%20verde%20segundo%20ano,%202000%20a%202011.pdf>, disponível em julho 2012

Produto Interno Bruto e Produto Nacional Bruto de 2001 a 2008

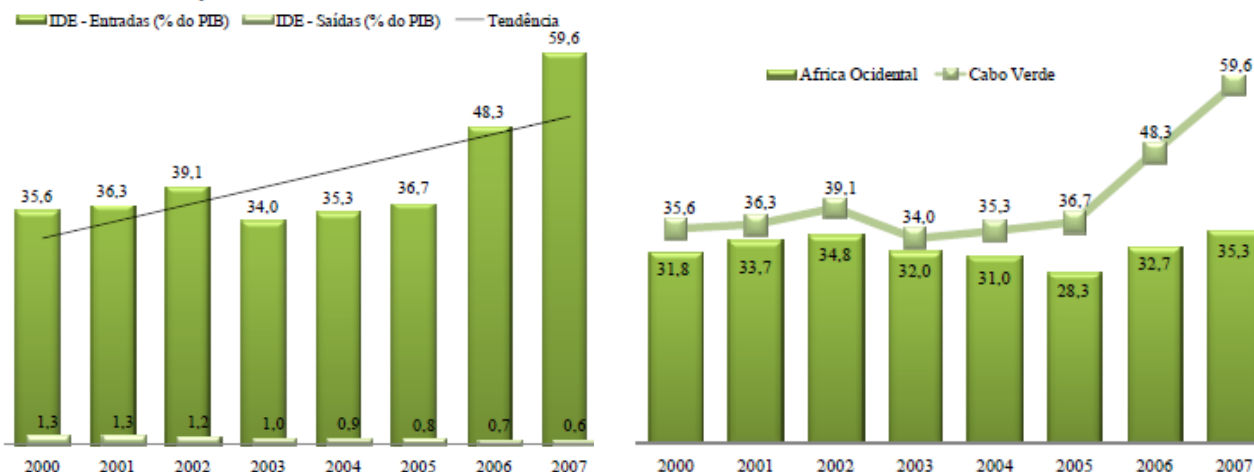
| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|---------------|---------------|---------------|
| PIB corrente (Preço do mercado) em Milhares de Contos | 69.380,3 | 72.758,1 | 79.526,7 | 82.086,5 | 86.185,4 | 97.384,3 | 107.252,0 | 118.949,4 |
| PIB constante preço de 1980 em Milhares de Contos | 19468,1 | 20496,5 | 21456,4 | 22374,7 | 23833,7 | 26250,9 | 28521,4 | 30289,0 |
| Taxa de crescimento do PIB real | 6,1 | 5,3 | 4,7 | 4,3 | 6,5 | 10,1 | 8,6 | 6,2 |
| Taxa de cambio US\$ | 123,5 | 117,3 | 97,8 | 88,7 | 88,7 | 87,9 | 80,6 | 75,3 |
| PIB em US\$ | 561.675.616 | 620.485.426 | 813.183.920 | 925.022.398 | 972.198.244 | 1.107.520.470 | 1.330.340.122 | 1.578.917.790 |
| População | 444.921 | 452.835 | 460.601 | 468.164 | 475.465 | 483.090 | 491.419 | 499.796 |
| PIB per capita em US\$ | 1262,4 | 1370,2 | 1765,5 | 1975,9 | 2044,7 | 2292,6 | 2707,1 | 3159,1 |
| Taxa de crescimento do pib per capita (em US\$) | | 8,5 | 28,8 | 11,9 | 3,5 | 12,1 | 18,1 | 16,7 |
| PIB per capita (em milhares de escudos) | 155,9 | 160,7 | 172,7 | 175,3 | 181,3 | 201,6 | 218,2 | 238,0 |
| Taxa de crescimento do pib per capita (em CVE) | | 3,0 | 7,5 | 1,6 | 3,4 | 11,2 | 8,3 | 9,0 |
| Deflator | 3,6 | 3,5 | 3,7 | 3,7 | 3,6 | 3,7 | 3,8 | 3,9 |
| Rendimento líquidos recebidos do exterior | -746,8 | -1725,7 | -1419,3 | -1657,7 | -2995,4 | -3515,4 | -2440,7 | -3545,0 |
| PNB em milhões de escudos | 68.633,5 | 71.032,4 | 78.107,4 | 80.428,7 | 83.190,0 | 93.868,9 | 104.811,3 | 115.404,4 |
| PNB em US\$ | 555.629.669 | 605.768.378 | 798.670.899 | 906.341.531 | 938.409.299 | 1.067.541.150 | 1.300.065.576 | 1.531.862.112 |
| PNB por habitant em US\$ | 1248,8 | 1337,7 | 1734,0 | 1935,9 | 1973,7 | 2209,8 | 2645,5 | 3065,0 |

2001 - 2007 Contas Definitivas Fonte: Instituto Nacional de Estatística
 2008 estimativas INE
 Taxa de cambio médio mensal do Dólar - Fonte BCV
 Rendimentos - fonte BCV

A economia cabo-verdiana é formada sobretudo pelo sector dos serviços (anexo IV). Este sector representou, em 2007, 69,5% do PIB, impulsionado sobretudo pelo comércio (19,5% do PIB) e Serviços governamentais (10,6%). Outras áreas têm mostrado uma dinâmica interessante contribuindo de forma relevante para a formação de riqueza. Entre elas podem ser apontadas Direitos e taxas / importações (11,7% do PIB); Telecomunicações (9,5%), Habitações e locais (7,1%) Hotéis e restaurantes (7,6%) e Banca e Seguros (3,2%). Apesar de parte considerável da população residir no meio rural, o sector da agricultura tem perdido sucessivamente peso em termos de percentagem do PIB, ao longo do tempo, representado em 2007 apenas 4,6 % do PIB. Este facto não é alheio à fraca pluviosidade e escassez de recursos naturais. O sector secundário contribuía em 2007 com 15,9% para o PIB grande parte deste contributo originário do subsector da construção. Este sector sofre diversas debilidades como poucos recursos naturais do país (dificuldades na obtenção de matérias primas), elevados custos de transportes, dificuldades de obtenção de economias de escala. Desde os anos 80, o sector primário tem demonstrado quedas acentuadas passando de 19,2% do PIB neste ano para os 6,1% em 2007 enquanto o sector de serviços demonstra um sucessivo crescimento passando dos 58,2% nos anos 80 para os expressivos 69,5% do PIB em 2007.

4.1.4. **Credibilidade externa, IDE e Ajuda Pública ao Desenvolvimento**

Grande parte do dinamismo verificado em Cabo Verde em subsectores como construção, comunicações, e sobretudo dos hotéis e restaurantes (Turismo), que tem sido utilizado como alavanca para o desenvolvimento da economia, é resultado da atração de Investimento Directo Estrangeiro que por sua vez está relacionada com a estabilidade, credibilidade e avaliação positiva dos seus parceiros internacionais.



Evolução Entrada/Crescimento IDE em % PIB / Fonte: UNCTAD – World Investment Report 2008

Extraído de Lopes *et. All*, (2009:765)

Entre os indicadores de avaliação externa desenvolvidos pelo ou com financiamento das Nações Unidas ou Banco Mundial o país tem apresentado, segundo os referidos autores, resultados bastante interessantes que permitem aspirar maior captação de IDE.

Para o indicador *Freedom in the world*⁴¹, publicado anualmente e que avalia 193 países e 15 outros territórios em termos “direitos políticos, liberdades civis e estatuto em termos de liberdade” conforme percebido pela população e de acordo com a declaração dos direitos do homem, o país é qualificado desde 1991 como “livre”. Os indicadores das liberdades civis e direitos políticos são calculados de acordo com uma escada de 1 (valor mais alto) a 7 (valor mais baixo), tendo o país passado praticamente do valor mais baixo em 1975 (ano da independência) para valores mais elevados - direitos políticos (1) e liberdades civis (2) em 2008. Em 2012 o país atingiu a pontuação máxima continuando a ser considerado “livre”. No que se refere a um indicador de liberdade de imprensa/informação elaborado pela ONG repórteres sem fronteiras (RSF) o país é 9º a nível mundial (relatório 2010-2011)⁴².

O *index of economic freedom* produzido pela *Heritage Foundation* e *Wall Street Journal* avalia entre 183 países as liberdades associadas às questões empresariais. Procura determinar o grau de liberdade que os indivíduos têm para utilizar os factores de produção (trabalho e capital) entre a

⁴¹ Ver para mais detalhes do indicador: <http://www.freedomhouse.org/>

⁴² <http://en.rsf.org/> acessado 30 Julho 2012

produção, consumo ou investimento e a protecção estatal que gozam. Este indicador avalia aspectos ligados ao mundo empresarial como *liberdade empresarial, comercial, fiscal, monetária, financeira, laboral e de investimentos, os direitos de propriedade, a ausência de corrupção e dimensão governamental*. Cabo Verde apresenta dados bastante positivos apesar de ainda subsistirem constrangimentos ao investimento. (<http://www.heritage.org/index/>)

| ECONOMIC FREEDOM 2011 | | | ECONOMIC FREEDOM 2010 | | |
|-----------------------|---------------------------|---|-----------------------|-----------------------------------|--|
| 65* | Ranking Mundial | ▲ | 78* | Classificação no Ranking Mundial | |
| 3* | Ranking Regional | ▲ | 7º | Classificação no Ranking Regional | |
| 64,6 | Pontuação total | ▲ | 61,8 | Pontuação total | |
| | Pontuação | | | Pontuação | |
| 64.8 | Liberdade Comercial | ▲ | 63.3 | Liberdade Comercial | |
| 67.6 | Comércio Livre | ▲ | 65.5 | Comércio Livre | |
| 77.3 | Liberdade Fiscal | ▲ | 65.6 | Liberdade Fiscal | |
| 71.0 | Gastos do Governo | ▲ | 65.3 | Gastos do Governo | |
| 79.2 | Liberdade Monetária | ▲ | 74.5 | Liberdade Monetária | |
| 60.0 | Liberdade de Investimento | ■ | 60.0 | Liberdade de Investimento | |
| 60.0 | Liberdade Financeira | ■ | 60.0 | Liberdade Financeira | |
| 65.0 | Direitos de Propriedade | ■ | 65.0 | Direitos de Propriedade | |
| 61.0 | FDM. da Corrupção | ■ | 61.0 | FDM. da Corrupção | |
| 50.0 | Liberdade de Trabalho | ▲ | 48.1 | Liberdade de Trabalho | |

| Rank | Country | Overall | Change |
|------|--------------|---------|--------|
| 1 | Mauritius | 76.2 | -0.1 |
| 2 | Botswana | 68.8 | -1.5 |
| 3 | Cape Verde | 64.6 | 2.8 |
| 4 | Namibia | 62.7 | 0.5 |
| 5 | South Africa | 62.7 | -0.1 |
| 6 | Rwanda | 62.7 | 3.6 |
| 7 | Uganda | 61.7 | -0.5 |
| 8 | Madagascar | 61.2 | -2.0 |
| 9 | Burkina Faso | 60.6 | 1.2 |
| 10 | Zambia | 59.7 | 1.7 |

Classificação na região
CEDEAO

Classificação geral

Fonte: Índice de liberdade económica 2011 (<http://www.heritage.org/index/country/capeverde>)⁴³

O indicador *Worldwid Governance Indicators* avalia o estado de governação de 212 países desde 1996.

| Indicador de Governação (posição percentual) | Anos | | | | | | | | |
|---|---------|---------|---------|------|------|------|------|------|------|
| | 1996/97 | 1998/99 | 2000/01 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
| Controlo da Corrupção | | 46,6 | 62,6 | 68,0 | 66,0 | 66,0 | 66,0 | 72,3 | 74,4 |
| Eficácia Governamental | 55,5 | 64,5 | 62,6 | 59,2 | 59,7 | 62,1 | 53,1 | 62,1 | 65,9 |
| Estabilidade Política | 82,2 | 83,2 | 82,7 | 65,4 | 81,3 | 87,0 | 68,3 | 81,3 | 83,2 |
| Qualidade na Regulação | 22,4 | 39,5 | 55,6 | 45,4 | 46,8 | 43,9 | 47,3 | 47,8 | 48,1 |
| Responsabilidade Social | 70,3 | 69,7 | 71,2 | 61,5 | 63,5 | 65,9 | 59,1 | 74,5 | 74,5 |
| Rule of Law | 66,2 | 76,2 | 72,4 | 57,1 | 58,1 | 61,4 | 60,5 | 67,1 | 67,1 |

Evolução percentual dos indicadores de governação para Cabo Verde – Fonte: World Governance Indicators, 2008 (www.govindicators.org)

Extraído de Lopes, et. All (2009:770).

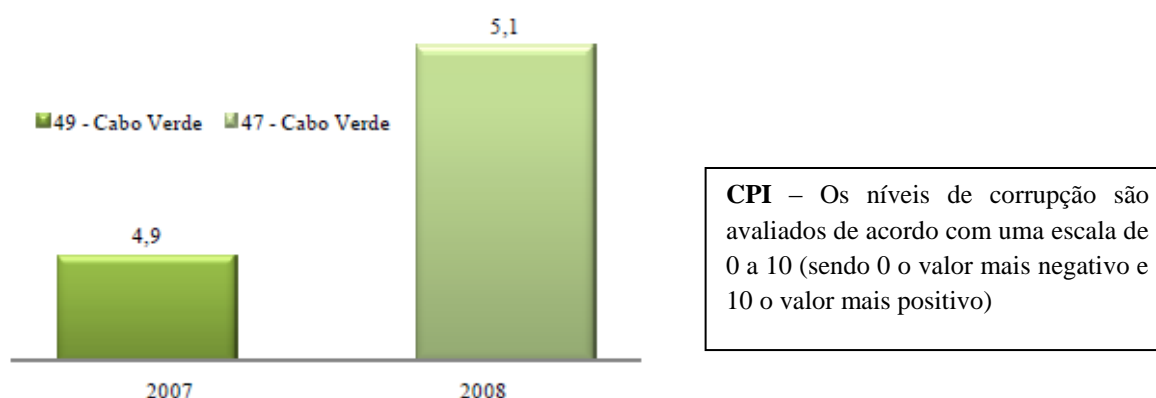
Cabo Verde destaca-se primeiramente em indicador de estabilidade política (83%) seguindo depois indicadores como ausência de violência e responsabilidade social (que indica a participação dos caboverdianos na escolha dos seus governantes e o grau de *liberdade de expressão, informação e*

⁴³ Retirado da página:

http://www.reformadoestado.gov.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=175:indicadores-internacionais-confirmam-desenvolvimento-de-cabo-verde&catid=3:destaques&Itemid=582, disponível em Julho de 2012.

associação ligado a esta participação.) Ainda segundo o *Ibrahim Index*⁴⁴, que também avalia a qualidade de governação (de acordo com 57 critérios distribuídos por 5 categorias: *Segurança interna e nacional; Estado de Direito, transparência e corrupção; Participação e direitos humanos; Oportunidade de desenvolvimento sustentável; e Desenvolvimento humano*) em 2011 Cabo Verde ocupa o 2º lugar no ranking entre as 52 nações da África.

Em termos da *Corruption Perceptions Index (CPI)* que avalia a percepção dos cidadãos em geral e das instituições e empresários em particular sobre a existência da corrupção (utilizar bens e recursos públicos para interesses particulares) no país, Cabo Verde apresenta progressos tendo subido no *ranking* de 2007 para 2008.



Fonte: Transparency International Corruption Perceptions Index (www.transparency.org) – Extraído de Lopes *et. Al* (2009:771)

Para os indicadores *Doing Business* (avalia a facilidade no país para empreender ou criar negócios) e *enterprise surveys* (avalia a percepção dos indivíduos em relação ao ambiente empresarial), Cabo Verde tem feito progressos, mas ainda muito limitados quando comparados com os países da OCDE contudo com destaque positivo comparado com os países da região. Ocupa, em 2012, o lugar 119 no ranking das economias onde é mais “fácil” fazer negócios.⁴⁵

Os resultados muito positivos ao nível da boa governação, estabilidade política e social por um lado e as reconhecidas debilidades decorrentes da insularidade por outro têm fomentado entradas de Ajudas Publica ao Desenvolvimento e intervenção das principais organizações Internacionais como as Nações Unidas (através dos seus vários organismos), o Banco Mundial, BAD, bem como intervenções e avaliações do FMI. A *boa governação, liberdade económica e investimentos nos seus cidadãos*, tornou o país elegível para o maior programa bilateral de apoio ao desenvolvimento e luta contra a pobreza mundial dos EUA, *Millennium Challenge Account (MCA)*⁴⁶ que, além dos referidos itens, ainda avalia desempenho dos países em múltiplos indicadores políticos e estratégias de crescimento sustentado e redução da pobreza. Cabo Verde recebe o 2º compacto do programa no

⁴⁴ <http://www.moibrahimfoundation.org/> acedido Setembro 2012

⁴⁵ Ver *Doing Business* report 2012 (<http://www.doingbusiness.org/>)

⁴⁶ Ver <http://www.mcc.gov/pages/about> e <http://www.mca.cv/index.php?lang=pt>

valor de US\$66,2 milhões privilegiando, entre outros, sectores como água e saneamento básico, energia, que estão entre as maiores debilidades do país actualmente e ainda ordenamento do território.

Cabo Verde é signatário do Acordo de Cotonou em que a UE tem acordo global com todos os países da ACP. Solicitou, no âmbito desta relação clássica da EU com estes países, *uma nova orientação*, em Outubro de 2007. Este pedido deu origem à **Comunicação da Comissão ao Parlamento e ao Conselho sobre o futuro das relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde** e ao que é designado actualmente como parceria especial UE/Cabo Verde. A parceria especial é justificada pela proximidade cultural (com RUP da UE, formando com as ilhas Europeias dos Açores, Madeira e Canárias o grupo chamado Macaronésia), partilha de valores próximos aos Europeus (*democracia, a defesa dos direitos humanos e a boa governação política e económica e as garantias oferecidas pelo Estado de direito em vigor em Cabo Verde, e procura também promover a paz, a segurança e a luta contra o terrorismo e a criminalidade*⁴⁷) e pela posição estratégica de Cabo Verde entre os continentes Africano, Americano e Europeu, o que pode servir de ponte para a defesa de *interesses e desafios comuns* (sendo a luta contra os tráficos ilegais dos pontos mais fortes da aproximação entre CV-EU). A comunicação da Comissão aponta como estando na base da parceria especial “o elevado nível de governação alcançado por Cabo Verde”, prevê um processo de convergência técnica e normativa em “*matéria de normas e padrões europeus*” e prevê que “*Cabo Verde comece progressivamente a participar nalgumas políticas e programas da UE*”.

A Ajuda Publica ao Desenvolvimento contribui de forma significativa para o desenvolvimento da economia tendo representado 13,5% do PIB em 2001 (EDPS).

Os progressos obtidos permitiram a passagem do país ao grupo de países de rendimento médio segundo classificações das Nações Unidas⁴⁸ e fizeram com que seja dos únicos países africanos considerado em boa posição para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)⁴⁹. Contudo os mesmos não devem causar a ilusão de que o caminho foi e será isento de dificuldades. Como todos os pequenos estados insulares o país sofre típicas limitações características dos pequenos estados insulares como o isolamento (provocado pelas distancias tanto entre ilhas como dos outros países), reduzidas amplitudes térmicas (e fraca pluviosidade), vulnerabilidade resultante da elevada dependência do exterior (provado pelos desequilíbrios sucessivos do comercio externo), elevados custos de transportes e dificuldade na integração de mercados (devido ao isolamento/insularidade), são fustigados pelas consequências de alterações climáticas (chuvas e desastres naturais, subidas do nível do mar), pequenez (o que dificulta as economias de escala).

Estes países sofrem influências de (...) *factores, tais como recursos naturais limitados; afastamento em relação aos centros económicos; custos de transporte elevados; um sistema de produção de*

⁴⁷ COM (2007)

⁴⁸ Resolução 59/2009 das Nações Unidas de Dezembro de 2004.

⁴⁹ Ver <http://www.un.cv/> e relatório progresso execução dos objectivos de desenvolvimento do milénio (3º relatório)

subsistência; uma concorrência reduzida; incertezas na oferta; além de uma dependência das fontes externas de financiamento, uma elevada propensão para emigrar (fuga de cérebros e por vezes de braços), uma elevada vulnerabilidade social, que contribuem para a morosidade e complexidade do seu desenvolvimento (Pereira: 2005) em (Nunes, 2008: 10-11)

Os desafios enfrentados pelo país são grandes. Uma (i) *base produtiva nacional pouco diversificada;* (ii) *elevados custos de bens e serviços (água, energia, telecomunicações, etc);* (iii) *Baixa qualidade do ensino;* (iv) *ensino superior ainda incipiente e ausência de mecanismos de produção de elites;* (v) *formação profissional muito aquém das necessidades crescentes do sistema produtivo;* (vi) *mercado laboral pouco flexível;* (vii) *sistema financeiro pouco desenvolvido;* (viii) *deficit de infra estruturação económica do país;* (ix) *fraco desempenho das comunicações (aéreas, marítimas, rodoviárias, ...);* (x) *sistema regulatório incipiente;* (xi) *existência de barreiras administrativas ao investimento;* (xii) *não inclusões económicas das PME* (DECRP II, 2008) apresentam-se como os principais. O país apresenta ainda outras *debilidades estruturais como estrutura produtiva assentada essencialmente no sector dos serviços, encontra-se demasiado dependente das importações* [realce nos últimos seis anos mais de 90% dos cereais (milho, arroz, trigo) consumidos no país provieram do exterior], *não apresenta uma clara estabilidade dos preços*⁵⁰ e, *apesar da evolução económica positiva, não absorve uma parte significativa da sua população activa*⁵¹ Lopes et. All (2009:763).

A taxa de desemprego em 2011 foi de 12,2%⁵² e entre os jovens o valor é mais do dobro (27,1%).

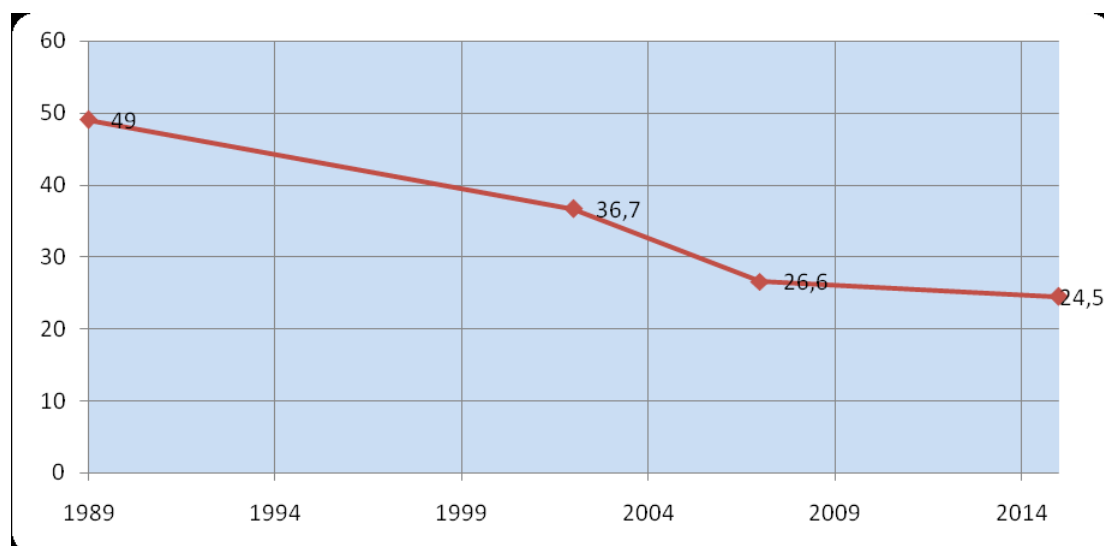
4.1.5. **Ser pobre em Cabo Verde**

Segundo o IDRFB 2001/2002 e QUIBB (2007) Cabo Verde conseguiu reduzir em 32.300 o número de pessoas que viviam na pobreza, o que constitui uma redução de 10 pontos percentuais (passou de 163.200 para 130.900 pobres). Mas a adopção de medidas com impacto na pobreza continua a ser um dos maiores desafios.

⁵⁰ Nos produtos alimentares ao período de chuvas, produção considerável, baixos preços e desperdícios (devido ao fraco desenvolvimento da indústria) segue-se os meses secos, carência e alta de preço.

⁵¹ Negrito meu

⁵² Até pouco tempo situava-se acima dos 20% contudo alterações nas metodologias de cálculo levaram-na para inferior a 13%!



Pobreza em Cabo Verde - Fonte: INE, IDRF (2002-03) e QUIBB (2007)⁵³

A pobreza é calculada com base num “limiar de pobreza” determinado pelo INECV de acordo com a seguinte metodologia:

Limiar pobreza relativa IDRF 2001/2002 – 60% da mediana do consumo per capita anual (43.250\$00)

Limiar de pobreza QUIBB 2007 – Limiar 2001/2002 * TX Inflação (Out/2001-Dez/2007) = 49.485\$00 percapita/anual

Todos cujos rendimentos anuais caem abaixo deste limiar são considerados em situação de pobreza. Em 2007 perto de 27% da população vive na pobreza que incide maioritariamente no meio rural do país e afecta particularmente as famílias chefiadas por mulheres (33% contra 21% das famílias chefiadas por homens). Ainda segundo as conclusões deste questionário, além de afectar maioritariamente famílias chefiadas por mulheres os pobres estão em famílias numerosas ou cujos chefes possuem pouco ou nenhum nível de instrução.

A nível de incidência de pobreza por áreas geográficas as mais afectadas são a ilha de S. Antão, os Concelhos do Interior de Santiago e a ilha do Fogo com 54%, 49.3% e 42.7%, respectivamente.

O país desenvolve, com o intuito de combater a pobreza, desde 1989 e com apoio de instituições doadoras ou credoras (IDA, o FIDA, o BAD, o PNUD, Cooperação Austríaca etc.) um **Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza** (PNLP). O referido programa procura intervir nas áreas e entre grupos mais vulneráveis do país (Mulheres, sobretudo mulheres chefes de família; Trabalhadores das Frentes (FAIMO); desempregados, particularmente, jovens desempregados) fomentando, entre outras actividades, *uma visão que procura estimular a capacidade produtiva dos pobres* e financiamento de actividades geradoras de rendimento.

⁵³ Retirado do “Relatório dos Progressos Realizados para Atingir os ODM”, [http://www.un.cv/files/RELATORIO%20ODM%20\(2008-2009\).pdf](http://www.un.cv/files/RELATORIO%20ODM%20(2008-2009).pdf), disponível em 08.10.2011

Os resultados obtidos por Cabo Verde e o posterior graduamento a País de Desenvolvimento médio podem levar uma a redução de ajuda de doadores e aumento de empréstimos e exige do país capacidade de desenvolver o tecido produtivo dinâmico e competitivo para sustentar o seu desenvolvimento. A diversificação da base produtiva nacional poderá permitir também a redução da crónica dependência do exterior.

14. O Projecto Promoção do Empreendedorismo Imigrante em Portugal

O ACIDI, IP é a entidade responsável pelo acolhimento e integração dos imigrantes na sociedade Portuguesa. No âmbito das suas atribuições desenvolve o projecto “promoção do empreendedorismo Imigrante” que visa fomentar o empreendedorismo junto das comunidades imigrantes através da sua capacitação para a aquisição de competências empreendedoras. Entre os objectivos específicos constam entre outros, desenvolver atitudes empreendedoras no público-alvo; desenvolvimento de competências pessoais, sociais e de gestão empresarial fundamentais para a criação de um negócio; promoção da criação de negócios ou a formalização de negócios existentes e facilitação da ligação entre os potenciais empreendedores e os programas de apoio ao empreendedorismo. Surgiu em 2009 como projecto-piloto sendo que no ano 2012 se realiza a quarta edição. O PEI é composto por um conjunto de atividades. *A constituição e capacitação de uma equipa de formadores e agentes de mediação intercultural para o empreendedorismo; a mobilização e capacitação das instituições parceiras para a promoção do empreendedorismo e a articulação com parceiros institucionais e mobilização de outros atores relevantes* constituem actividades importantes para o seu desenvolvimento. Contudo as principais actividades do projecto são as seguintes: *1. Curso de “Apoio à Criação de Negócios”; 2. Acompanhamento técnico posterior ao Curso e 3. um Concurso de Ideias de Negócios.*

O curso de “Apoio à Criação do Próprio Negócio” é um curso de apoio direccionado a possíveis empreendedores nacionais de Estados terceiros que pretendam criar o seu próprio negócio. O curso decorre nas Instituições parceiras⁵⁴ e tem duração de 62 horas com sessões colectivas e personalizadas. A participação num número mínimo de sessões permite ao “empreendedor” ter um *Certificado de Frequência* e aos negócios que demostrem viabilidade e sustentabilidade atribui-se *Cartas de Recomendação*. Na sequência do curso há possibilidade de acompanhamento (em sessões) por técnico/formador com o intuito de apoiar o empreendedor na reestruturação da sua ideia de negócio, identificação de apoios financeiros e encaminhamento para as instituições responsáveis e apoio à gestão de negócios entretanto formalizados.

No final do curso realiza-se também um concurso de ideias de negócios dirigido aos cidadãos nacionais de Estados Terceiros com participação certificada (Carta de Recomendação ou Certificado de Frequência) no Curso de Apoio à Criação de negócios. O concurso premeia as três melhores ideias de negócios com 5.000 euros (1º prémio), 2.500 euros (2º prémio) e 1.000 euros (3º prémio).

⁵⁴ O PEI é operacionalizado através de parcerias com instituições da sociedade civil a nível local.

O quadro seguinte, com dados relativos ao PEI2010, sintetiza as actividades do PEI:

| Actividades principais | Metas iniciais | Metas verificadas |
|---|---|--|
| CRIAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE EQUIPA DE FORMADORES | 8 Formadores | 17 Formadores / técnicos de acompanhamento |
| CONCURSO IDEIAS DE NEGÓCIO | 150 Candidaturas 3 Prémios atribuídos ... | 34 Candidaturas 3 Prémios atribuídos 2 Menções honrosas |
| ARTICULAÇÃO COM PARCEIROS INSTITUCIONAIS E MOBILIZAÇÃO DE OUTROS ACTORES | ... | ... |
| FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS IMIGRANTES EMPREENDEDORES | 312 Empreendedores 26 Cursos 180 Certificados de Formação 100 Cartas d recomendação 15 Negócios formalizados ou criados | 342 Empreendedores 23 Cursos 194 Certificados de formação 68 Cartas de recomendação 6 Negócios formalizados ou criados |
| MOBILIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES PARCEIRAS PARA A PROMOÇÃO DO EMPREENDEDORISMO | 10 Parceiros Locais | 13 Parceiros locais |
| PROGRAMA DE MENTORES | 150 Mentores | Actividade não realizada |

Adaptado do relatório final de avaliação externa do PEI2010, p. 7

15. Acesso ao Microcrédito em Portugal

O microcrédito em Portugal tem sido desenvolvido pela ANDC desde a sua criação em 1998. A ANDC surgiu de iniciativa de duas pessoas: Joana Veloso e Jorge Venance. Estas personalidades estavam ao corrente do debate que se ia alastrando um pouco por todo o mundo sobre a temática e da filosofia do Yunnus. No período inicial enfrentou muitas dificuldades devido ao fraco conhecimento do tema em Portugal e a fraca aposta das entidades. Houve necessidade de alargar o debate à sociedade civil para melhor compreensão do tema e sobretudo perceber se esta ferramenta faria sentido no contexto do país. Em 2005 com o ano internacional do microcrédito apoiado pelas nações unidas o debate sobre o microcrédito intensificou-se e em 2006 com a atribuição do prémio Nobel ao Grameen Bank e ao Professor Yunnus, o termo vulgarizou. Para José Centeio⁵⁵, Secretário-geral da ANDC, a principal motivação da sua criação era combater a grande dependência de subsídios que se verificava na sociedade Portuguesa na altura.

O Microcrédito em Portugal surgiu de uma parceria tripartida entre sector privado (bancos comerciais), Sociedade Civil (ANDC) e Estado (IEFP). Os bancos aderiram ao projecto no âmbito da responsabilidade social, o IEFP financia a ANDC devido ao reconhecimento da matéria em questão

⁵⁵ Contacto informal

(microcrédito) como um importante instrumento de criação de emprego e tendo em conta a função do Estado no apoio às instituições que se mobilizam para combater a pobreza e o desemprego⁵⁶. A ANDC não possui fundos próprios. A sua actividade, ou seja, emprestar dinheiro aos pobres, depende da banca comercial. Mediante uma proposta de um interessado a ANDC, através de um técnico analisa a proposta, discute-a com o interessado a sua viabilidade. Caso o técnico a considere viável, apresenta e defende a proposta perante a comissão de crédito da ANDC. Perante a aprovação da proposta, a mesma é apresentada a um dos bancos parceiros mediante a escolha do próprio interessado. O banco pode aprovar ou recusar a proposta (através da sua comissão de crédito). Caso esta for bem-sucedida, o capital é cedido ao interessado mediante as seguintes condições⁵⁷:

- Apresentação de um fiador que garanta 20% do Capital
- Valor mínimo do empréstimo de 1000€ e Máximo de 10000€. Sendo que após o primeiro ano de negócio o candidato pode solicitar um reforço de 2500€
- “O período de reembolso é de 48 meses. A prestação mensal será constante e a taxa de juro incluirá um spread sobre a Euribor a 3 meses, de 2% para o BCP e CGD ou 3% para o BES.”

Num contacto informal com o Secretário-geral da ANDC o mesmo considera o facto de a ANDC não ter fundos próprios um obstáculo ao desenvolvimento do sistema do microcrédito em Portugal porque a actividade e os objectivos da banca comercial e da ANDC são diferentes e pouco compatíveis. Apoiamos esta perspectiva. De facto seria pedir a quem causou o problema que o resolva. Os pobres continuarão a ser vistos com a mesma conotação de “não empreendedores”, “não dignos de crédito” e os obstáculos ao acesso ao crédito tendem a permanecer. Contudo, devido aos custos elevados da actividade bancária e baixa escala dos empréstimos não seria fácil a ANDC avançar individualmente para a concessão autónoma com fundos próprios dos empréstimos. Apenas a taxa de juros e as doações não serão suficientes para garantir a sustentabilidade do sistema. Há no entanto um caminho a fazer para no futuro se encontrar uma forma de conceder directamente crédito aos candidatos pobres.

Pode-se apontar outros constrangimentos como Segundo o mesmo como: “fraca regulação do sistema” (existindo até o presente momento apenas uma portaria das sociedades financeiras do Microcrédito pouco aplicada), falta de um enquadramento e um ambiente favorável ao desenvolvimento de negócios por parte dos públicos do microcrédito, ou seja, “um estatuto de microempresário”; criar um programa de “Avalização de riscos”; Medidas a nível de subsídio de desemprego (Perante um empréstimo, deve ser dada a oportunidade ao microempresário durante algum tempo após o investimento de continuar a beneficiar do subsidio para superar a fase difícil do inicio de qualquer negócio. Ou seja, não retirar logo que seja concedido empréstimo a um desempregado, o subsidio de desemprego.); perante um investimento, no caso de insucesso, deveria ser reatribuído o subsidio de desemprego; analisar as incoerências nas políticas (v.g. Exigir a um desempregado que entre com capital próprio para a criação de negócio).

⁵⁶ Cf com Sete Teses a favor do Microcrédito em Portugal Seminário “Micro-Crédito contra a Pobreza” 2 de Outubro 1998, Sete Teses a favor do Microcrédito em Portugal

⁵⁷ http://www.microcredito.com.pt/quais_sao_as_condicoes_de_um_microcredito.asp, disponível em Novembro de 2011

16. Experiências de Microempreendedores Cabo-Verdianos em Portugal.

4.1.6. **Carlos: Um negócio inovador, novas perspectivas para o microcrédito**

“O financiamento consigo não dormindo.

Trabalhar mais que dormir.”

Carlos Duarte tem 36 anos. Nasceu em Portugal e é descendente de imigrantes Cabo-Verdianos. É terceiro de 4 irmãos. Carlos cresceu no Bairro das Marianas (Bairro de lata, hoje inexistente) nos arredores de Cascais. Como se pode perceber no contexto onde cresceu as condições de vida nem sempre foram fáceis. O mesmo reconhece:

Eu tinha duas escolhas, ou seguia pela área marginal também pois quem cresce neste ambiente de exclusão social, muitas vezes é a própria sociedade que nos exclui porque temos uma aparência diferente, temos cabelo assim, ou porque temos aquela cor, ou porque somos daquela etnia... Mas sempre fui educado pelos meus pais de tentar passar por cima desses obstáculos.

Os pais perceberam o papel fundamental que pode ter a educação na vida dos filhos e da família. Por isso desde cedo, o ainda pequeno Carlos recebeu todo apoio dos mesmos e da Avó (quem o criou vindo de Cabo Verde para tal) para prosseguir, apesar das dificuldades. Desde muito cedo (7 ou 8 anos) começou a sua relação com as artes e comunicação; percurso profissional que acabou por seguir. Aos 18 anos concorreu para a Faculdade de Belas Artes com o intuito de seguir escultura e desenho mas não conseguiu entrar. Acabou por entrar no ano seguinte (ano 1996) a uma faculdade privada para o curso de Comunicação Visual terminando em 2000.

4.1.7. **O Espírito empreendedor e importância de Organizações locais**

O espírito empreendedor sempre fez parte da maneira de ser do Carlos. Trabalhou como freelancer desde os tempos da faculdade e depois de terminar o curso continuou a fazer o mesmo até ter conhecimento do PEI. Teve conhecimento do Projecto Promoção do Empreendedorismo Imigrante através de um irmão que trabalha na Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu (Caxias). Antes já andava a procurar informações sobre o microcrédito e financiamento de pequenos negócios no DNA, Fenícia e IAPMEI.

Neste ponto não podemos ignorar o papel excepcional que tem as Associações locais no desenvolvimento comunitário. Carlos elogia o trabalho da Associação e acredita que foram peça fundamental em todo o processo de criação do seu negócio.

4.1.8. **Situação Profissional antes da criação do Negócio e experiência Profissional**

O negócio de Carlos é na área das *Artes visuais, indústria criativa, comunicações visuais* e nasceu em 2010 com financiamento através do Microcrédito.

Como referido, Carlos sempre trabalhou como Freelancer, antes da criação do seu negócio, desde os tempos da faculdade.

Até 2007 eu fui sempre Freelancer, trabalhava em várias áreas e não conseguia ter um emprego certo com uma entidade certa porque nunca fui... Secalhar vem daí também a minha proactividade e empreendedorismo desde muito novo. Antes de sair da faculdade trabalhava como Free Lancer, continuei depois e criei ligações com entidades que até hoje ainda tenho.

Admite que sempre assumiu o risco de trabalhar como freelancer e critica o Estado e a Sociedade por não valorizar as pessoas que fazem isso considerando apenas uns “biscates”.

No caso do Carlos a experiência profissional como freelancer foi fundamental para a criação do seu negócio. A ligação que criou com várias empresas, colegas, parceiros deu-lhe o background/know-how e “maturidade profissional” fundamental para que desse o passo no sentido de criar seu próprio negócio.

Assume que a uma dada altura na sua vida, saturado de enquadrar na forma de trabalhar e desenho de projetos e funções pelas entidades para a qual trabalhava como freelancer e associação em alguns projectos com os quais discordou completamente foi o impulso para decidir avançar com o seu próprio negócio.

Desta vez vou fazer o meu próprio projeto, com as minhas regras, com a minha disciplina, e as pessoas que eu emprego, as pessoas a quem me associo ao meu projecto terão de ser escolhidas a dedo e com percurso de vida que eu me identifico de forma a complementar o meu trabalho mesmo não trabalhando na mesma área.

Assim nasceu o projecto “União de Facto”

4.1.9. **“União de facto” um conceito diferente de fazer negócios**

O projecto “União de Facto” traduz-se na união, como o nome indica, de várias áreas ou áreas conexas do negócio do Carlos. Junta três conceitos num projecto. Os três conceitos são Artes, Managment ou Agenciamentos e Tecnologia. Aproveitando a sua anterior ligação à Empresa Trytecom, Carlos deixou de trabalhar como freelancer, e juntou a anteriores colegas num projecto que se complementa. Todos estão num mesmo espaço, são colectados na Segurança Social como Business Angels/Empresário em nome individual. A trytecom é uma empresa que lhes dá “suporte físico e institucional”.

Dão suporte físico e institucional porque tem um contribuinte, facturação... e nós associamos a isso porque somos profissionais da nossa área mas somos investidores, business angels, estamos colectados na segurança social como

empresário em nome individual que está a investir na trytecom mas a desenvolver um conceito que é a união de facto. Quando estava a preparar este conceito de União de facto, sabia que interessava-me estar associado à trytecom porque facilitava em muitos aspectos, a parte mais burocrática das coisas e a trytecom isso nos ajuda a tratar (a parte dos advogados, a parte das finanças, segurança social. Somos empresários em nome individual mas juntando todos criamos uma força. Todos nós estamos como empresários em nome individual só o dono da trytecom (eu também sou um dos por ser investidor) é que está registada como sociedade anónima ou por quotas se não estou em erro. (...)

Os três Conceitos

Tecnologia

A parte da tecnologia, está focada na área da banca, da bolsa, desenvolve-se sistemas de informação, softwares, Hardwares, venda de componentes, redes, e todo este processo é gerido por um programador sénior que é o meu sócio que também está neste projecto que é o dono da Trytecom, mas não é dono dos conceitos inseridos na Trytecom.

Agenciamento (management)

Na parte do agenciamento nos trabalhamos com duas disciplinas: A parte do desporto. Porque este meu outro colega foi jogador profissional, também lidamos com ex-profissionais de futebol no caso de Chainho, Mário Jorge, crescemos com eles, eles trabalham também aqui, tem parcerias connosco e fazemos a parte de agenciamento de jogadores que depois ramifica neste tipo de trabalho que mostrei lá em baixo. DVD, best moments, nós preparamos um leque de informações para potencializar a venda desses jogadores sejam eles novos, naquele caso que mostrei lá em baixo é um jogador já em final de carreira mas que tem um portefólio tão grande e tão vasto precisou de um serviço. Esse serviço era passar a informação analógica para a digital, aí entra a tecnologia da Trytcom, a parte de agenciamento, e a parte gráfica. Portanto a aliança entre tecnologia, management e artes é o core business da união de facto e pode ser um mundo.

O próprio negócio foi a realização de um sonho antigo. Respondendo a pergunta o porque criar o negócio agora e não antes Carlos refere que “o mercado estava diferente, há 5 anos atrás” e que se sentia bem a trabalhar como freelancer. No seu intender “existia mesmo oferta de trabalho” nas suas áreas, (design, fotografia, publicidade e musica), e se não estivesse a trabalhar em design estava por exemplo na fotografia... O novo emprego foi uma oportunidade para ter o seu próprio posto de trabalho o que dá mais garantia de profissionalismo e qualidade.

4.1.10. **Microcrédito e criação de próprio negócio**

O negócio do Carlos tem financiamento do microcrédito desde Novembro de 2011. Recebeu 7200 euros mediante apresentação de fiador para 20% do capital e admite que a quantia não foi suficiente para a totalidade dos investimentos necessários. O empréstimo é por um período de 4 anos a ser reembolsado em prestações mensais.

Carlos fez a formação “criação do próprio negócio” pelo PEI e teve Carta de Recomendação. No entanto o mesmo instrumento não foi fator de garantia de maior rapidez e facilidade no acesso ao crédito. O processo foi à ANDC e teve parecer positivo da comissão de crédito da ANDC no entanto quando chegou ao banco para ser analisado pela comissão de crédito parou.

“Quando o processo chegou à comissão de crédito dos bancos parou. Foi chato porque tive coordenadora depois foi despedida, depois foi de férias, depois disse que ia passar o processo para outro coordenador e (...) à dada altura senti-me muito frustrado com o microcrédito, a pessoa da ANDC que estava destinada até é uma pessoa simpática (...)

Critica o processo como “burocrático” e “demorado”. *O sistema em si não dou nenhum crédito.*

Contudo elogia o papel da Associação Batoto Yetu e do formador do PEI. Sobre este último afirma o seguinte:

A única pessoa que passava na minha avaliação é o meu formador. Teve sessões ao sábado, domingo, sabia do meu projecto, dava-me concelhos, situar-me no mercado, a fazer pesquisa de mercado, para me dizer não vá por aqui Carlos Duarte, vá por ali e tudo o que me disse ajudou bastante (...) O formador foi bastante importante para mim.

Questionado se tem tido dificuldades no processo de reembolso do empréstimo Carlos também aponta críticas ao sistema pela falta de flexibilidade e pouco acompanhamento.

Não tenho tido [dificuldades]. Mas não é fácil. Porque falhei 2 dias, paguei quase o dobro [mais 125€]. Mas ninguém vem ter para falar comigo e dizer oh Carlos detetamos aqui uma coisa você quer falar sobre isso? Vamos ver como é que podemos resolver sobre isso? Quando me deram o dinheiro falavam comigo todos os dias a dar parabéns (...) Se soubesse isso a início nunca aceitaria um contrato destes. Sei o que são juros de mora e dois dias nunca duplicam quase o valor a pagar. Não tinha dinheiro mas não é porque não queria pagar (...) Depois de isto estar aberto quantas vezes já vieram aqui? O acompanhamento tem sido péssimo. Durante a fase de aprovação do empréstimo era só preencher papeis e mais papéis. Agora pensam eles, estou num naufrágio portanto deixamos ali estar (...) Eu vou pagar isso! (diz com certezas).

Carlos, como muitos jovens que são afectados pelo desemprego jovem qualificado, tem um projecto ambicioso, diferente e com características inovadoras que exigem em certas circunstâncias adaptação do sistema de concepção do microcrédito tanto no valor do empréstimo como nas

metodologias de análise. São jovens, com qualificação, mas face à crise no mercado de trabalho assalariado e desemprego estrutural, a única forma de obter rendimentos é muitas vezes o desenvolvimento de própria iniciativa empresarial. São públicos não tradicionais para o empreendedorismo, sem capital, sem propriedades e activos produtivos, sem garantias e com potencial criativo imenso sobretudo por terem passado anos da sua vida a preparar para um papel activo na sociedade. Mantê-los em cativo é dos maiores desinvestimentos que a sociedade assiste actualmente.

Sobre isso Carlos entende que não tem “o projecto básico que o microcrédito quer, o cabeleireiro pequeno, a mercearia, a venda de bicicletas” e que ele e os seus próximos colegas são “talvez dos primeiros a fazer um novo mercado para o microcrédito”. Continuando afirma: “Não existe inovação na cabeça deles”.

4.1.11. **Impacto nas condições de vida**

Sobre o impacto do próprio negócio nas suas condições de vida, Carlos afirma que o acesso ao microcrédito melhorou a sua vida, sobretudo porque está “muito mais independente do ponto de vista da autonomia”, que já têm uma certa idade e não podiam “continuar a trabalhar para alguém e ganhar pouco” mas que “não é a tocha olímpica da coisa”.

Dessas afirmações constatamos, como já referido, que o microcrédito não foi suficiente para arrancar com o próprio negócio. Foi um apoio que possibilitou ao Carlos investir em activos produtivos que lhe permitem gerar melhor rendimento para si e sua família, melhores que o trabalho por conta de outrem, e a realizar com autonomia os seus projectos de vida. Uma coisa notável e interessante no microcrédito é que recupera em muitas situações pessoas excluídas do mercado de trabalho e em consequência da vida social para a participação na sociedade ganhando um valor, autoestima, orgulho e um sentido para a sua vida. No caso do Carlos mudou de um sistema que reconhece mais precário para um outro onde tem o seu próprio posto, mais respeito maior facilidade em conseguir clientes do que quando recebia pedidos e “trabalhava em casa”.

Em termos de cliente secalhar já me encarram de uma forma diferente porque tenho um espaço físico, tenho uma equipa, tenho uma estrutura empresarial (...) Trabalhando como freelancer eu sou o Carlos Duarte, mas trabalhando como empresário em nome individual estou inserido numa empresa e isso há uma credibilidade maior com os clientes com as empresas com quem trabalho, com os privados, com todas essas pessoas que me pedem produtos e serviços. E isso é diferente virem aqui e verem que estou inserido num conceito do que irem à minha casa para eu receber os pedidos em casa. Tem credibilidade diferente.

Desafiado a comparar os seus rendimentos antes e depois da sua criação de negócio Carlos afirma que “Continua a ser difícil” mas é diferente “ dá mais prazer, reconhecimento as outras pessoas, ver a reacção delas perante o meu conceito, meu projecto, isso aí dá mais prazer. Isso é o que dá-me para estar aqui às 8 da manhã e sair daqui às 10 da noite.”

Em relação à sua **estratégia empresarial** para manter-se no mercado e contornar as dificuldades Carlos não tem dúvidas.

“Tem que ser criativo. O ser criativo não é só fazer desenhos muito bonitos e tirar boas fotografias. Ser criativo é lidar com as pessoas e com o mercado de uma forma criativa.”

Carlos combina ainda horas longas de trabalho com a diversificação dos seus serviços e produtos, procura de novos mercados (estão com uma “player” em Angola e pensam ir para Cabo Verde), utilização de muita dimensão relacional com o cliente (one-to-one business) para “cativa-lo e ganhar confiança dele”; utilização de ferramentas comunicacionais e novas tecnologias disponíveis (“internet, Skype, telefone, emails” entre outros) que fazem, sem perder dinheiro, cobrar preço competitivo e ligeiramente mais baixo.

Ter também uma família estruturada e ter apoio da mesma é “importantíssimo” segundo Carlos.

“Eu não tenho horário fixo, normalmente o dia neste escritório começa por volta das 9h30, 10h00, e pode-se prolongar até as 2-3 da manhã. Mas a média é das 9h30 -10h até às 9h30 -10h da noite. Depende só que muitas vezes como estou a filmar fora de Lisboa (há uma semana atras tive a filmar em Sines e tive uma semana a filmar), então continuam cá os meus colegas, mas eu por exemplo estou uma semana fora daqui. Mas acaba sempre por haver trabalho durante todos os dias, fim-de-semana, feriados, esse é o meu conceito de trabalho. Não tenho o horário laboral do mercado de Portugal das 8h às 17h. Não quero ter nada disso eu quero romper é com isso. Esta é a parte mais interessante (gerir os nossos horários). Mas aprendi por mim porque não é isso que a sociedade nos ensina.

Talvez por isso quando questionado sobre como consegue financiamento quando precisa Carlos tem uma afirmação interessante: *O financiamento consigo não dormindo. Trabalhar mais que dormir [mas] Enquanto profissionais está a ser muito aliciante ver as coisas a crescerem.*

Sobre a possibilidade de investir em Cabo Verde Carlos é perentório:

Sim nós sonhamos investir em Cabo Verde. São as nossas origens. Acreditamos que todo esse conhecimento, estas parcerias que temos podem ser uteis e temos muito a dar a esse mercado.

17. Jacinta Furtado – Uma microempreendedora orgulhosa

(...) Estamos numa crise e as pessoas falam disso todos os dias mas crise eu nunca fui rica, portanto sempre vive em crise.

Jacinta Furtado é uma Cabo-verdiana nascida em S. Tomé. Cedo foi para Cabo Verde onde viveu a maior parte da sua vida. Viajou depois para a Holanda e pouco depois entrou em Portugal com intuito de acompanhar a mãe que estava doente e veio a falecer pouco depois. Em Portugal viveu no Catujal (Concelho de Loures) e posteriormente com o marido numa Habitação social em Algueirão. Está no país há 10 anos. Quando chegou trabalhou primeiro num cabeleireiro sem contrato de trabalho e depois no num supermercado como trabalhador por conta de outrem.

Sobre a sua situação económica/financeira antes da criação do negócio Jacinta refere que teve problemas de dinheiro mas não sofreu muito porque sempre conseguiu trabalhar. Por isso quando iniciou o seu negócio estava empregada. Foi uma opção deixar o trabalho por conta de outrem para criar o seu próprio negócio.

4.1.12. **Experiencia profissional de aproximadamente 20 anos**

A experiencia profissional foi fundamental para a Jacinta avançar para a criação do seu próprio negócio. A profissão que sempre aprendeu foi cabeleireiro e já desenvolve esta actividade há mais de 20 anos (em Cabo Verde e Portugal).

Jacinta deixou de trabalhar por conta de outrem para lançar o próprio negócio porque já “trabalhava por conta própria aqui”, conseguiu o empréstimo e não queria continuar a trabalhar por conta de outros.

Estava a trabalhar e senti um pouco humilhada por causa das pessoas. Por isso meti na cabeça uma coisa: Eu sei trabalhar (como cabeleireira), dediquei por mim mesmo e não aprendi com ninguém e disse bem vou lutar e abrir o meu próprio negócio. Por isso que quando fui à formação fiz de tudo para ver se consigo abrir o meu negócio.

A formação profissional encorajou a microempresária a dar o referido passo. Ela tem apenas o quinto ano de escolaridade. Fez um curso de Cabeleireiro além da formação “criação do próprio negócio” no âmbito do PEI.

O principal entrave para a criação do negócio foi sobretudo a sua situação legal em Portugal. Resolvida a questão, o financiamento foi importante porque não tinha condições (activos produtivos, propriedade, recursos) para investir em tudo o que precisava apesar da possibilidade de ter apoios de irmãos.

4.1.13. **Microcrédito e criação do próprio negócio: A autonomia que precisava para a sua vida**

O negócio de Jacinta é um Cabeleireiro criado com financiamento do microcrédito desde 2009. O valor do empréstimo foi de 7000 euros sob prestação de garantia para 20% do Capital. O prazo de reembolso é de 4 anos mediante prestações mensais. Questionada sobre as dificuldades no reembolso Jacinta admite até agora estar a conseguir sem dificuldades liquidar as prestações mensais. Para Jacinta o microcrédito e a criação do seu próprio negócio ajudou a ser mais autónoma, a não depender de outros, sentir reconhecimento das pessoas e atingir os seus próprios objectivos de vida. *Claro! Deu-me toda a força. Sinto-me realizada, mais capaz, trabalho para mim própria.*

Um dos grandes entraves até então segundo Jacinta é a obtenção do Alvará da Camara Municipal de Sintra. Na data da entrevista Jacinta tinha além dela mais três pessoas a trabalhar embora sem contrato de trabalho, segundo ela porque não tendo alvará não consegue formalizar contrato para uma pessoa de acordo com a sua intenção.

4.1.14. **Importância da formação, acompanhamento e animação e estratégias de negócio**

A formação “Criação do próprio negócio” e acompanhamento no âmbito do PEI na Associação OS CAÇAS foi importante para a criação e gestão do próprio negócio segundo Jacinta.

Sobre as dificuldades Jacinta afirma o seguinte: *Sim não tem sido fácil, mas eu viro-me.*

Entre as estratégias de negócio utilizadas por Jacinta encontram-se a diversificação, longas horas de trabalho, forte dimensão relacional e sociocomunitária (clientes são amigos, familiares, ex-colegas, empréstimos familiares quando precisa), promoção para “clientes fixos”.

Se tem poucas pessoas a tratar dos cabelos, tenho produtos de cabelo que posso vender. Como aplico tiçagem, tranças, se não faço uma coisa estou a fazer outra por isso viro-me. E financeiramente só tenho este sítio. Além disso refere ainda: Trabalho todos os dias. Trabalho das 9h30 às 20h00. Abro mais cedo, fecho mais tarde quando houver necessidade, por exemplo quando há uma festa, as pessoas querem despachar de manhã. Já cheguei a abrir às 6h00 da manhã. Assim compenso porque pode haver dias que não consiga nada. Além disso eu de vez em quando viajo para trabalhar fora para cobrir aqui.

Jacinta refere que trabalha apenas por conta própria e que pagando o empréstimo nunca mais vai ao banco, fica com a sua propriedade e trabalha e gera os seus rendimentos. Questionada sobre porque que acha que os seus clientes que a procuram, procuram a ela e não aos seus concorrentes refere que a “simpatia” e “qualidade do trabalho da pessoa” é que determina isso.

4.1.15. **Impacto do negócio nas condições de vida**

O acesso ao microcrédito e criação do próprio negócio tem permitido à Jacinta realizar objectivos de vida que o trabalho por conta de outrem não permitia. Além da satisfação e reconhecimento dos

outros por trabalhar para ela própria, consegue melhores rendimentos e gere a sua vida de outra forma (gestão de horários). A seguinte afirmação ilustra bem o que acabamos de referir:

Sim melhorou a nossa vida. Olha, não trabalho pra ninguém, tenho um filho que está a estudar eu é que dou de tudo. Está na faculdade. Tenho mais uma com 6 anos também que está estudar e que sou eu que dou tudo. O que me deixa mais feliz ainda é que estou a dar ao meu filho o curso que ele precisa e queria. E acredito que se tivesse a trabalhar por conta de outrem secalhar não conseguia garantir nada disso. Sinceramente estou sem ordenado nenhum mas não me preocupo desde que estou a conseguir pagar a alimentação, pagar as minhas despesas...

A microempresária não está convencida que um dia regressa a Cabo Verde mas caso regressar diz que desenvolverá o seu próprio negócio.

O orgulho e a libertação que o seu próprio negócio lhe deu é tanto que a leva a afirmar o seguinte: *Acho que nunca mais consigo trabalhar para alguém.*

18. Aprendendo com a experiência do Carlos e da Jacinta

Na generalidade, os casos apresentados, mostram que, **para a criação do negócio, teve um papel fundamental a experiência profissional.** Ambos os microempresários já desenvolviam há vários anos a actividade e decidiram avançar para a criação do próprio negócio quando tinham maior “maturidade profissional” que lhes permitiam lidar melhor com os clientes e o mercado.

No Caso da Jacinta tinha mais de 20 anos de experiência no ramo “Cabeleireiro”. O caso do Carlos Duarte é um jovem que desenvolvia a actividade como freelancer desde que frequentava ainda a faculdade.

No que se refere às condições de vida antes da criação do negócio podemos constatar que ambas as situações não foram fáceis. Sendo imigrantes e descendente de imigrantes o acesso pleno aos direitos em igualdade de circunstâncias com os nacionais nem sempre é uma realidade presente. Em ambas as situações a passagem por “bairros de exclusão” marca momentos de dificuldades mas que também teve papel fundamental na perseverança das pessoas em mudar as suas vidas.

A nível das habilitações, não é nítido que este factor tenha contribuído de forma decisiva para a criação do negócio mas sim para o tipo de negócio que foi criado. O Carlos é licenciado em Comunicação Visual. O tipo de negócio que pretendia criar é diferente dos que a ANDC, através de parceria com bancos, tradicionalmente financia com o Microcrédito. Notou-se alguma resistência dos bancos a emitir parecer positivo no sentido de acesso ao crédito face ao carácter inovador do seu negócio. **A situação do Carlos é semelhante a um número cada vez maior de jovens qualificados que, actualmente, apesar de passarem anos da sua vida a preparar para um papel activo na sociedade, continuam em cativo.** Apresentam projectos não tão lógicos e simples como a maioria do público-alvo do microcrédito até hoje. **Rever o quadro do microcrédito por forma a abranger estas pessoas,** que são igualmente desfavorecidas e sem garantias nem acesso à banca tradicional, **parece uma questão urgente.** Até porque, muitas vezes, a sociedade já realizou um elevado investimento na formação de quadros que depois entram num estado depressivo e naquilo que consideramos um desinvestimento real. O caso de Cabo Verde não é excepção. Devido aos seus poucos recursos naturais o país tem apostado num intenso programa de qualificação dos recursos humanos assente na filosofia que Recursos Humanos mais qualificados serão capazes de criar recursos e ajudar o país a vencer os seus desafios. **A massificação do ensino, sobretudo ensino superior, e uma estrutura empresarial pouco diversificada tem gerado riscos elevados de desemprego entre os licenciados.** Esta é a conclusão de um estudo do Banco Mundial sob o tema «Como é que o Ensino Superior pode contribuir para a agenda de transformação económica e social de Cabo Verde». **O desajuste existente entre a formação e a capacidade de absorção da débil e pouco diversificada estrutura empresarial tem contribuído para um desemprego qualificado cada vez maior. A criação da própria iniciativa empresarial e autoemprego é não raramente a única solução para evitar o referido e não se pode ignorar o concurso do microcrédito para tal.** Em relação à Jacinta o tipo de negócio está muito relacionado aos que o microcrédito apoia habitualmente. As suas qualificações não foram determinantes para a criação do negócio. No entanto, a formação profissional teve um papel importante para se preparar para iniciar a actividade. **Como afirma Yunus, os pobres não o são porque lhes falte formação. Através**

destas entrevistas também conclui-se que frequentemente as políticas de combate à pobreza erram ao centrarem exageradamente nesse pressuposto!

4.1.16. **Formação, acompanhamento e animação**

Como já referido uma das componentes do projecto de Promoção de Empreendedorismo Imigrante é a formação “Apoio à criação do negócio”. Em ambos os casos apresentados, este momento é reconhecido como importante. Os microempresários encontraram na formação noções básicas para ler o mercado, lidar com clientes, fornecedores entre outras. No entanto **foi sobretudo a figura do “formador” que a peça chave em todo o processo de autonomização dos microempresários.** Tratou-se daquele que teve sessões aos fins-de-semana e à noite tudo no sentido de mostrar “não vá por ali, vá por ali”.

Como vimos ao longo deste trabalho, no âmbito da mudança de paradigma no desenvolvimento regional, o que determina o desenvolvimento local é a capacidade de iniciativa e organização das comunidades locais para maior inovação e flexibilidade. Também vimos que tal capacidade tende a não ter “emergência espontânea” em comunidades periféricas menos desenvolvidas (nestes casos relacionado com “áreas urbana em crise”). A concorrer para tal facto estão “discursos” de globalização como “hegemónica sem alternativa” contexto no qual qualquer acção é irrelevante. Processos de “desintegração regional” também resultantes da globalização desestruturam e reduzem potencial de desenvolvimento das referidas comunidades concorrendo para a inibição da sua acção. A não *emergência espontânea* de capacidade de iniciativa e organização coloca a animação territorial em contacto directo com a integração económica. Neste sentido não se poder ignorar o papel de agências locais que actuem sobre os contextos locais, estimulem interacção entre actores locais e acção colectiva no sentido de contrariar processos de “desintegração regional” e mobilizar os recursos endógenos locais em prol do desenvolvimento local. Apresentamos as LEDAs como um caso concreto de sucesso neste sentido.

A “animação” para “mudanças de atitudes” e estímulo à iniciativa pelo formador/tutor foi factor crítico de sucesso nos dois tipos de negócios analisados. (Henriques e Madruga, 1996) já haviam mostrado também, no Estudo “Análise da contribuição das iniciativas locais de emprego e das pequenas e médias empresas para o emprego” na União Europeia, o emprego como dependente de nova iniciativa empresarial e menos de expansão nas empresas existentes e considerado “animação” como fundamental para a integração económica. A criação de emprego foi considerada dependente de “animação” por “agências pro-activas” ao nível local para maior inovação (produto, processo, comercialização e organização) no sentido de preservar empregos nas empresas existentes e sobretudo animação para contrariar “não emergência espontânea” de iniciativa junto de empresários “não tradicionais” e evitar “mortalidade precoce” através de apoio ao “desenvolvimento de estratégias de gestão adequadas”.

No caso da Áustria⁵⁸, onde o programa teve maiores resultados, a animação foi considerada tarefa de um “educador adulto” com formação para o efeito. Os “regional supervisors” (regionalbetreuer) como

⁵⁸ “Special Programme for the Promotion of Structurally Weak Rural Mountain Areas

foram designados neste país, “devem desenvolver actividades de animação visando mudança de atitudes, desenvolvimento ideia de projecto e preparação dos projectos de investimento. Financiamento foi considerado a fase final e mais fácil do processo” (Henriques e Madruga, 1996:12). Ainda o referido estudo refere um memorando de avaliação Sueco não publicado que revela que o apoio por consultores especializados foram mais eficientes para o sucesso das iniciativas que conhecimentos fragmentados de gestão de pequenos negócios obtidos na formação.

Nos casos em análise a animação que existiu deveu-se ao papel do formador. Este foi peça chave em todo o processo. **Pode ter um efeito grande sob o sucesso das iniciativas, nascidas no âmbito do PEI, o aumento do tempo de afectação do mesmo às sessões personalizadas quer durante o processo de formação quer após a implementação dos negócios pelo menos durante os três primeiros anos de vida. Um processo formativo mais alargado sobre “animação territorial” aos técnicos das instituições parceiras do PEI e uma maior afectação destes às tarefas de animação pode revelar-se também bastante profícuo. Os resultados das entrevistas mostram ainda que o acompanhamento, serviços de consultoria e apoio após a implementação do negócio têm sido exíguos e este é um factor importante no sucesso dos programas de apoio ao autoemprego e empreendedorismo entre públicos “não tradicionais”.**

4.1.17. *Microcrédito e criação do próprio negócio*

Rosanvallon (1984:18-19) servindo-se da formulação dos fundamentos da existência do Estado moderno de Hobbes em *Le Léviathan* e Locke em *Deuxième traite de gouvernement civil*, considera que o Estado protector clássico / Estado moderno existe para proteger o direito à vida e propriedade e que Estado de Providência é uma extensão do referido Estado (tendo por objectivo proteger outro conjunto de direitos).

“O Estado-providência é, de facto, muito mais complexo que o Estado-protetor: não tem apenas por função proteger bens adquiridos (a vida ou a propriedade), visa igualmente acções positivas (de redistribuição de rendimentos, de regulamentação das relações sociais, direcção de certos serviços, etc...)” Rosanvallon (1984:ibid)

Não poderíamos estar mais de acordo com esta formulação.

“Se o “verdadeiro cidadão” só pode ser proprietário, é necessário tornar “quase proprietários” todos os cidadãos que não o sejam, isto é instituir mecanismos sociais que lhes forneçam um equivalente de segurança que a sociedade garante.” Rosanvallon (1984:20)

É neste sentido que entendemos a necessidade de intervenção Estatal ao nível de acções positivas no sentido promover acesso ao crédito para os mais desfavorecidos. É difícil a um indivíduo não ser pobre, na sociedade capitalista, perante a ausência de capital ou activos produtivos (propriedade) e ausência de crédito.

Nos casos em análise o microcrédito permitiu aos microempresários investirem em activos produtivos que melhoram a sua capacidade de gerar rendimentos para as suas famílias e lhes permitem ter maior autonomia.

A mesma questão é posta por Friedmann quando aborda a questão da pobreza como falta de acesso das famílias às bases do poder social. Uma das bases do poder social, que significa também base da riqueza produtiva das famílias são os *recursos financeiros (créditos formais ou informais)*. Sen também aborda indirectamente a questão ao definir desenvolvimento como liberdade para as pessoas levarem e disfrutarem a vida que valorizam. O microcrédito promove a inclusão de pessoas normalmente excluídas de participação nos “circuito económico”. Permite-lhes libertar a sua criatividade, gerir seus horários, negócios, ganhar a sua vida pelo próprio mérito e ter melhores rendimentos. É por isso, um contributo útil ao desenvolvimento, por melhorar a vida dos que estão em pior situação na sociedade. Uma vez que fomenta a criação de empresas, maior produtividade entre os pobres é um contributo útil à criação de riqueza. Contudo, para a materialização desse contributo é necessário encarar as unidades domésticas não apenas como unidades de consumo mas unidades activas na produção da sua subsistência. Uma boa articulação entre produção de valor uso e valor troca no contexto das unidades domésticas contribui para o sucesso da sua integração económica.

4.1.18. **Impacto nas condições de vida**

Tanto no caso do Carlos Duarte como Jacinta, houve melhoria nas condições de vida no que se refere aos rendimentos. Jacinta revelou que a criação do negócio permitiu-lhe gerar maiores rendimentos que lhe possibilitou assegurar os estudos superiores do filho, tirar a carta de condução... Ambos focaram a não existência de salários fixos mas este não foi considerado um problema. Nenhum dos microempresários aceitou, como era nosso objectivo, comparar os rendimentos actuais e os anteriores à criação do negócio.

As grandes melhorias qualitativas na vida deste microempresários foram no entanto ao nível da conciliação da vida profissional e pessoal, reconhecimento profissional e autoestima que o próprio negócio conferiu.

Ambos revelaram que o negócio permite gerir melhor a sua vida e fazer coisas que horários fixos não lhes permitiam (i.e. no caso de Jacinta consegue frequentar aulas para obter título de condução).

Nenhum dos microempresários continuou a depender do trabalho assalariado nem de apoios públicos. Desenvolvem a sua própria actividade, geram os seus próprios rendimentos e não dependem nem do mercado de trabalho formal nem de prestações sociais. Realizam com autonomia os seus objetivos de vida. A isso pode-se somar a criação directa de alguns postos de trabalho formais e informais, pagamento de impostos e contribuição para o sistema de protecção social.

4.1.19. **Estratégias negócios desenvolvidos por pessoas desfavorecidas**

No negócio do Carlos Duarte, foi possível constatar que, a principal estratégia tem sido a inovação e diferenciação. Métodos e processos novos de trabalho foram implementados. Vê-se também um esforço notável dos colaboradores para manterem uma relação one-to-one com os clientes cativando

a confiança dos mesmos. Contudo, a principal estratégia de sobrevivência desta empresa foi a forma como o microempresário percebeu a necessidade de criar negócio ligado a uma empresa maior, não procurando concorrer com ela por ter mais capital e estrutura mas sim cooperar e trabalhar em parceria com a mesma. Esta pode ser uma estratégia profícua de criação de empresas por públicos não tradicionais em contexto de globalização e aumento da agressividade concorrencial. Tendo menos capital e poder, estas empresas devem surgir no sentido de prestar conjunto de serviços ou produtos a grandes empresas em regime de *subcontratação*. Devem surgir encadeadas nestas empresas uma vez que em concorrência não teriam quaisquer hipóteses de sobrevivência. Os esforços pró-ativos de “agências locais” são fundamentais no desenvolvimento de estratégias e gestão adequada das pequenas iniciativas empresariais. Deverão influenciar a construção de circuitos económicos locais, identificar necessidades locais insatisfeitas e apoiar pequenas iniciativas empresariais no sentido de as potenciar, apoiar com estudos e divulgação de novas técnicas de produção, procura de “produtos inteligentes”.

No que se refere à situação da Jacinta, o factor mais relevante ao nível da estratégia da empresa tem sido a forte integração sociocomunitária através de parentes, agregado familiar e amigos. Como no estudo de avaliação das ILE’s em Portugal (Henrique e Madruga, 1996), aspectos socioculturais tem desempenhado um papel chave na animação (estimulação informal), financiamento investimento (empréstimos familiares), encontrar novos parceiros, contratação de trabalhadores para trabalho assalariado e avaliação de preferência dos seus clientes.

Apesar de, no caso de Jacinta ser mais evidente, em ambas as situações, os familiares tem desempenhado um papel fundamental no apoio aos microempresários. Uma questão que ficou mais evidente é a certeza dos microempresários quanto à sua relação com os bancos. O primeiro empréstimo foi feito mas após reembolso não há pretensão de obter um novo empréstimo. Os empréstimos familiares funcionaram como apoio útil à continuação das iniciativas no início. O sucesso da integração económica através do empreendedorismo depende da capacidade de acção das referidas agências locais realizando *tarefas de animação, criação e desenvolvimento de projecto*, além de pressupostos convencionais. Apenas para referir um exemplo, no caso de Cabo-verdianos, constatou-se que o empreendedorismo feminino no âmbito do projecto era mais difícil pelo seguinte: Grande parte das mulheres vive em famílias monoparentais. Não há cultura do pagamento de pensões de alimentos pelo pai. Uma questão essencial por exemplo é garantir o pagamento de pensões de alimentos que permite além de aumentar os recursos financeiros libertar a mulher para os negócios.

5. Parte VI – Conclusões

Este trabalho procurava compreender, **a partir de experiências de Cabo-verdianos a residir em Portugal, que contributo pode ter o Microcrédito na promoção da integração económica de famílias pobres em Cabo Verde. Para tal, procurou-se perceber os impactos do acesso ao microcrédito e criação do próprio negócio nas condições de vida de Cabo-verdianos beneficiários do Projecto Empreendedorismo Imigrante, as principais estratégias que garantiram o sucesso das suas iniciativas e os vectores críticos na promoção da sua integração económica. Procurou-se também compreender como de experiências de criação de negócios adquiridas no âmbito do projecto estes imigrantes podem contribuir para o desenvolvimento local num posterior regresso.**

O microcrédito é uma ferramenta essencial para alargar oportunidades dos seres humanos⁵⁹ permitindo maior produtividade de trabalho, em consequência maiores rendimentos, e autoestima para as unidades domésticas pobres excluídas do acesso à banca tradicional. Este trabalho foi desenvolvido sob a forte convicção de que apenas é possível construir uma sociedade sustentável se esta for capaz de gerar oportunidades para todos os cidadãos. Partilhamos do pensamento de yunus que a pobreza e exclusão são uma *ameaça à paz* e progresso duradouros. Microcrédito é um mecanismo para promover a paz e progresso porque estimula a criação de empresas, geração de riqueza e é um antídoto contra a pobreza exclusão social.

No contexto da África Subsariana e Cabo Verde as oportunidades através de emprego formal são limitadas. Parte considerável da população é devotada à condição de pobreza sendo em não raras situações a criação da própria iniciativa empresarial a única via para assegurar a subsistência.

Os dados dos casos analisados permitem concluir que com pequenas quantias os beneficiários do projecto realizaram mudanças significativas nas suas vidas. O aumento dos rendimentos, da autoestima e reconhecimento social, a gestão de horários facilitando a conciliação de trabalho com obrigações familiares foram os maiores impactos da criação do negócio nas suas vidas. Contudo, a promoção da integração económica através do estímulo à pequena iniciativa empresarial não inicia apenas com a concessão de crédito nem termina com o seu acesso. Foi possível constatar que, apesar da implementação das iniciativas empresariais estar associada a várias etapas, a animação para a mudança de atitudes e comportamentos e apoio da figura “formador/tutor” foi chave crítica do sucesso das mesmas. Os resultados deste trabalho mostram também que frequentemente os programas multilaterais de desenvolvimento partem de pressupostos errados quando intervêm nos países em desenvolvimento no sentido de promover integração económica através do estímulo à iniciativa empresarial dos pobres utilizando o microcrédito. Ao contrário do que se assume os pobres

⁵⁹ Ver noção desenvolvimento humano apresentado durante este trabalho.

não o são apenas porque lhes falte formação. A experiência profissional mostrou-se mais importante que as habilitações profissionais dos empreendedores nos casos analisados. Iniciar com programas bem elaborados de formação mostra-se até prejudicial na fase inicial. Frequentemente o pouco conhecimento existente do que é ser pobre num ou noutro contexto particular leva a dispêndio de recursos consideráveis sem melhorar as condições dos desfavorecidos. A animação por um técnico “animador territorial”, com formação para o efeito, que conhece a realidade local, completamente disponível e que acredita na mudança mostra-se muito mais importante e sustentável que despender somas avultadas em elaborados programas de formação e em contratos de especialistas de países desenvolvidos apresentando-os como “salvadores da pátria”.

Por outro lado, frequentemente, a acção para integração económica através do estímulo à pequena iniciativa empresarial dos pobres termina com a concessão de crédito. Este trabalho mostra que o apoio após implementação das iniciativas foi exíguo. Esta questão pode colocar o pobre em situação de grande vulnerabilidade. O abandono precoce pode influenciar negativamente o sucesso das pequenas iniciativas. Problemas como qualidade do produto aquém do esperado, mercados saturados, necessidade de desenvolver política de marketing, debilidades nas relações com empresas que as subcontratam, variações nos preços de matérias-primas entre outros podem deixar em situação de risco as iniciativas e conseqüente reembolso das prestações do crédito. O apoio a nível de serviços a empresas (formação, assistência técnica a PME`s, estudos e divulgação de novas técnicas de produção, procura de mercados e distribuição, marketing, exportação), serviços de saúde e seguros para os pobres, novas tecnologias de informação e comunicação), pelo menos nos primeiros anos de vida, mostram-se essenciais para a sobrevivência das mesmas. A pobreza é um fenómeno multidimensional que lida com diversas vertentes da vida das unidades domésticas. Induzir melhorias duradouras nas condições de vida das mesmas implica considerar todas as dimensões de suas vidas. A noção de Friedman de pobreza (como ausência das bases do poder social.) ilustra a referida perspectiva.

O acesso ao crédito é fundamental para a subsistência, contudo para promover mudanças duradouras e sustentáveis na vida das unidades domésticas é necessário muito mais que o mero acesso ao crédito.

Portanto o microcrédito apenas pode ter um contributo preponderante na promoção da integração económica de famílias pobres e de forma mais abrangente contribuir para diversificar a base produtiva de Cabo Verde se encarado de uma perspectiva integrada com outros esforços. Apenas acções fragmentadas no sentido de concessão de crédito podem não ser eficazes. A animação para a criação, desenvolvimento e financiamento dos projectos, bem como fornecimento de leque diversificado de serviços territoriais de apoio a empresas é fundamental. Este papel deve ser reservado a agências locais dinamizados por técnicos formados em “animação territorial”. A acção das referidas agências deve partir das potencialidades de cada território e de um projecto de desenvolvimento partilhado por todos os seus actores.

Em segundo lugar este trabalho procurava compreender como, a partir de experiências de negócios, adquiridas no âmbito do projeto empreendedorismo imigrante, estes imigrantes cabo-verdianos podem contribuir para o desenvolvimento de Cabo Verde no seu regresso.

A ilha criativa.

Cabo Verde tem, segundo estimativas não confirmadas por nenhum organismo, entre imigrantes e seus descendentes perto de um milhão de imigrantes na diáspora.

Quando se refere aos contributos dos imigrantes para Cabo Verde, a ideia que transparece é a das remessas dos imigrantes. Não subestimamos este facto, é uma realidade. Mas **o maior contributo que os imigrantes podem levar ao país é a nível do conhecimento. Tendo vivido em sociedade mais desenvolvida com outra robustez e complexidade institucional, empresarial e tecnológica; adquirido experiências profissionais, mesmo que muitas vezes em sectores pouco qualificados, e redes de contactos podem criar negócios e contribuir para satisfazer necessidades até hoje insatisfeitas. Podem contribuir para levar diferentes e evolutivas formas de fazer.** Uma das questões interessantes que se notou durante contactos informais com “formador/tutor” do PEI, é que muitos imigrantes terão aproveitado o projecto para adquirir formação e contactos no sentido de regressar aos seus países de origem e implementar o negócio. Perante a crise mundial que afecta os países mais desenvolvidos os imigrantes já encaram hipóteses de regresso frequentemente e no âmbito do PEI foi visível este facto.

Contudo, **a probabilidade do negócio tornar realidade no regresso pode ser extraordinariamente aumentada se, em Cabo Verde, existirem estruturas de apoio (as referidas agências) encarregues de proceder à “animação” e realização de outras tarefas facilitadoras das iniciativas locais. A perda da figura de referência “formador/tutor” pode por em risco a concretização das iniciativas no regresso.**

O sucesso dos locais em Cabo Verde poderá portanto depender, além da necessária valorização dos seus recursos endógenos, das redes digitais e relações transnacionais que se consiga estabelecer com outras regiões transnacionais e mais desenvolvidas apropriando-se de recursos exógenos à escala global utilizando seus imigrantes como ponto de contacto com o mundo.

6. Reflexões.

Durante este trabalho enquadrámos a intensa reestruturação global que desde início dos anos 70 tem provocado mudanças profundas na vida económica, política e social. Há uma transição que alterou as bases de organização económica (regime de acumulação) e ao mesmo tempo os modos de regulação social e política. Em oposição ao regime de acumulação Fordista centrado na produção de massas e em bases rígidas surge um novo regime de acumulação, mais flexível enquadrado numa cultura “pós-modernista” onde se valoriza o “diferente”, a “moda”, o “espetáculo” o “efémero”, “o volátil” e o “instantâneo”. A nível económico acentuam cada vez mais as actividades de corporações e organizações económicas transnacionais. Os activistas têm focado predominantemente as profundas “ameaças” de que o fenómeno de globalização é portador. De facto ao longo deste

trabalho tivemos oportunidade de referir a extrema desigualdade na repartição dos recursos a nível mundial, a falta de oportunidades de emprego para milhões de seres humanos e o processo de “desintegração local”. Contudo também constatamos que isso não nos deve levar a ignorar as “oportunidades” que podem surgir também no referido contexto. Muito mais que tentativas para pôr fim ao processo configura-se como fundamental fazer a globalização funcionar para todos, principalmente os mais desfavorecidos.

Por outro lado Dilui-se de forma crescente a importância do “Estado-Nação” que perde capacidade de regulação perante o poder das referidas corporações e perante instituições supra-regionais. Tem sido amplamente reconhecido que políticas conduzidas pelo mesmo de uma perspectiva “Top-down” têm tido resultados decepcionantes no que concerne ao crescimento equilibrado da economia. Elas não conseguiram resolver as dificuldades das “regiões problema”. O crescimento, competitividade e desenvolvimento de áreas geográficas (v.g. criação de emprego) deixou de ser considerado apenas resultado de factores económicos (quantitativos) mas uma interacção destes com factores sociais, culturais e institucionais dentro de um quadro territorial. O que determina o sucesso das mesmas é a sua capacidade de estabelecer o que pretendem e a mobilização de todos os actores no sentido da sua concretização. O sucesso dos “distritos industriais” Italianos, que são frequentemente apontados como exemplo do referido *“tem sido largamente devido às ligações entre pequenas empresas numa determinada cadeia de produção e instituições locais. Empresas e instituições partilham recursos humanos e técnicos, plenamente conscientes que desenvolvimento decorre de um esforço partilhado numa “competição territorial” mais do que de tradicional competição [colocando] negócios contra negócios. Cooperação entre empresas e instituições levou à identificação e concretização de objectivos comuns de desenvolvimento, com cada componente a trabalhar rumo a um objectivo comum.”* (UNDP, 2003:16)

Assume-se que todas as áreas geográficas possuem recursos específicos e que é da máxima utilização do potencial de cada uma delas que depende o desígnio competitivo dos países. Cresce então a consciência comum de que o combate ao desemprego e promoção de desenvolvimento pode ser eficaz quando *“os representantes locais chegarem a um acordo para desenvolver, executar e apoiar uma rede endógena capaz de catalisar o desenvolvimento.”* (UNDP, 2003:ibid)

Encontrar formas de governança capazes de identificar, revelar e utilizar o potencial existente em cada território (tendo em conta as suas especificidades) a favor de maior competitividade nacional é uma questão essencial. A acção a nível local tem sido amplamente incentivada por diversas instâncias internacionais como União Europeia, Nações unidas e Organização Internacional do Trabalho para a promoção do emprego e combater a pobreza e exclusão social na sua perspectiva multidimensional. O emprego depende cada vez mais de nova iniciativa empresarial que por sua vez depende de características socioculturais do contexto local. Como proceder alterações no contexto local que favorecem a nova iniciativa empresarial aparece como questão fundamental. A promoção de iniciativa empresarial pressupõe, animação para mudanças de atitudes e comportamentos a nível individual e para capacidade de iniciativa e organização a nível colectivo porque muitas vezes a acção local pode não ter “emergência espontânea”.

19. Papel do Estado na criação de formas de governância para a competitividade

É necessário, primeiramente, o governo nacional reconhecer a diversidade espacial dos problemas sociais contemporâneos e necessidade de haver respostas locais consoante suas manifestações concretas. Em segundo lugar encarar a competitividade nacional como aproveitamento do potencial endógeno de cada um dos territórios locais com vista ao crescimento e geração de empregos. É possível obter maior coesão territorial a partir do aproveitamento da diversidade e potencial endógeno dos territórios.

Assim, deve apoiar implementação de estruturas e serviços territoriais de apoio ao desenvolvimento local com a função de empoderar, estimular a participação e articular diversos actores locais, numa rede, partilhando uma visão ou projecto de desenvolvimento comum, centrado na identificação, valorização e desenvolvimento dos recursos endógenos do território.

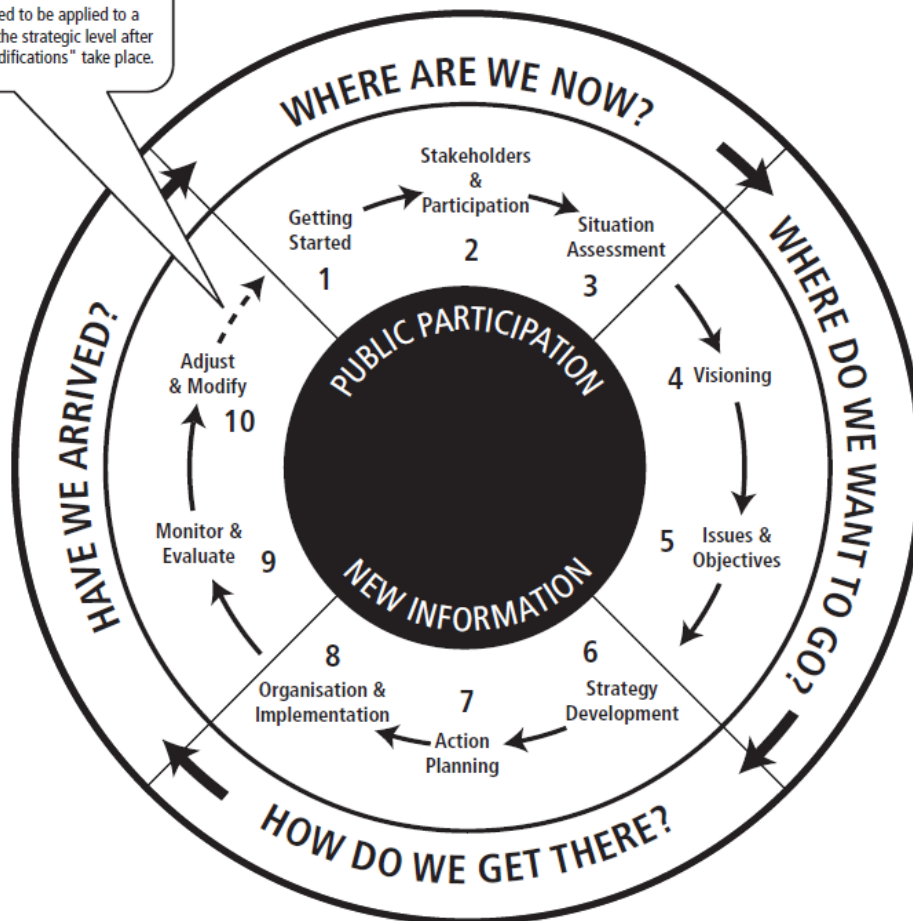
Como referido o emprego depende da nova iniciativa empresarial que por sua vez depende do contexto local. A referida estrutura suporta os serviços às empresas e mediante fomento de acção conjunta dos actores locais, estimula criação de contexto favorável ao desenvolvimento de nova iniciativa empresarial. A OIT e as Nações Unidas têm apoiado desenvolvimento de implementação de estratégias de desenvolvimento económico local (LED) em vários países com intuito de contrariar os desequilíbrios nas economias e apoiar as populações locais a enfrentar os impactos da globalização (“desintegração local”).

Desenvolvimento Económico Local é entendido como um processo de desenvolvimento participativo que incentiva acordos de parceria entre os principais actores públicos e privados de um território definido com o objectivo final de criar empregos decentes e estimular a actividade económica. O processo permite a concepção e implementação de uma estratégia comum de desenvolvimento, fazendo uso dos recursos locais e vantagem competitiva num contexto global. (Boekel e Logtestijn, 2004)

As “Agências de desenvolvimento Local” (LEDAs) têm sido estrutura utilizadas para favorecer o referido. Elas foram fundamentais no fomento ao desenvolvimento local em territórios de países desenvolvidos. Em países onde o “local” significa isolado, fragmentado e evidentemente pobre como os países menos desenvolvidos é ainda mais necessária sua implementação. Elas podem unir acção fragmentada dos actores, estimular a construção de um projecto e visão comum de desenvolvimento frequentemente ausente que dá o suporte e sentido ao trabalho a desenvolver. A construção do planeamento estratégico de desenvolvimento local deve centrar nos passos seguintes: (UN-HABITAT, 2005:3)

Ten Steps to Planning Excellence

Note: While the planning – implementation – planning cycle is an on-going one, it is also an ever-evolving one.
The 10 Steps might need to be applied to a project or revisited at the strategic level after “Adjustments and Modifications” take place.



20. Microcrédito, Turismo e luta contra a pobreza

Conforme referido na caracterização socioeconómica Cabo Verde é actualmente uma nação reconhecida a nível internacional, na sua região e não só, pela boa governação e estabilidade política. Este facto tem permitido atrair de forma crescente investimento Directo Estrangeiro. É no subsector do Turismo e hotelaria que reside o maior interesse do capital estrangeiro aproveitando as condições climáticas favoráveis do Arquipélago durante todo o ano. Assim, o turismo tem sido utilizado, apesar dos riscos, como uma alavanca para dinamização da economia. Contudo, o seu crescimento não significa maior impacto directo na melhoria de condições de vida dos cabo-verdianos, principalmente os mais desfavorecidos. É um sector centrado na “monocultura de sol e praia”, em “pacote turístico” comprado fora de Cabo Verde e na importação de quase tudo que faz funcionar os hotéis. (Cf. Cabral, 2005). Beneficia directamente, embora também de forma limitada,

apenas as áreas costeiras das ilhas do Sal e Boa Vista. As populações das outras ilhas e do meio rural, onde concentra a maioria dos pobres, continuam à margem do processo recebendo pouco dinheiro com a actividade turística. Os benefícios directos do Turismo, para os nacionais, principalmente os mais desfavorecidos, os quais precisam de oportunidades de autoemprego, são ainda muito limitados. Não há indícios de ligação entre a estratégia de luta contra a pobreza e o desenvolvimento do subsector. Este continua isolado na perspectiva de relações com outros sectores da economia. Como aumentar os benefícios directos do Turismo para os mais desfavorecidos em Cabo Verde?

Uma estratégia de turismo pró-pobre (PPT)⁶⁰ deve ser abrangente considerando três tipos de impacto líquido do turismo na vida dos pobres (Bolwell e Weinz, 2008:11)

- a) Através de efeitos directos sobre os pobres, tais como trabalhos de turismo e pequenas empresas de turismo;
- b) Através de efeitos secundários, tais como ganhos de indústrias da cadeia de fornecimento (por exemplo, alimentos e construção), bem como dos trabalhadores de turismo que gastam os seus rendimentos na economia local, e
- c) Através de efeitos dinâmicos na economia, tais como empreendedorismo, salários e preços, desenvolvimento de infraestrutura, de outros setores de exportação, desenvolvimento de competências e do ambiente natural.

Conforme foi referido o microcrédito é um instrumento poderoso que promove mudanças na vida dos pobres. Estimula a criação de pequenas iniciativas empresariais por públicos não tradicionais (mulheres, jovens desempregados, minorias étnicas) e fomenta a geração autónoma de rendimentos. Hoje, um manancial grande de microempresários nacionais pode dar respostas às necessidades do sector turístico em Cabo Verde. Ter um turismo pró-pobre em Cabo Verde, numa visão de partilha do alto valor acrescentado do sector com os pobres, significa, em primeiro de tudo, como se refere no ponto 1, estimular a iniciativa empresarial dos pobres nesse sector. É um processo contudo pouco fácil uma vez que deverá ser em nichos que evitem concorrência com grandes multinacionais. Políticas de turismo deverão repensar o turismo numa perspectiva mais diversificada e alternativa. São de considerar, no sentido de aumentar benefícios dos mais pobres com o turismo, *o ecoturismo*, *o turismo rural* (grande potencial do país para turismo nas áreas rurais e de montanha), *turismo cultural* (Deverá não apenas levar a tradição aos centros turísticos mas engajar a comunidade local na sua promoção), *o turismo de base comunitária* (ligar o turismo ao desenvolvimento comunitário integrado, participação da comunidade, interacção comunidade local e turistas mostrando as vivências das comunidades) (Bolwell e Weinz, 2008; Cabral, 2005).

Experiências diversas podem elucidar as referidas alternativas. No Vietname, por exemplo, a OIT implementa um projecto⁶¹ para apoiar a Província de Quang Nam na criação de oportunidades nas

⁶⁰ Pro-poor Tourism, ver http://www.propoortourism.org.uk/what_is_ppt.html, disponível 2012

áreas rurais e montanhosas fazendo do turismo oportunidade para a geração de rendimentos. O resultado são serviços de “home-stay” (hospeda turistas, usando casa como uma casa de família), produtos tradicionais, formação em operação turística na comunidade; e apoio a actividades produtivas no meio rural deu origem a Produtos de tecelagem, especiarias e cestas de chá, amenidades de quarto de hotel, com marca “Made in Quang Nam” e “Produtos com uma história”.

Em segundo lugar, estimular o crescimento de negócios (start-ups) relacionado com o turismo. Isso vai permitir conectar cadeia de abastecimento dos hotéis à economia local até hoje inexistente. Concordamos com os que afirmam que a economia local não tem capacidade suficiente para abastecer o sector turístico. Mas somos obrigados a discordar que em certas áreas e produtos tal não possa acontecer.

Baseando na actividade turística é possível animar constituição de pequenas iniciativas empresariais visando fornecimentos aos Hotéis (produtos agrícolas por exemplo), satisfazer nichos e aproveitar oportunidades específicas do sector. Há que ter em atenção contudo que, pequenas iniciativas empresariais poderão não estar bem posicionadas para relacionar individualmente com as grandes empresas do sector turístico. Questões como falta de escala para determinados investimentos (o investimento na qualidade e certificação dos produtos é um dos imprescindíveis), escala nos fornecimentos, falta de capacidade de negociação e marketing/comercialização, dificuldades de acesso ao crédito, falta de tecnologia entre outros tornam o sucesso da ligação hotéis – economia local dependente do papel desempenhado pelas já mencionadas Agências locais. As mesmas devem desempenhar um papel pró-activo na animação e, utilizando o microcrédito em estreita articulação com os outros serviços a empresas, fornecer uma base sólida para a relação turismo/pequenas iniciativas dos pobres.

Os desafios colocados pelo défice de escala das pequenas e microempresas podem ser superados pela organização colectiva de produtores locais. O **cooperativismo**⁶² oferece perspectivas bastante positivas para tal propósito, além de fomentar um sistema económico mais equilibrado e justo. A organização de produtores pela SEWA⁶³ na Índia pode ser apontada como importante ponto de referência. Outras experiências mostram ainda que é possível organizar trabalhadores no sector de serviços em **Plataformas de serviços partilhados**. O caso do “Projecto Marias” (<http://www.projetomarias.org/as-marias.aspx>) desenvolvido na Cova da Moura, em Portugal constitui a este propósito um exemplo digno de referência.

⁶¹ http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/features/WCMS_191838/lang--en/index.htm?shared_from=media-mail, Acedido em Novembro de 2012.

⁶² O cooperativo foi criado por Robert Owen e a experiencia mais conhecida sobre o movimento é a criação da cooperativa de consumo Rochdale em 1844. Ver página web da Aliança Cooperativa internacional destacado de forma diferente pelo ano 2012 ser considerado pelas Nações Unidas como Ano Internacional do Cooperativismo. <http://2012.coop/>.

⁶³ Self Employed Woman Association, http://www.sewa.org/About_Us.asp, acedido Novembro 2012

21. Bibliografias

- Amaro, Rogério (2004), “Desenvolvimento – Um conceito Ultrapassado ou em Renovação?”, ISCTE, Lisboa
- Freire, Paulo (1970), *Pedagogia do Oprimido*, 17ª edição, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro
- Anon (1979), *Conscientização - Teoria e Prática da Libertação Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire*, Cortez & Moraes, São Paulo
- Amaral, João et. Al, (2008), *Economia do Crescimento*, Edições Almedina, Coimbra
- Akindola, Rufus (2009), “Towards a Definition of Poverty : Poor People's Perspectives and Implications for Poverty Reduction”, *Journal Of Developing Societies* 25, 2 (2009): 121–150
- Alves, Manuel (2006), “O Microcrédito: Mais uma Panaceia?” APDR, Estudos Regionais, *Revista Portuguesa de Estudos Regionais* – 13, 3º Quadrimestre de 2006
- Afonso, Joana (2011), O Microcrédito em Portugal, Faculdade de Economia do Porto, Fevereiro 2011, Disponível em: http://www.fep.up.pt/repec/por/temoli/files/afonso_microcredito.pdf
- Barquero, António (2009), Desarrollo Local, Una Estrategia para Tiempos de Crisis, Universitas Forum, Vol. 1, No. 2
- Benko, Georges (2002), “Mundialização da Economia, Metropolização do Mundo”, Revista do Departamento de Geografia, 15, 45 – 54, disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG_15/45-54.pdf
- Benko, Georges; Alain Lipietz, (Orgs.) (1994), *As regiões ganhadoras - Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia económica*, 1ª edição Portuguesa, Celta Editora, Oeiras.
- Benko, Georges (1999), *A Ciência Regional*, Primeira edição portuguesa, Celta Editora, Oeiras, 1999.
- BOISER, Sérgio (1980), “Polos de Crecimiento: Estan Muertos?”, *Revista Eure*, (24)
- Banco Mundial (2012), Regional Highlights World Development Indicators, Washington D.C.
- Benko, Georges; Pecqueur, Bernard, (2001), “Os recursos de territórios e os territórios de recursos”, *Geosul*, Florianópolis, v.16, n.32, p 31-50.
- Boekel, Geert e Logtestijn, Majon (2002), “Applying the comprehensive LED approach The case of Mozambique”, *Organização Internacional do Trabalho*, Suíça, disponível em: http://www.ilo.org/empent/Publications/WCMS_111548/lang--en/index.htm

- Bolwell, Dain e Weinz, Wolfgang (2008), “Reducing poverty through tourism”, OIT, Geneva, disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---sector/documents/publication/wcms_162268.pdf
- COM (2007) 641 final, Comunicação da Comissão ao Conselho e ao parlamento Sobre o futuro das relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde, Bruxelas
- Costa, Alfredo (1999), “Acção Social: Situação Actual e Perspectivas Futuras”, em Costa, Alfredo (org.) *Acção Social em Debate*, Direcção Geral da Acção Social, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, Lisboa
- DECRP (Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza – II), 2008, Governo de Cabo Verde, disponível em: http://www.governo.cv/documents/DECRP_II.pdf
- Estratégia para o desenvolvimento da Protecção Social em Cabo Verde s.a. /s.n
- Ribeiro, J. e Santos, J. (s.a.), “Desenvolvimento Endógeno e Política Regional”, Universidade do Minho, disponível em: http://www3.eeg.uminho.pt/economia/nipe/docs/Publicacoes_Actas_conferencias/2005/Cadima_Freitas_2005_APDR.pdf
- Santos, António (2008), *Que Nova Ordem Mundial?* 1ª Edição, Editora Campo da Comunicação, Lisboa
- Smith, Adam (1776), *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, edição portuguesa, Volume I, Editora Nova Cultural Ltda, Brasil, 1996.
- COSTA, Alfredo... *et al.* (1999); “**A acção social em debate**”, Coord. Maria de Fátima Fonseca Ribeiro, Direcção-Geral da Acção Social – Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, Lisboa
- Dag Hammarskjold Foundation (1975), Report “What now? Another development”, Impresso na Suécia pela Motala Grafiska AB, Motala 1982, disponível em: <http://www.dhf.uu.se/publications/development-dialogue/what-now-the-1975-dag-hammarskjold-report-on-development-and-international-cooperation/>
- DGDT (Direção Geral de Desenvolvimento Turístico) (2004), Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico, Após validação, Praia.
- Friedmann, John (1992), *Empowerment – Uma política de Desenvolvimento Alternativo*, 1ª Edição Portuguesa, Celta Editora, Oeiras, Setembro de 1996
- Grassi, Marzia e Iolanda Évora *et. All* (2007), *Género e Migrações Cabo-Verdiana*, 1ª edição, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa

- Guth, Michael (2005), “Innovation, Social Inclusion and Coherent Regional Development: A New Diamond for a Socially Inclusive Innovation Policy in Regions”, *European Planning Studies* Vol. 13, No. 2
- Harvey, David (1989), *The Condition of Postmodernity – An Enquiry into Origins of Cultural Change*, Blackwell Publishers, Cambridge MA & Oxford UK
- Henri, Denis (2000), *História do Pensamento Económico*, 8ª Edição, Língua Portuguesa, Livros Horizontes, Lisboa
- Hespanha, P. e MATOS, Ana (1999), “From Passive to Active Social Policies – The Softness of Workfare Policies in Portugal”, *Center Of Social Studies*, University Of Coimbra, Oficina (145)
- Hespanha, P. e MATOS, Ana (1999), “Compulsão ao trabalho ou emancipação pelo trabalho? Para um debate sobre as políticas activas de emprego”, *Sociologias*, Porto Alegre, ano 2, (4), jul/dez 2000, p.88-109
- HESPANHA, P. (2008), “Políticas Sociais: Novas Abordagens, Novos Desafios”, *Revista Ciências Sociais* 39-1 ufc 2008.indd, p. 5-15
- HENRIQUES, José *et. All* (s.a.), **Local Development in Poverty 3**, The lessons of the Poverty 3 Programme
- Henriques, José (2009), “Inovação Social e Animação Territorial: Contributos da Iniciativa Comunitária EQUAL em Portugal”, em Costa, Júlia (coord.) *Inovação Social, Cadernos Sociedade e Trabalho 12 (2009)*, Edição Gabinete de Gestão EQUAL, MTSS / GEP, Lisboa
- Henriques, José (2008), “Social Protection, Employment and Local Development: Guidelines to help partners to consult local organizations in the social economy in the area of social inclusion”, Bridges for Inclusion Project International Labour Office, Geneva – Switzerland
- Henriques, José (2007), “Globalização, “desintegração Local” e governança: discursos e possibilidades” em Lança, Isabel et al. (org.), *Inovação e Globalização*, Campo das letras, Porto
- Henriques, José; Madruga, P. (1996), “Analysis of the contribution of Local Employment Initiatives And Small And Medium-Sized Enterprises to Employment”, Final report to the European Commission Directorate General V, CISEP, Faculty of Economics Technical University of Lisbon, Lisbon
- Henriques, José (2010), “Acção Contra a Pobreza Em Áreas Urbanas em “Crise”: Desafios e Possibilidades”, em Costa, Júlia (cord.), *Sociedade e Trabalho 41*, MTSS -, , GEP, Lisboa
- Henriques, José (1999), “Interpelação”, em Costa, Alfredo (org.) *Acção Social em Debate*, Direcção Geral da Acção Social, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, Lisboa
- KOVÁCS, Ilona (2006), “Novas Formas de Organização do Trabalho e Autonomia no Trabalho”, *SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS*, n.º 52, 2006, pp. 41-65
- Lopes, Raul (2001), *Competitividade, inovação e territórios*, Celta Editora, Oeiras

- LOPES, Jorge *et. All* (2009), 1º Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde (15º Congresso da APDR), 2º Congresso Lusófono de Ciência Regional (3º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza), UniPiaget, Cidade da Praia, 6 a 11 d Julho
- LLEDÓ, Victor (2011), *Sustentando a Expansão Perspectivas Económicas Regionais para África Subsariana*, Fundo Monetário Internacional, Maputo, disponível em: <http://www.imf.org/external/country/MOZ/rr/por/2011/111511p.pdf>
- Murteira, Mário (2003), *Globalização: Pela invenção dum tempo global e solidário*, 1ª edição, Quimera Editores
- MFP (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO) (2004), *Anexos – Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP)*, Praia.
- NAÇÕES UNIDAS, *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, Dezembro de 1948
- NAÇÕES UNIDAS (2010), *The Millennium Development Goals Report*, New York
- NAÇÕES UNIDAS (1987), *Report of the World Commission on Environment and Development -Our Common Future*,
- OIT (2012), *A crise do emprego jovem: Tempo de agir*, Conferência Internacional do Trabalho, 101ª Sessão, 2012, Relatório V, edição em língua portuguesa, Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, Lisboa
- Portela, José *et. All* (2008), *Microempreendedorismo em Portugal: experiências e perspectivas*, INSCOOP – Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo, Lisboa
- PNUD (2003), *Resumo do Relatório do Desenvolvimento Humano 2003*, MENSAGEM-Serviço de Recursos Editoriais, Queluz
- PEDTCV (Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde) (2010-2013), Ministério da Economia, Crescimento e competitividade, Praia
- Rosanvallon, Pierre (1984), *La crise de L'État – Providence*, 2ª edição, língua portuguesa, Editorial Inquérito, Lisboa
- Rodrigues, Maria João, “Sob o Signo da Crise: O contributo da Teoria da Regulação para as problemáticas do Desenvolvimento”, *Sociologia*, (3), 1987
- Rita, J. e Mergulhão, Luís (1997), “Inovação organizacional e desenvolvimento nas regiões pobres”, *Sociologia Problemas e práticas*, (25), p.p. 103-123
- Rostow, W. (1964), *Etapas do desenvolvimento económico: (um manifesto não-comunista)*, 2ª ed, Zahar Editores, Rio de Janeiro
- Silva, Marcelo Roque da (2002), *O papel do micro-crédito e das micro-finanças como instrumentos de redução da pobreza*, comunicação VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 8-11 Outubro 2002, Lisboa
- Sen, Amartya (1999), *O Desenvolvimento como Liberdade*, 1ª Edição Portuguesa, Gradiva – publicações, Lisboa
- Sen, Amartya (1981) *Pobreza e fomes – Um Ensaio Sobre Direitos e Privações*, 1ª edição Portuguesa, Editora Terramar, Lisboa

- Swinburn, Gwen *Et. all.* (2006), *Desenvolvimento Económico Local: Um Manual para a Implementação de estratégias para o Desenvolvimento Económico Local e Planos de Acção*, Banco Mundial, Washington, DC.
- Stiglitz, Joseph E. (2002), *Globalização A grande Desilusão*, Terra Mar - Editores, Distribuidores e Livreiros, 3ª Edição Portuguesa (Revista), Lisboa, Outubro de 2004
- Seers, Dudley (1969), “The Meaning of Development”, *Institute Of Development Studies*, IDS Communication 44, 1969, p.p. 1-28
- Steger, Manfred B. (2003), *A Globalização*, 1ª edição Portuguesa, Maio de 2006, Quasi Edições, Vila Nova de Famalicão
- (Anon: 1998), *Sete Teses a favor do Microcrédito em Portugal*, Seminário "Micro-Crédito contra a Pobreza", s.l, s.n
- UNDP (2010), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2010 Síntese*, Edição do 20º Aniversário, tradução portuguesa (apoio IPAD)
- UN-HABITAT (2005), *Promoting Local Economic Development Strategic Planning — Volume 1: Quick Guide (Series)*, Nairobi, Kenya
- UNDP (2003), *Local Development Agencies*, 2ª edição em inglês, UNDP/UNOPS EDINFODEC Project, Rome
- Yunus, Muhammad (2006), *Discurso do Professor Muhammad Yunnus*, Cerimónia de entrega do Prémio Nobel da Paz ao Prof. Yunus e Banco Grameen, Oslo, Noruega – 10 Dezembro 2006
- Yunus, Muhammad (2008), *Criar Um Mundo Sem Pobreza – O negócio Social e o Futuro do Capitalismo*, Edição língua Portuguesa, Editora DIFEL, Lisboa
- Yunus, Muhammad (1997), *O Banqueiro dos Pobres*, 5ª Edição, língua Portuguesa, Editora DIFEL, Lisboa, Outubro de 2008

Teses/Dissertações

- Areias, Helena (2007), *Desenvolvimento local e rede social: moda ou modelo de intervenção?* Dissertação de mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais, Instituto Superior de Ciências do Trabalho da Empresa - ISCTE, Lisboa
- Ferreira, Timóteo (2011), *Turismo Internacional – Uma Nova Tendência de Globalização?* Tese Mestrado em Economia Portuguesa e Integração Internacional, Departamento de Economia, ISCTE, Lisboa
- Henriques, José (2006), *Global Restructuring And Local Anti-poverty Action: Learning From European Experimental Programmes*, Tese de Doutoramento em Economia, Especialização desenvolvimento económico, Vol. I e II, ISCTE, Lisboa
- Lemos, Jorge (2003), *Respostas locais às determinantes globais: o caso de Campo Benfeito na Serra do Montemuro*, Dissertação de mestrado em Demografia e Sociologia da População, Instituto Superior de Ciências do Trabalho da Empresa - ISCTE, Lisboa
- Nogueira, Cláudia (2009), *Mulheres com Negócios - Contributos para uma Avaliação do Potencial Emancipatório do Empreendedorismo Feminino*, Dissertação de Mestrado em

Sociologia (Políticas Locais e Descentralização: as Novas Áreas do Social), Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra

- Nunes, Irene (2008), *Turismo, Desenvolvimento e Dependência em Cabo Verde*, Relatório de Estágio de Mestrado de Relações Internacionais Área de especialização: Estudos da Paz e da Segurança, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra
- Silva, Sandra (2008), *Capital Humano e Capital Social: Construir Capacidades para o Desenvolvimento dos Territórios*, Tese de Mestrado em Geografia Humana (Exclusão, Sociedade e Território) Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de Geografia, Lisboa
- Teixeira, José (2005), *O Papel do Turismo no Desenvolvimento de Cabo Verde Turismo e Combate à Pobreza: Nu djunta-mô*, Tese de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa

22. Webgrafia (Síntese):

- ✓ <http://www.grameen-info.org/>
- ✓ <http://www.sewa.gov.ae/english/>
- ✓ <http://www.microcredito.com.pt/>
- ✓ <http://www.ilo.org/global/lang-en/index.htm>
- ✓ <http://www.ciaris.org/>
- ✓ <http://www.un.org/>
- ✓ http://www.wikipreneurship.eu/index.php5?title=Main_Page
- ✓ <http://www.ine.cv/>
- ✓ <http://www.governo.cv/>

23. Anexo I – Os domínios da Prática Social

Extraído de (Friedmann, 1996:29)

A TRAJECTÓRIA

29

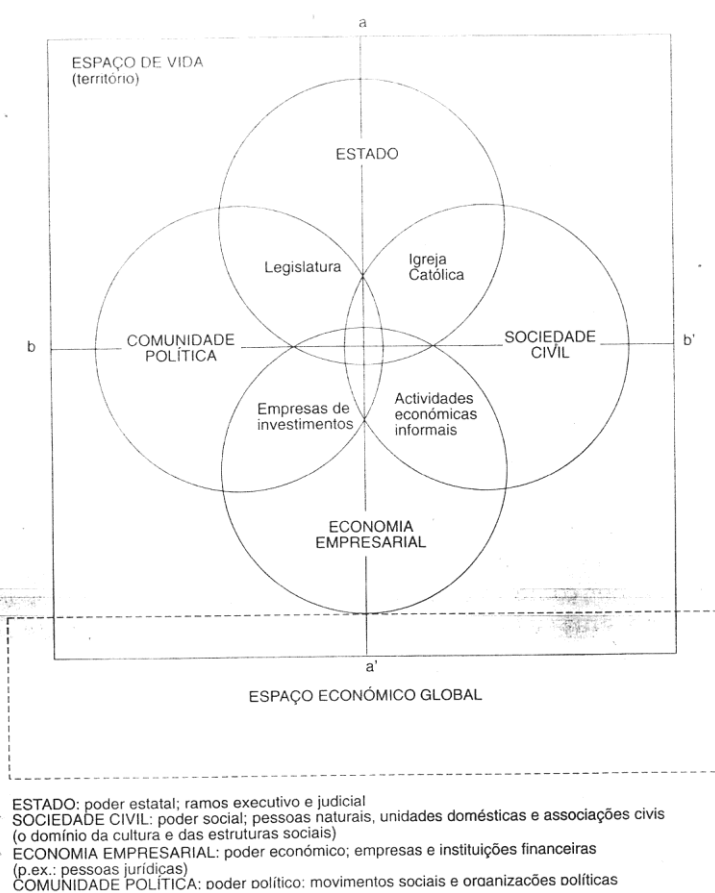


Figura 2.2 Os quatro domínios da prática social

24. Anexo II – As Bases do Poder Social

Extraído de (Friedmann, 1996:72-4)

- 1 *Espaço de vida defensável.* Base territorial da economia doméstica, o espaço de vida defensável inclui o espaço físico no qual os membros da família cozinham, comem, dormem e guardam posses. Num sentido mais lato, estende-se para além do espaço chamado “casa” para a vizinhança imediata, onde a sociabilização e outras actividades de suporte à existência têm lugar, principalmente no contexto da economia moral de relações de não mercado. Conquistar uma posição segura e permanente num bairro urbano amigável e que se entreja é o poder social mais altamente considerado de todos, e as famílias estão preparadas para fazer praticamente qualquer sacrifício para o conseguir.
- 2 *Tempo excedente.* É o tempo da economia doméstica disponível além e acima do tempo necessário para obter as condições de vida e de subsistência. É função de muitas coisas, tais como o tempo gasto na viagem para o trabalho (remunerado); o grau de facilidade com que podem ser obtidos artigos básicos de consumo, tais como a alimentação, a água e os combustíveis; a frequência da doença na família e o acesso a serviços médicos; o tempo necessário para o desempenho de tarefas domésticas essenciais; e a divisão do trabalho por género. Sem acesso a tempo excedente, as opções familiares são severamente limitadas. É a segunda base do poder social mais valorizada.
- 3 *Conhecimentos e técnicas.* Referem-se aos níveis educacionais e ao domínio de técnicas específicas por membros da economia familiar. Unidades domésticas pobres compreendem correctamente que a educação e o treino técnico de pelo menos alguns dos seus membros são essenciais para aumentar projectos económicos a longo prazo. Estão portanto dispostos a investir fortemente tempo, energias e dinheiro, no desenvolvimento dos “recursos humanos” familiares (vide figura 3.1).
- 4 *Informação adequada.* É a informação razoavelmente correcta que suporta a luta familiar pela subsistência, incluindo assuntos como melhores métodos de produção doméstica, práticas melhoradas de higiene, métodos comprovados de cuidados infantis, práticas de saúde padronizadas, serviços públicos disponíveis, mudanças de configurações políticas e oportunidades de trabalho remunerado. Sem o acesso contínuo a informações relevantes, os conhecimentos e técnicas são virtualmente inúteis como recurso para o autodesenvolvimento.
- 5 *Organização social.* Refere-se a organizações formais e informais às quais as famílias podem pertencer, como Igrejas, clubes de mães, clubes desportivos, associações para o melhoramento de bairros, círculos de crédito, grupos de discussão, associações de inquilinos, sindicatos de agricultores, e associações para a irrigação de terras. As organizações não são apenas os meios de uma vida com mais convívio, são também uma fonte de informação relevante, apoio mútuo e acção colectiva. Ligam a família à sociedade exterior.
- 6 *Redes sociais.* São essenciais para acções autónomas baseadas em reciprocidades. Tendem a aumentar com associações e organizações sociais, mas não são determinadas exclusivamente por estas associações. Unidades domésticas com redes horizontais extensas entre famílias, amigos e vizinhos têm maior margem de manobra que sem elas. Redes verticais, subindo através das hierarquias sociais, dão às unidades domésticas uma possibilidade de aceder a outras formas de poder, mas podem conduzir a relações de dependência patrono-cliente.
- 7 *Instrumentos de trabalho e condições de vida.* São as ferramentas da produção doméstica: corpos vigorosos e saudáveis (força física) e, para os produtores rurais, acesso a água e terra produtiva. Incluem também as ferramentas utilizadas no trabalho doméstico informal (bicicletas, máquinas de costura) e na própria esfera doméstica (fogão, balde, acessórios de cozinha, recursos de higiene, etc.).
- 8 *Recursos financeiros.* Incluem o rendimento monetário líquido das unidades domésticas (vide figura 3.1), assim como os créditos formais e informais.

25. Anexo III – “Wole Economy Model”

(Extraído de Friedmann, 1996:52)

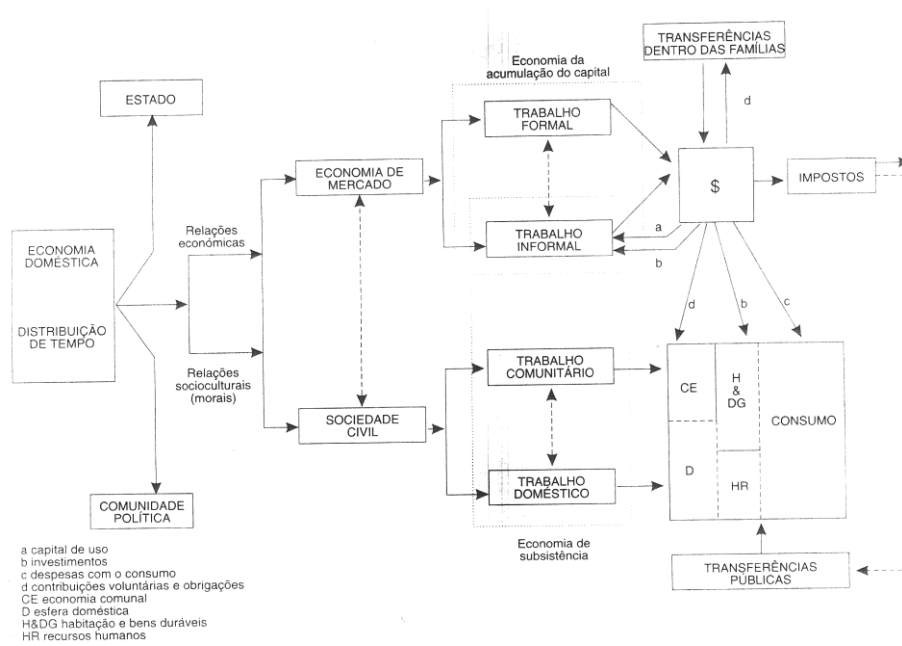


Figura 3.1 O modelo da economia global

26. Anexo IV

PRODUTO INTERNO BRUTO, PM

Preços do mercado

Preços constantes de 1980

Estrutura (% do Total)

| | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | |
|-------------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-----|
| SECTOR PRIMARIO | 19,2 | 16,5 | 12,9 | 11,6 | 11,5 | 13,3 | 13,8 | 17,4 | 17,8 | 16,4 | 14,5 | 13,5 | 12,3 | 12,4 | 11,2 | 11,2 | 9,9 | 8,9 | 7,9 | 5,7 | 9,1 | 9,2 | 8,4 | 8,2 | 7,9 | 7,1 | 6,6 | 6,1 | |
| agricultura, pecuária, silvicultura | 13,7 | 12,1 | 8,9 | 7,6 | 8,0 | 10,3 | 11,2 | 16,1 | 16,1 | 13,8 | 12,4 | 11,2 | 10,2 | 10,1 | 8,9 | 8,8 | 7,8 | 7,8 | 7,0 | 6,0 | 8,1 | 8,1 | 7,8 | 7,0 | 6,7 | 6,3 | 5,6 | 5,0 | 4,6 |
| pesca | 4,8 | 3,8 | 3,5 | 3,1 | 2,7 | 2,1 | 1,8 | 1,5 | 0,8 | 1,7 | 1,2 | 1,3 | 1,0 | 1,2 | 1,3 | 1,3 | 1,1 | 1,0 | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 0,7 | 0,6 | 0,7 | 0,7 | 0,6 | 0,7 | 0,8 |
| indústrias extractivas | 0,6 | 0,5 | 0,4 | 0,8 | 0,7 | 0,9 | 0,8 | 0,8 | 0,9 | 0,8 | 0,8 | 1,0 | 1,1 | 1,1 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 0,9 | 0,8 | 0,7 | 0,8 | 0,8 | 0,8 | 0,8 | 0,9 | 0,9 | 0,9 | |
| SECTOR SECUNDARIO | 16,3 | 17,0 | 16,4 | 17,7 | 16,9 | 17,9 | 17,8 | 19,1 | 18,5 | 19,4 | 19,5 | 19,6 | 19,7 | 19,8 | 19,1 | 19,2 | 20,2 | 19,8 | 18,9 | 17,6 | 16,2 | 15,1 | 16,2 | 15,8 | 15,7 | 16,1 | 16,6 | 15,3 | |
| congelção, conservas de peixe | 1,2 | 0,9 | 1,3 | 0,9 | 1,0 | 0,7 | 0,6 | 1,3 | 0,4 | 0,7 | 0,2 | 0,5 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | |
| outras indústrias alimentares | 1,0 | 0,8 | 0,8 | 0,9 | 0,8 | 1,0 | 0,9 | 1,1 | 1,3 | 2,0 | 2,3 | 2,3 | 2,2 | 2,1 | 2,3 | 2,2 | 2,5 | 2,6 | 2,4 | 2,2 | 1,9 | 1,2 | 1,1 | 0,9 | 0,9 | 0,7 | 0,7 | 0,9 | |
| tabaco | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0,2 | 0,3 | 0,2 | 0,3 | 0,3 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,0 | 0,3 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,3 | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,0 | 0,1 |
| meccânica e reparação naval | 0,2 | 0,1 | 0,0 | 0,5 | 0,3 | 0,5 | 0,5 | 0,6 | 0,9 | 0,7 | 0,6 | 0,2 | 0,3 | 0,4 | 0,2 | 0,2 | 0,5 | 0,1 | 0,2 | 0,3 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | |
| carpintaria | 1,0 | 1,1 | 1,2 | 1,1 | 0,9 | 1,1 | 1,5 | 1,2 | 0,9 | 1,2 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 0,8 | 0,9 | 0,9 | 1,0 | 0,8 | 1,0 | 0,8 | 1,0 | 0,9 | 1,0 | 1,0 | 0,9 | 1,0 | 1,0 | 0,9 | |
| outras indústrias transformadoras | 0,9 | 0,9 | 0,8 | 1,2 | 1,1 | 1,8 | 1,4 | 1,9 | 1,2 | 0,9 | 0,8 | 1,0 | 0,9 | 1,3 | 1,5 | 1,8 | 2,0 | 2,1 | 1,8 | 1,7 | 1,4 | 1,2 | 1,1 | 1,0 | 0,9 | 1,1 | 0,9 | 0,7 | |
| electricidade e agua | -0,3 | -0,3 | -0,3 | 0,2 | 0,3 | 0,7 | 0,7 | 0,3 | 0,1 | 0,1 | 0,5 | 0,7 | 1,0 | 1,0 | 0,9 | 1,3 | 1,4 | 1,7 | 1,7 | 1,2 | 1,7 | 1,8 | 2,2 | 2,3 | 3,0 | 2,4 | 2,7 | 2,1 | |
| construção | 12,1 | 13,5 | 12,3 | 12,6 | 12,2 | 11,8 | 11,9 | 12,4 | 13,6 | 14,0 | 13,9 | 13,9 | 14,0 | 13,8 | 13,0 | 12,6 | 12,7 | 12,1 | 11,3 | 11,0 | 9,9 | 9,7 | 10,7 | 10,2 | 9,8 | 10,6 | 11,2 | 11,2 | |
| SECTOR TERCARIO | 69,2 | 60,7 | 64,1 | 63,3 | 64,5 | 61,8 | 61,8 | 59,3 | 59,3 | 60,1 | 60,6 | 60,5 | 60,6 | 62,0 | 62,3 | 62,9 | 62,7 | 66,3 | 67,4 | 65,1 | 65,8 | 67,3 | 66,4 | 67,3 | 68,7 | 67,5 | 67,6 | 69,5 | |
| comércio | 29,0 | 30,3 | 31,1 | 29,5 | 29,2 | 27,4 | 27,1 | 22,7 | 23,5 | 24,6 | 23,3 | 21,8 | 20,4 | 19,8 | 19,8 | 20,0 | 19,3 | 18,9 | 18,7 | 17,4 | 18,5 | 19,4 | 20,9 | 20,7 | 20,9 | 20,7 | 19,1 | 19,5 | |
| hotéis e restaurantes | 0,8 | 0,8 | 1,2 | 1,3 | 1,4 | 1,9 | 1,6 | 1,4 | 1,8 | 1,6 | 1,4 | 1,2 | 1,2 | 1,5 | 1,5 | 1,2 | 1,3 | 2,0 | 2,4 | 2,3 | 2,9 | 3,5 | 3,3 | 3,8 | 4,1 | 4,5 | 5,7 | 7,8 | |
| transportes rodoviários | 2,8 | 2,7 | 2,9 | 2,7 | 2,6 | 2,4 | 2,5 | 2,7 | 2,8 | 2,7 | 2,8 | 2,9 | 2,8 | 3,5 | 3,7 | 3,5 | 3,8 | 3,5 | 3,4 | 3,2 | 3,6 | 3,5 | 4,2 | 4,1 | 4,7 | 4,4 | 4,1 | 3,9 | |
| transportes marítimos | 1,8 | 1,7 | 1,6 | 2,1 | 2,2 | 1,9 | 1,9 | 2,3 | 2,8 | 3,1 | 3,3 | 2,8 | 2,8 | 2,7 | 2,5 | 1,8 | 1,9 | 3,2 | 3,1 | 3,6 | 3,5 | 2,4 | 2,5 | 0,8 | 0,9 | 1,1 | 1,0 | 1,7 | |
| transportes aéreos | 0,8 | 1,0 | 1,8 | 1,8 | 1,7 | 1,7 | 1,8 | 1,0 | 0,4 | -0,7 | 0,7 | 2,4 | 2,7 | 2,1 | 3,5 | 3,3 | 3,1 | 2,4 | 3,9 | 3,7 | 3,3 | 3,8 | 1,3 | 3,5 | 3,2 | 2,5 | 2,6 | 1,6 | |
| serviços aos transportes | 2,9 | 3,8 | 4,0 | 4,5 | 4,7 | 3,8 | 3,1 | 2,9 | 2,7 | 3,0 | 2,8 | 2,9 | 3,1 | 2,6 | 2,6 | 2,7 | 2,7 | 3,0 | 2,9 | 2,7 | 3,1 | 2,7 | 2,2 | 2,1 | 2,2 | 2,2 | 2,2 | 2,9 | |
| comunicações | 0,7 | 0,9 | 1,4 | 1,5 | 2,0 | 2,1 | 2,1 | 2,4 | 2,4 | 2,4 | 2,6 | 3,0 | 3,7 | 4,4 | 4,8 | 4,7 | 4,7 | 5,6 | 6,5 | 7,1 | 8,1 | 8,7 | 8,8 | 9,0 | 9,1 | 8,4 | 9,8 | 9,5 | |
| bancos e seguros | 2,6 | 2,3 | 2,4 | 2,1 | 2,1 | 2,0 | 1,9 | 1,9 | 1,4 | 2,6 | 1,5 | 1,6 | 1,3 | 1,9 | 1,8 | 3,0 | 2,9 | 3,8 | 4,5 | 3,5 | 2,7 | 3,0 | 3,0 | 2,7 | 2,7 | 2,4 | 2,8 | 3,2 | |
| habitação e locais | 0,4 | 0,3 | 0,7 | 0,4 | 0,6 | 0,5 | 0,8 | 0,7 | 0,7 | 7,3 | 7,7 | 7,7 | 7,8 | 7,7 | 7,5 | 7,3 | 7,2 | 7,2 | 6,9 | 6,5 | 0,4 | 0,4 | 0,5 | 0,6 | 0,7 | 7,3 | 7,1 | 7,1 | |
| serviços governamentais | 9,6 | 9,9 | 10,4 | 10,5 | 11,2 | 11,4 | 12,0 | 13,1 | 12,5 | 12,1 | 13,1 | 13,1 | 13,3 | 14,1 | 13,2 | 13,6 | 14,4 | 16,1 | 13,5 | 13,3 | 12,6 | 12,0 | 11,9 | 12,2 | 12,4 | 12,1 | 11,3 | 10,8 | |
| outros serviços | 0,8 | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 0,8 | 1,0 | 1,3 | 1,3 | 1,4 | 1,3 | 1,4 | 1,4 | 1,6 | 1,7 | 1,8 | 1,5 | 1,5 | 1,7 | 1,6 | 1,6 | 1,6 | 1,5 | 1,6 | 1,6 | 1,9 | 1,9 | 1,8 | |
| serviços bancários não imputados | -1,9 | -1,7 | -1,7 | -1,6 | -1,7 | -1,8 | -1,7 | -1,9 | -1,4 | -2,3 | -1,5 | -1,4 | -1,3 | -2,0 | -1,4 | -2,2 | -2,4 | -3,4 | -3,6 | -2,7 | -2,1 | -2,1 | -2,2 | -2,4 | -2,4 | -2,3 | -2,5 | -3,2 | |
| direitos e taxas / importações | 8,2 | 7,6 | 8,3 | 9,1 | 8,8 | 8,6 | 8,3 | 7,1 | 6,9 | 6,4 | 6,9 | 7,8 | 8,7 | 7,9 | 8,8 | 8,9 | 8,5 | 8,5 | 9,5 | 10,2 | 10,4 | 10,4 | 11,2 | 11,2 | 10,0 | 11,7 | 11,7 | | |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: INE - Cabo Verde - Contas Nacionais

27. Anexo V: TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Entrevista nº 1

Micro empresário» Carlos Duarte

Estado civil: Solteiro

Naturalidade: Cabo-verdiana

Nacionalidade: Portuguesa

Habilitações: Licenciado Comunicação Visual

Negócio: Design; Fotografia; Ilustração; Pintura; Escultura; Instalação; Musica... | Artes Visuais e Representativas.

Início: Ano de 2010

Sede do Negócio: Barcarena

Instituição parceira onde participou no PEI: Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu (Caxias)

Encerrou actividade? Não

Parte I

Investigação sobre as situações de vulnerabilidade anteriores à criação do próprio negócio

Vamos começar por conversar sobre a sua história de vida antes de lançar na criação do seu próprio negócio. Parece-lhe bem? Gostava que me contasse um pouco da sua história de vida.

Família

Onde nasceu? Fale um pouco sobre a sua infância?

Sou Carlos Duarte, tenho 36 anos. Comecei isto desde muito cedo. A minha relação com a comunicação, com as artes, foi desde os meus 7, 8 anos. Sempre tive um interesse pela pintura e era aí que eu queria seguir o meu percurso profissional. Aos 18 anos concorri para a faculdade de Belas Artes, que eu queria seguir escultura e desenho, só que pronto não consegui entrar. Tive um ano a trabalhar e depois os meus pais propuseram-me eu tirar um outro curso numa faculdade privada porque não há muitas faculdades aqui, de design por exemplo, foi aquela que eu optei, entrei em 1996 e tirei o curso de comunicação visual, acabei em 2000 mas já no tempo da faculdade eu trabalhava como free lancer em áreas como design visual, e depois mais tarde a música, a fotografia e a publicidade como assistente plateau, a trabalhar no departamento de artes. Em 2010 eu associei-me também à Batoto Yetu porque tenho parcerias directas lá porque meu irmão é músico é monitor lá, eu sigo o projecto há muitos anos até porque admiro o projecto feito por eles e a maneira como eles inseriram estes jovens esta inclusão social de jovens com dificuldades na sociedade. Interessou-me inscrever no projecto empreendedorismo imigrante porque sabia que ali, com essa carta de recomendação, eu poderia ter um acesso mais directo tanto no microcrédito como no DNA, como no Fenícia, como no IAPMEI porque tudo isso antes do microcrédito foi o que eu andei a estudar a tentar perceber mas a minha conclusão é que são tudo a mesma coisa só que um é verde outro é laranja... Porque em termos dos inquéritos são praticamente iguais. E isto pra mim foi o que gostei imenso de trabalhar com a ANDC, eles seguiram o meu projecto, tentaram perceber o meu projecto, aconselharam-me...

Nasci em Lisboa, sou descendente de imigrantes.

Condições de Vida

Gostaria agora de saber sobre a sua vida em Portugal.

Como surgiu a oportunidade e porque imigrou?

Como já referi nasci cá.

Como começou a sua vida cá? Tinha familiares que o apoiavam? Não aplicável (N.A.)

Quais as principais dificuldades que teve? N.A.

Tem filhos cá? SE SIM: que idade tem? Estavam na escola?

Foi fácil a sua integração no mercado de trabalho? Ou nunca chegou a trabalhar por outra pessoa?

Sempre trabalhei como freelancer.

Descreva-me o local onde morava. Tinha eletricidade? Água? Casa de banho (saneamento básico)?

Cresci no Bairro das Marianas (bairro de lata), com 3 anos, também tive lá pouco tempo mas é um dos sítios que tenho referências desde pequeno, não era aquilo que é agora. Estamos a falar dos finais dos anos 70 e início dos anos 80 e a minha inserção foi sempre feliz eu tive uma infância feliz, sou terceiro de 4 irmãos e a minha inserção e dos meus irmãos valeu-se pelo facto do meu pai ser um aventureiro e ter... O meu pai, só para termos uma noção é o 12º, é o mais novo de 12 irmãos e todos faleceram ele nunca conheceu um irmão dele, foi o único sobrevivente. Fui criado pela minha avó que o meu pai trouxe de Cabo Verde para o efeito. Criou-me até 20 e poucos anos, juntamente com os meus irmãos, meu pai e minha mãe. Foi uma peça fundamental na minha formação (minha avó). Eu tinha duas escolhas, ou seguia pela área marginal também pois quem cresce neste ambiente de exclusão social, muitas vezes é a própria sociedade que nos exclui porque temos uma aparência diferente, temos cabelo assim, ou porque temos aquela cor, ou porque somos daquela etnia... Mas sempre fui educado pelos meus pais de tentar passar por cima desses obstáculos. E o meu pai foi um herói porque trouxe a minha avó para aqui, fez-lhe adaptar, num país que não era dela, pessoas que com quem ela não se identificava, estilo de vida completamente diferente, portanto são duas pessoas fundamentais, juntamente com a minha mãe de eu e os meus irmãos termos chegado onde chegamos.

Situação económica/financeira***A sua família teve alguma vez problemas de dinheiro?******SE SIM: Lembra-se da pior fase desses problemas?***

Em termos de percurso familiar, eu tenho que ser o primeiro a dizer e isto que fique bem claro que eu também só estou aqui, consegui chegar aqui a este ponto de abrir, única e exclusivamente pela ajuda dos meus pais. Esses foram fundamentais no meu percurso de formação, no meu percurso enquanto pessoa, enquanto pai de família, enquanto dono da minha casa, enquanto... toda essa disciplina eu tive com os meus pais e isso eu tenho que... mais do que o microcrédito e ANDC os meus pais investem em mim e nos meus irmãos desde sempre. Não foi fácil porque os meus pais são mesmo imigrantes, nasceram em Cabo Verde, fizeram a vida em Angola e regressaram para Portugal. Vieram pra cá antes da guerra mas o meu pai aí trabalhava também como polícia e isso houve uma parceria entre o Estado Português e o Estado de Angola (...)

Qual era a sua situação profissional antes da criação do seu próprio negócio? Estava Empregado? Desempregado? A estudar? Reformado? Ou Outra?

Até 2007 eu fui sempre Free Lancer, trabalhava em várias áreas e não conseguia ter um emprego certo com uma entidade certa porque nunca fui... Secalhar vem daí também a minha proactividade e empreendedorismo desde muito novo. Antes de sair da faculdade trabalhava como Free Lancer, continuei depois e criei ligações com entidades que até hoje ainda tenho. Trabalho no regime de Free Lancer. Este projecto foi mesmo para me dar o meu posto de trabalho. Estava como free lancer antes de criar este projecto. Ele também tem a ver com a fusão de todos os projectos que tive e tenho em mente e as várias áreas, disciplinas que este projecto união de facto faz. A união de facto vem exatamente fundir esses processos todos, essas parcerias todas com vários profissionais da área, vários know hows e pronto esse é o meu truque de estar no mercado, se eu não fazer tenho parcerias directas que conseguem fazer. Também trabalho com grandes marcas mas tenho também um projecto cá dentro de trabalhar com pessoas excluídas, sempre foi meu objectivo trabalhar com as comunidades imigrantes com o meu know how se tiver capacidade de ajudar faria com todo o gosto. Trabalho com a Batoto Yetu é um prazer com as crianças, com aquela instituição, mas gostava de ir mais além um bocado.

Tinha alguma propriedade que lhe permitisse gerar outros rendimentos além do trabalho por conta de outrem? (exemplo terreno, carro, casa arrendada etc...)***É capaz de me dizer quais eram as suas principais dificuldades? Dê-me alguns exemplos de coisa que não podia ter? (i.e. alimentação e habitação adequada, proporcionar educação adequada aos filhos...)***

É como eu lhe disse, eu para assumir esta personagem, esta posição social, os meus pais foram fundamentais nisso porque senão nada era possível e não posso dizer que tenha tido heranças ou tive... porque isso era impossível para a gente da nossa comunidade não é possível. Não sou de famílias abastadas, nunca fui, nem os meus avós eram nem os meus pais eram mas isso também levou-me a ser o que sou hoje em dia de querer um objectivo e tentar alcança-lo (...) Grandes dificuldades, principalmente, não vou mentir, isto tem de ser dito, a parte da cor é fundamental (...) é muito difícil porque para muita gente que está no mercado basta aparecer e pronto as coisas acontecem. Neste momento aqui tive uma situação há pouco tempo e foi nítida, foi a resposta directa daquilo que eu sempre defendi que, pode estar camuflado mas ele ainda existe, o preconceito de trabalhar com gente que a priori não são portugueses tem aquela cor, aquela maneira de estar, tem aquele costume, aquelas tradições e isso eu tenho que dizer é sempre um entrave. Então quem está na minha situação tem que, antes de apresentar o nosso serviço, o que fazemos, temos que passar aquela fase que é complicadíssimo que é deem uma oportunidade nem que for para eu falar, nem que seja para eu apresentar o meu projeto (...) Não tenho que provar nada a essas pessoas mas aos meus pais que o investimento deles não pode ter sido em vão.

Experiência Escolar

Até que ano andou na escola? Seus pais também chegaram a estudar? Qual foi a profissão que aprendeu? (respondido noutra pergunta)

Parte II

Investigação sobre o impacto da criação do próprio negócio nas condições de vida

Sente-se bem? Parece-lhe que podemos prosseguir?

Gostava que me falasse da sua experiencia como dono do próprio negócio.

Criação do próprio negócio

Quando e porque surgiu-lhe a ideia de criar o seu próprio negócio?

Principalmente, eu em 2008 estava inserido nesta mesma empresa que esta em parceria comigo aqui, a trytecom porque nós tivemos um atelier na parede também em que implicava loja, vendas de componentes informáticos e tínhamos uma laboratório de design de comunicação que era a minha parte. Em 2007 começamos esse projecto, em 2009 não deu para prosseguir esse projecto por n motivos. O meu sócio que hoje está comigo teve outras parcerias de sociedades que só lhe deram dor de cabeça e não correu nada muito bem mas a princípio pensamos todos que iria ser porque eram todos confiantes e convictos que eram os maiores (...)

E a sociedade que o meu sócio, eu não era sócio, era parceiro directo deles, trabalhava num departamento que eles não dominavam e sentiram necessidade de ter esse departamento. Tive lá durante 2 anos até 2009 e como já não era o primeiro projecto que tenho participado, decidi desta vez vou fazer o meu próprio projeto, com as minhas regras, com a minha disciplina, e as pessoas que eu emprego, as pessoas a quem me associo ao meu projecto terão de ser escolhidas a dedo e com percurso de vida que eu me identifico de forma a complementar o meu trabalho mesmo não trabalhando na mesma área. Porque eu trabalho com escritores, com músicos, com designers, com fotógrafos, gente que está na cultura ou não, ou na politica e isso levou-me a fazer o União de facto que é exactamente esta parceria.

Porque decidiu avançar para a sua criação? Porque não o tinha feito antes?

O mercado estava diferente, há 5 anos atrás, sentia-me bem a trabalhar como free lancer porque existia mesmo oferta de trabalho nas minhas áreas (design, fotografia, publicidade e musica), se eu não tivesse a trabalhar em design (...) Não era que havia mais emprego, havia mais trabalho, o emprego era eu que criava porque acordava trabalhando como freelancer de manha à noite, pagando as minhas contas e apresentando-me ao mercado que era fundamental nestas minhas áreas. Porque não há muita gente que o faça, era fácil encontrar trabalho para fazer mas também fácil queimar se não fizesse bem. Eu já estou nas áreas que falei há mais de 10 anos e em todas as áreas tinha que articular e posicionar com uma estratégia de angariar confiança das pessoas que procuram o meu serviço e agora já estou numa maturidade profissional em que já conhecem o meu trabalho e agora

decidi avançar para a criação do meu próprio negócio. Não é que saiba fazer tudo mas recebo os pedidos e articulo com a minha equipa e parceria para encontrar que faça.

Qual o sector de actividade?

Sector Primário (Agricultura; Pecuária; Silvicultura; Extracção mineira; Apicultura; Pesca)?

Sector Secundário (Indústria; Construção civil; Obras públicas; Fornecimento de gás, água e electricidade)?

Ou Sector Terciário (Saúde; Educação; Banca; Seguros; Transportes; Turismo)?

Outras: Artes visuais, indústria criativa, comunicações visuais. Áreas do União de Facto.

Imaginemos isto em forma de organigrama, A trytecom é que suporta todos esses serviços. A Trytecom é uma outra empresa que suporta outros projectos também como o União de Facto. Eles nos apoiam e eu apoio a eles também. Nos somos parceiros directos da Trytecom e prestamos serviços directos a eles e eles também se tiverem serviços pedem-nos para fazer. O projecto em si existe como uma empresa, a Trytecom é que nos leva a dizer que somos uma empresa. A união de facto é um conceito, está inserido numa empresa chamada trytecom. Neste momento somos 4 pessoas, em 3 áreas como disse. Há uma quarta que é uma player, em que nós posicionamos, imagina agora estamos em Angola vais lá estar e vais nos delegar as coisas que nós precisamos aqui desenvolver nas áreas das comunicações, na área do agenciamento, na área da tecnologia. A trytecom apoia com suporte físico e institucional.

Nós somos um conceito e a Trytecom é uma empresa que suporta vários tipos de conceitos. Neste momento estamos com 3 conceitos: A parte do agenciamento, a parte da tecnologia e artes. Mas não quer dizer que amanhã, não estejamos a trabalhar num projecto de energias renováveis. Imagina se alguém nos apresenta um projecto que nós em equipa nos interessam, a trytecom pode suportar. Dão suporte físico e institucional porque tem um contribuinte, facturação... e nós associamos a isso porque somos profissionais da nossa área mas somos investidores, business angels, estamos colectados na segurança social como empresário em nome individual que está a investir na trytecom mas de desenvolver um conceito que é a união de facto. Quando estava a preparar este conceito de União de facto, sabia que interessava-me estar associado à trytecom porque facilitava em muitos aspectos, a parte mais burocrática das coisas e a trytecom isso nos ajuda a tratar (a parte dos advogados, a parte das finanças, segurança social. Somos empresários em nome individual mas juntando todos criamos uma força. Todos nós estamos como empresários em nome individual só o dono da trytecom (eu também sou um dos por ser investidor) é que está registada como sociedade anónima ou por quotas se não estou em erro. (...)

Isto representa um conceito diferente de trabalho. Não o emprego com horário fixo. Este meu posto de trabalho não é tão linear como entrar às 9h00 e saíres às 6h. Pode ser ao fim de semana, feriado, às 18h ou às 3h da manha. Há esta flexibilidade por ter dizer estou preparado para isto. Eu quando vou filmar o dia começa às 3h da manha. Não é como às 9h tenho que entrar às 6h tenho que sair.

3 Conceitos

Tecnologia

A tecnologia, agente está mais focada (vou ser resumido porque não está cá o meu colega da tecnologia) na área da banca, da bolsa, desenvolve-se sistemas de informação, softwares, Hardwares, venda de componentes, redes, e todo este processo é gerido por um programador sénior que é o meu sócio que também está neste projecto que é o dono da Trytecom, mas não é dono dos conceitos inseridos na Trytecom.

Agenciamento (management)

Na parte do agenciamento nos trabalhamos com duas disciplinas: A parte do desporto. Porque este meu outro colega foi jogador profissional, também lidamos com ex-profissionais de futebol no caso de Chainho, Mário Jorge, crescemos com eles, eles trabalham também aqui, tem parcerias connosco e fazemos a parte de agenciamento de jogadores que depois ramifica neste tipo de trabalho que mostrei lá em baixo. DVD, best moments, nós preparamos um leque de informações para potencializar a venda desses jogadores sejam eles novos, naquele caso que mostrei lá em baixo é um jogador já em final de carreira mas que tem um portefólio tão grande e tão vasto precisou de um serviço, esse serviço era passar a informação analógica para a digital, aí entra a tecnologia da Trytcom, a parte de agenciamento, e a parte gráfica. Portanto a aliança entre tecnologia, management e artes é o core business da união de facto e pode ser um mundo.

Microcrédito e criação de próprio negócio

A sua actividade é financiada pelo microcrédito?

Sim. Uma das partes. Dado que já investi mais nisso.

SE SIM: Há quanto tempo?

Desde Novembro de 2011.

Financiamento

Qual o montante que lhe foi emprestado?

7200€.

Teve de prestar garantias?

Sim. Os meus pais serviram de fiador.

Nós iniciamos sem o microcrédito a fazer obras. Porque o processo era bastante demorado. Não queria ir à partida para o microcrédito mas contactei o DNA cascais mas não me interessou, Fenícia, YAPMEI.

Fiz a formação, o projecto foi à ANDC e teve parecer positivo pela confiança do formador que foi a única pessoa que me apoiou e teve um papel fundamental. Ele ouviu-me. Apresentei um projecto que

não é tão lógico assim, não é tão básico assim e aqui é muito complicado haver investidores ou entidades que digam então vamos investir naquele projecto. Estamos a falar área da comunicação, das artes, da cultura (...)

Quando o processo chegou à comissão de crédito dos bancos parou. Foi chato porque tive coordenadora depois foi despedida, depois foi de férias, depois disse que ia passar o processo para outro coordenador e (...) à dada altura senti-me muito frustrado com o microcrédito, a pessoa da ANDC que estava destinada até é uma pessoa simpática (...) O processo todo é burocrático. A ANDC de 1 a 10 dou 2. O banco de 1 a 10 dou 1. A única pessoa que passava na minha avaliação é o meu formador. Teve sessões ao sábado, domingo, sabia do meu projecto, dava-me conselhos, situar-me no mercado, a fazer pesquisa de mercado, para me dizer não vá por aqui Carlos Duarte, vá por ali e tudo o que me disse ajudou bastante (...)

O sistema em si não dou nenhum crédito. O formador foi bastante importante para mim.

Qual a taxa de juros?

Taxa de juros acho que é 3 e tal. Se formos fazer a conta no final do empréstimo não é a taxa que referi.

Fizeram-me um empréstimo em duas tranches, esses 7200... para já há uma coisa aqui que tenho que anunciar que é este projecto veio de trás e o meu projecto, o valor do meu projecto para seguir em frente, que era o inicial é muito mais caro que aquilo que me deram, muito mais, estamos a falar de 5 vezes mais. Isto é avaliado, estudado, estruturado e deu um valor que é aproximadamente 5 ou 6 vezes mais que o valor que o microcrédito me deu. Portanto o microcrédito é mesmo o microcrédito. Eu trabalho em áreas que só componentes informáticos levam o valor todo. O montante das prestações é 178 euros/180€ durante quatro anos. Para pagar até dia 9, se não tiver lá, no dia 10 já aplicam uma penalização de mais 125€. Estou a pensar ter uma reunião com eles (banco e ANDC) se vocês continuarem com esta alínea já não quero fazer este processo. Vou lhes denunciar, porque isto é uma falta de respeito porque se nós estamos aqui a arranjar um emprego a nós próprios, estamos a pedir microcrédito. Infelizmente não tenho o projecto básico que o microcrédito quer, o cabeleireiro pequeno, a mercearia, a venda de bicicletas, eu não faço isso. Eu tive que ir fazer a pesquisa de quem são os projectos que o microcrédito aposta e normalmente são aqueles os mesmos de sempre. Eu talvez, eu e os meus próximos colegas, sou talvez dos primeiros a fazer um novo mercado para o microcrédito. E o microcrédito também tem que dar hipótese. É necessário uma alteração da visão deles. Eu não tenho que estar a lidar com pessoas que tem 70 anos ou 20 de casa que pensam da mesma maneira como pensavam há 30 anos. E felizmente deram-me a capacidade de voar, de conhecer o mundo, de estar com (...) Se detectar que em termos de instituição aquilo é tudo uma farsa eu tenho é que denunciar. Tenho colegas meus que vem aqui todos os dias tem reuniões comigo a dizer Nelo diz-me qual é a vantagem de eu ir para o microcrédito. Hoje em dia não há vantagens. Há burocracia, gente que se calhar já não devia lá estar (...) Eu tive que esperar um ano e meio. Não existe inovação na cabeça deles.

O montante foi suficiente para arrancar com o negócio?

Não foi.

Qual o prazo de reembolso do empréstimo?

4 anos.

O empréstimo já foi totalmente reembolsado?

Não.

Tem tido dificuldades de reembolso?

Não tenho tido. Mas não é fácil. Porque falhei 2 dias, paguei quase o dobro. Mas ninguém vem ter para falar comigo e dizer oh Carlos detetamos aqui uma coisa você quer falar sobre isso? Vamos ver como é que podemos resolver sobre isso? Quando me deram o dinheiro falavam comigo todos os dias a dar parabéns (...) Se soubesse isso a início nunca aceitaria um contrato destes. Sei o que são juros de mora e dois dias nunca duplica quase o valor a pagar. Não tinha dinheiro mas não é porque não queria pagar (...) Depois de isto estar aberto quantas vezes já vieram aqui? O acompanhamento tem sido péssimo. Durante a fase de aprovação do empréstimo era só preencher papéis e mais papéis. Agora pensam eles, estou num naufrágio portanto deixamos ali estar (...) Eu vou pagar isso! (diz com certeza).

O microcrédito ajudou-o a ser mais autónomo? Tem conseguido realizar os seus objectivos de vida apenas trabalhando para si próprio? Consegue sentir-se reconhecido, mais capaz e auto-realizado?

Consigo mas por mim. O freelancer é isso. Não aprendi na formação do empreendedorismo imigrante e nada disso.

Considera o Microcrédito um processo demorado?

Muito moroso.

Sentiu dificuldade em aceder ao Microcrédito?

Sim muitas.

Quantos trabalhadores têm o seu negócio contando consigo?

São pessoas que decidiram por elas próprias desvincular do trabalho por conta de outrem para dar esse passo. Já temos uma certa idade e não podemos continuar a trabalhar para alguém e ganhar pouco.

Formação e acompanhamento e animação

Teve alguma formação para iniciar o negócio? Em que medida isso lhe tem ajudado na condução do seu negócio? Tem tido algum acompanhamento e apoio de profissionais ou entidades? (i.e. ANDC, associação etc.)?

A Batoto Yetu Associação Juvenil tem sido fantástica, eles fazem um óptimo trabalho e foi através deles que entrei para este processo todo. Eu fazia voluntariado na Associação e juntamente com as minhas colegas perguntei: olhe eu também posso apresentar e concorrer nisto? Disseram claro que sim. Aí explicaram-me a situação de cima a baixo, ajudaram-me fantástico. A formação e acompanhamento da Associação foi bom? Foi sim senhor, nesse aspecto foi bom.

Conte-me no geral como tem corrido a sua experiência trabalhando para si próprio? Quais as principais dificuldades? Como faz para contornar estas dificuldades?

Tem que ser criativo. Tenho que continuar a ser criativo. O ser criativo não é só fazer desenhos muito bonitos e tirar boas fotografias. Ser criativo é lidar com as pessoas e com o mercado de uma forma criativa e isso aí já são segredos e não posso dizer.

Investigação sobre factores pós-lançamento do próprio negócio: Impacto nas condições de vida

O acesso ao Microcrédito e a criação do próprio negócio melhorou a sua vida e da sua família? Em que aspectos?

Para mim melhorou... eu não posso utilizar esse termo, melhorar foi porque estou muito mais independente do ponto de vista da autonomia. Mas continuo a dizer que isto não foi graças ao microcrédito. Não posso dar esse valor ao microcrédito porque não foi por causa do microcrédito que me tornei mais independente ou consegui fazer o meu projecto. O meu projecto já era independente e já era antes do microcrédito, antes do curso empreendedorismo imigrante. Portanto a mim, mesmo o espaço físico, foi desenvolvido antes do microcrédito. Agora microcrédito foi uma certa ajuda a dada altura, claro que sim porque são quantias, que utilizo para pagar também algumas alíneas do projecto. Mas não é a tocha olímpica da coisa porque não é.

O que gostaria de fazer antes e não conseguia e com a criação do próprio negócio já consegue?

É diferente. Em termos de cliente secalhar já me encarram de uma forma diferente porque tenho um espaço físico, tenho uma equipa, tenho uma estrutura empresarial, nesse aspecto aí é obvio porque também tem a ver com uma estratégia minha. Trabalhando como freelancer eu sou o Carlos Duarte, mas trabalhando como empresário em nome individual estou inserido numa empresa e isso há uma credibilidade maior com os clientes com as empresas com quem trabalho, com os privados, com todas essas pessoas que me pedem produtos e serviços. E isso é diferente eles virem aqui e verem que estou inserido num conceito do que irem à minha casa para eu receber os pedidos em casa. Tem credibilidade diferente.

Consegue comparar em poucas palavras a sua vida antes e depois da criação do próprio negócio? Se não tivesse a oportunidade de recorrer ao Microcrédito e criar o seu próprio negócio acha que estaria desempregado?

Não estaria. Estaria como freelancer e eu sempre sobrevivi assim. Acho que o estado português, a sociedade portuguesa não sabe o que é isso. Não valoriza isso. Acham que são pessoas que fazem uns biscates que é mentira. Há pessoas que optam e assumem fazer trabalho como freelancer. É um risco. É preciso ter coragem, ser criativo, ter uma série de condições que o microcrédito não nos ensina. Isto é assumir risco... É dizer vou ter o meu espaço, os meus projectos, os meus clientes. Por mim, ninguém me arranja.

Qual o seu vencimento líquido médio mensal? Compare-o com o que ganhava antes da criação do seu próprio negócio.

Continua a ser difícil. É diferente, dá mais prazer, reconhecimento, as outras pessoas, ver a reacção delas perante o meu conceito, meu projecto, isso aí dá mais prazer. Isso é o que dá-me para estar aqui às 8 da manhã e sair daqui às 10 da noite. Não é o microcrédito, nem todo o processo até então. É a capacidade que tive de criar isto e de por em prática isto com pessoas que desde que tenho isto aberto já passaram aqui mais de 100 clientes pessoalmente. Angariados por mim.

Estratégias empresariais para negócios lançados por pessoas desfavorecidas

Agora fale-me um pouco sobre a sua vida diária como dono de um negócio.

Quantas horas trabalham por dia? Tem um horário fixo?

Eu não tenho horário fixo, normalmente o dia neste escritório começa por volta das 9h30, 10h00, e pode-se prolongar até as 2-3 da manhã. Mas a média é das 9h30 -10h até às 9h30 -10h da noite. Depende só que muitas vezes como estou a filmar fora de Lisboa (há uma semana atras tive a filmar em Sines e tive uma semana a filmar), então continuam cá os meus colegas, mas eu por exemplo estou uma semana fora daqui. Mas acaba sempre por haver trabalho durante todos os dias, fim-de-semana, feriados, esse é o meu conceito de trabalho. Não tenho o horário laboral do mercado de Portugal das 8h às 17h. Não quero ter nada disso eu quero romper é com isso. Esta é a parte mais interessante (gerir os nossos horários). Mas aprendi por mim porque não é isso que a sociedade nos ensina.

Parte da estratégia como o mercado português é não é tão grande, tive que exportar a minha ideia. Tanto que estou a trabalhar com o mercado Angolano e Brevemente quero desenvolver as minhas ideias, os meus conceitos, no mercado cabo-verdiano. Como sou descendente de caboverdianos acho que tenho muito mais valia lá e consigo ensinar muito mais lá que aqui, porque a concorrência também não é tão grande e prefiro levar o meu knowhow para lá do que estar aqui no meio de interesses pessoais, de familiares (...) não identifico mesmo nada com isto...

Quem são os seus clientes? E os fornecedores?

Muita dimensão relacional com os nossos clientes. Essa relação one to one com o cliente é fundamental e eu não sou relações publicas mas a vida de designer não é so o facto de executar o serviço ou produto é capacidade de comunicação também com o cliente. Cativá-lo de forma ganhar confiança dele. Tenho muitos clientes que já trabalho há muitos anos com eles. Descobrir outros clientes que estou a descobrir em angola outros mercados não é fácil.

Porque escolheu localizar o seu negócio aqui e não noutra sítio?

Aqui foi mesmo estratégia, eu pessoalmente trabalho na área da criação. Portanto a dada altura na minha vida tenho que ser artista, tenho que criar, tenho que produzir, tenho que executar, conceitos, isso é um designer gráfico que faz isso, não é so executar no computador e elaborar layouts. Designe

é conceber, é um cliente ter problemas na área da comunicação e eu tentar resolver esses problemas e para isso é preciso estar num ambiente isolado não tão confuso, um ambiente que me inspire, para eu também alcançar o briefing e responder a todo briefing que o cliente me exige e isso precisava ter um espaço assim porque aqui está no meio posso ter clientes em Lisboa, Cascais e em Sintra, e pra mim nenhum deles está longe. Hoje em dia com a internet meus clientes muitos estão muito longe daqui mas utilizamos email, telefone, internet, skype, é outro conceito que quem é muito conservador e quem não está aberto para estas novas visões de mercado já não devia estar empregado sequer. E isto é uma complicação tremenda porque eles com a minha idade foram lhes proposto coisas vitalícias.

Como consegue financiamento quando precisa? Tem um trabalho por conta de outrem ou só trabalha no seu próprio negócio?

O financiamento consigo não dormindo. Trabalhar mais que dormir.

E os outros elementos da sua família trabalham? Como o ajudam?

Sim é importantíssimo ter ajuda, e os meus pais nesse aspecto, eu não teria este projecto se eles não tivessem comigo até hoje. Motivam também.

Como tem conseguido fazer face à sua concorrência? Pelo baixo preço? Ou por fazer diferente e melhor? (diferenciação) Diga-me no seu entender algumas razões que levam as pessoas que o procuram a escolherem a si não os seus concorrentes. Ou é o único no ramo de actividade na sua área geográfica?

Tem a ver com um processo que estamos a estudar também que é o one to one business que pra nós é muito importante. Ou seja o contacto directo com o cliente é fundamental para um processo andar para a frente e com timings de serviços e produtos tanto de uma parte como de outra. Esta relação que nós temos, estes skills porque trabalhamos em muitas áreas e isso levou-nos a desenvolver também este projecto e tornarmos muito mais competitivos preço – qualidade secular aqui é um processo que eu não posso cobrar o mesmo preço que cobrava quando estava na empresa é um processo diferente. Não são áreas especialmente baratas de concluir. Hoje em dia temos serviços e produtos que, com toda esta conjuntura social, tecnológica, hoje em dia temos ferramentas para as coisas acontecerem melhor e mais rápido logo isso entra no nosso briefing interno de dizer nós conseguimos cobrar um preço competitivo porque fizemos uma auditoria e consultoria de mercado e sem perder dinheiro conseguimos cobrar um bocado menos, não somos os mais baratos do mercado mas também com certeza não somos os mais caros.

Enquanto profissionais está a ser muito aliciante ver as coisas a crescerem.

Presta serviço ou fornece produtos a empresas?

Contributo para desenvolvimento de Cabo Verde no regresso

Tem tido ligações com Cabo Verde? Como? Pretende regressar?

Se sim fale um pouco sobre os seus projectos no regresso. Tenciona criar seu próprio negócio?

Sim nós sonhamos investir em Cabo Verde. São as nossas origens. Acreditamos que todo esse conhecimento, estas parcerias que temos podem ser uteis e temos muito a dar a esse mercado.

Nós por exemplo temos uma formação na AERLIS sobre as potencialidades dos negócios em Cabo Verde e nós inscrevemos e vamos lá.

Muito obrigado pela sua entrevista!

Entrevista nº 2

Micro empresária» Jacinta Furtado

Estado civil: Solteira

Naturalidade: São-Tomense

Nacionalidade: Caboverdeana

Habilitações: 5º Ano de escolaridade

Negócio: Cabeleireiro

Sede: Algueirão/Mem Martins

Instituição parceira onde participou no PEI: OS CAÇAS (Mem Martins)

Início: Ano de 2009

Encerrou actividade? Não

Parte I

Investigação sobre as situações de vulnerabilidade anteriores à criação do próprio negócio

Vamos começar por conversar sobre a sua história de vida antes de lançar na criação do seu próprio negócio. Parece-lhe bem? Gostava que me contasse um pouco da sua história de vida.

Família

Onde nasceu? Fale um pouco sobre a sua infância?

Eu nasci em S. Tomé e Príncipe e cresci em Cabo Verde. Vivi lá por muito tempo e estou cá em Portugal vão fazer 10 anos. Viajei primeiro para a Holanda e tive um ano e pouco lá e vim pra cá. Comecei a trabalhar.

Condições de Vida

Gostaria agora de saber sobre a sua vida em Portugal.

Aqui não tenho muita coisa para contar.

Como surgiu a oportunidade e porque imigrou?

Eu vim para Portugal porque a minha mãe residia cá e estava doente. Vim ter com ela mas ela veio a falecer e fiquei cá.

Como começou a sua vida cá? Tinha familiares que o apoiavam?

Tinha, tinha. Os meus irmãos e minhas irmãs me apoiaram.

Quais as principais dificuldades que teve?

Principal dificuldade foi a obtenção da regularização legal mas tive uma filha e consegui obter através dela. Depois fui fazer o meu curso e estava a trabalhar no minipreço. Tenho uma amiga que me convidou para ir na escola de [Germania?] porque lá há um curso, fui com ela e consegui ajuda deles. Depois que cheguei trabalhei num cabeleireiro (sem contrato de trabalho) e depois no minipreço.

Tem filhos cá? SE SIM: que idade tem? Estavam na escola?

Tenho. Está na escola.

Foi fácil a sua integração no mercado de trabalho? Ou nunca chegou a trabalhar por outra pessoa?

Descreva-me o local onde morava. Tinha eletricidade? Água? Casa de banho (saneamento básico)?

Vivi no Catujal com a minha irmã e a casa tinha tudo, agua, luz, casa de banho. Depois aí de lá e vim (para Algueirão) viver com o meu marido numa habitação social.

Situação económica/financeira

A sua família teve alguma vez problemas de dinheiro?

Todos têm problemas de dinheiro (risos). Mas sim tive.

SE SIM: Lembra-se da pior fase desses problemas?

Graças a Deus não sofri muito porque sempre trabalhei cá. Nunca faltou trabalho.

Qual era a sua situação profissional antes da criação do seu próprio negócio? Estava Empregado? Desempregado? A estudar? Reformado? Ou Outra?

Primeiro estava a trabalhar num cabeleireiro sem contrato de trabalho e portanto não tinha nenhuma regalias pois não descontava. Depois tive a minha filha e foi possível regularizar a minha situação legal 5 anos depois de cá chegar. Depois comecei a trabalhar no minipreço. Mas depois decidi deixar o minipreço para começar o meu próprio negócio.

Porque deixou o minipreço?

Porque eu já trabalhava por minha conta própria aqui, já tinha o empréstimo já feito, acabei por pôr as coisas essenciais e comecei a trabalhar. Até agora não tenho razão de queixa. Pronto estamos numa crise e as pessoas falam disso todos os dias mas crise eu nunca fui rica, portanto sempre vive em crise. Por mim não há crise desde que todos os dias apareçam-me dinheiro para pagar as minhas despesas, para pagar outras coisas que tenho, dá para comer, etc. com isso não considero que há crise.

Tinha alguma propriedade que lhe permitisse gerar outros rendimentos além do trabalho por conta de outrem? (exemplo terreno, carro, casa arrendada etc...)

Não, não tinha.

É capaz de me dizer quais eram as suas principais dificuldades? Dê-me alguns exemplos de coisa que não podia ter? (i.e. alimentação e habitação adequada, proporcionar educação adequada aos filhos...)

Não podia ter, não lhe sei dizer francamente. O que eu gostaria de ter é o meu cabeleireiro e fiz todo o esforço para conseguir. O meu curso paguei com o meu próprio dinheiro o meu marido me ajudou. Depois disse bem agora que já tenho o meu curso, vou abrir o meu próprio negócio. Porque para ficar a trabalhar na conta dos outros...

Experiência Escolar

Até que ano andou na escola? Seus pais também chegaram a estudar? Qual foi a profissão que aprendeu?

Sim. Até o quinto ano. Sim também chegaram mas pouco. Me apoiaram com tudo, mas tive ainda nova um problema na vista e viajaram comigo para tratar e perdi aquele ano. Quando regresssei já não queria continuar a estudar e comecei a dedicar ao cabeleireiro. A profissão que aprendi desde sempre foi cabeleireiro (20 e tal anos).

Parte II

Investigação sobre o impacto da criação do próprio negócio nas condições de vida

Sente-se bem? Parece-lhe que podemos prosseguir?

Gostava que me falasse da sua experiencia como dono do próprio negócio.

Criação do próprio negócio

Quando e porque surgiu-lhe a ideia de criar o seu próprio negócio?

Estava a trabalhar e senti um pouco humilhada por causa das pessoas. Por isso meti na cabeça uma coisa: Eu sei trabalhar (como cabeleireira), dediquei por mim mesmo e não aprendi com ninguém e disse bem vou lutar e abrir o meu próprio negócio. Por isso que quando fui à formação fiz de tudo para ver se consigo abrir o meu negócio.

Porque decidiu avançar para a sua criação? Porque não o tinha feito antes?

Porque antes não tinha residência legal em Portugal. Foi mais por isso. O financiamento podia não ser a principal dificuldade porque os meus irmãos e irmãs podiam ajudar-me. Mas vendo que não tinha capacidade de colocar tudo que precisava o financiamento foi importante e ajudou-me nesse aspecto a começar.

Qual o sector de actividade?

Sector Terciário - Cabeleireiro (serviços) – manicuri, pedicuri, tiçagem e corte cabelo homem é unissexo.

Microcrédito e criação de próprio negócio

A sua actividade é financiada pelo microcrédito?

Sim

SE SIM: Há quanto tempo?

Foi desde 2009.

Financiamento

Qual o montante que lhe foi emprestado?

7000 euros.

Teve de prestar garantias?

Minha irmã serviu-me de fiadora.

Qual a taxa de juros?

Só vendo isso no contrato.

O montante foi suficiente para arrancar com o negócio?

Deu para começar sim. Depois tive necessidade por mais algumas coisas.

Qual o prazo de reembolso do empréstimo?

4 anos.

O empréstimo já foi totalmente reembolsado?

Não ainda falta.

Tem tido dificuldades de reembolso?

160 e tal, 141 etc. É 164, 161. Não até agora não tenho tido dificuldades a pagar o empréstimo.

O microcrédito ajudou-o a ser mais autónomo? Tem conseguido realizar os seus objectivos de vida apenas trabalhando para si próprio? Consegue sentir-se reconhecido, mais capaz e auto-realizado?

Claro! Deu-me toda a força. Sinto-me realizada, mais capaz, trabalho para mim própria.

Considera o Microcrédito um processo demorado?

Não demorou muito depois de ter feito a formação para ter acesso ao crédito. Terminei a formação no mês de Agosto/Setembro e o empréstimo chegou no mês de Novembro. Deram 3 meses de isenção (período de carência) e comecei a pagar em Fevereiro comecei a pagar e até agora está tudo a correr bem. Porque também desde que abri aqui, estou a investir a pagar ainda não tenho lucro... Estou a por as coisas que faltam e também já gastei muito no Alvará e ainda não foi possível obter. Isso está a afectar um pouco.

Sentiu dificuldade em aceder ao Microcrédito?

Não.

Quantos trabalhadores têm o seu negócio contando consigo?

É assim não estão declarados. Mas é uma forma de ajudá-los neste momento. Tenho a minha prima... [isso também faz parte da sua estratégia nas suas redes familiares...]

Consigno até por uma pessoa para trabalhar comigo e cumprir com as obrigações legais (pagar descontos etc.) só que neste momento estou impossibilitado por ainda não ter o alvará. Por isso só eu é que desconto. São 3 pessoas e comigo 4.

Formação e acompanhamento e animação

Teve alguma formação para iniciar o negócio?

Sim tive a formação “como criar o seu próprio negócio” por uma Associação (No âmbito do PEI).

Em que medida isso lhe tem ajudado na condução do seu negócio?

A formação me orientou muito em termos do trabalho. Porque é assim eu trabalhava por trabalhar mas não sabia e não tinha aprendido como é que uma pessoa pode gerir o seu próprio negócio e a formação me ensinou muito isso.

Tem tido algum acompanhamento e apoio de profissionais ou entidades? (i.e. ANDC, associação etc.)?

Sim tem-me acompanhado. E tem sido importante.

Conte-me no geral como tem corrido a sua experiencia trabalhando para si próprio?

Sinto bem. Sei dirigir as minhas coisas (diz orgulhosa).

Quais as principais dificuldades?

Como faz para contornar estas dificuldades?

Sim não tem sido fácil, mas eu viro-me. De uma forma ou outra. Se tem poucas pessoas a tratar dos cabelos, tenho produtos de cabelo que posso vender. Como aplico tiçagem, tranças, se não faço uma coisa estou a fazer outra por isso viro-me. E financeiramente só tenho este sitio.

Investigação sobre factores pós-lançamento do próprio negócio: Impacto nas condições de vida

O acesso ao Microcrédito e a criação do próprio negócio melhorou a sua vida e da sua família? Se sim, Em que aspectos?

Sim melhorou a nossa vida. Olha não trabalho pra ninguém, tenho um filho que está a estudar eu é que dou de tudo. Está na faculdade. Tenho mais uma com 6 anos também que está estudar e que sou eu que dou tudo. O que me deixa mais feliz ainda é que estou a dar ao meu filho o curso que ele precisa e queria. E acredito que se tivesse a trabalhar por conta de outrem secalhar não conseguir garantir nada disso. Sinceramente estou sem ordenado nenhum mas não mas preocupo desde que estou a conseguir pagar a alimentação, pagar as minhas despesas...

O que gostaria de fazer antes e não conseguia e com a criação do próprio negócio já consegue?

Queria tirar a carta de condução e não conseguia e agora já consigo (financeiramente e em termos de gestão de horários).

Consegue comparar em poucas palavras a sua vida antes e depois da criação do próprio negócio?

Agora é tudo diferente. Mudou tudo. Sinto melhor, tenho mais autonomia, rendimentos também, ajudo os meus filhos, a minha família (algumas que passam dificuldades). Aperto o cinto e ajudo.

Se não tivesse a oportunidade de recorrer ao Microcrédito e criar o seu próprio negócio acha que estaria desempregado?

Não até porque abandonei o trabalho para trabalhar por minha conta.

Qual o seu vencimento líquido médio mensal? Compare-o com o que ganhava antes da criação do seu próprio negócio.

Sinceramente não tenho uma estimativa e não tenho um ordenado fixo. Estou a pagar as coisas ainda.

Estratégias empresariais para negócios lançados por pessoas desfavorecidas

Agora fale-me um pouco sobre a sua vida diária como dono de um negócio.

Quantas horas trabalha por dia? Tem um horário fixo?

Trabalho todos os dias. Trabalho das 9h30 às 20h00. Abro mais cedo, fecho mais tarde quando houver necessidade, por exemplo quando há uma festa, as pessoas querem despachar de manhã. Já cheguei a abrir às 6h00 da manhã. Assim compenso porque pode haver dias que não consiga nada. Além disso eu de vez em quando viajo para trabalhar fora para cobrir aqui.

Quem são os seus clientes? E os fornecedores?

Tenho muitos clientes. Tenho muitas amigas, familiares, etc.

Fornecedor é um armazém. Compro tudo lá e a pronto.

Porque escolheu localizar o seu negócio aqui e não noutra sítio?

Porque vivo cá. Aqui que tenho meus clientes, antes já tinha trabalhado 6 anos aqui. Tenho amigos familiares aqui mas também da margem sul, Lisboa. Aqueles que me conhecem e são meus amigos vêm também procurar o serviço.

Como consegue financiamento quando precisa? Tem um trabalho por conta de outrem ou só trabalha no seu próprio negócio?

E os outros elementos da sua família trabalham? Como o ajudam?

Não só tenho trabalhado por minha conta própria. Quando preciso de algum financiamento não vou ao banco. A minha família me empresta. Banco só fui uma vez. Pagando este empréstimo, fico com a minha propriedade e trabalho por minha conta.

Como tem conseguido fazer face à sua concorrência? Pelo baixo preço? Ou por fazer diferente e melhor? (diferenciação)

Preços são iguais. Mas de vez em quando faço uma promoção. Sempre tiro 1€/2€ ou 0,50€ aos meus clientes fixos depende dos clientes. Por isso que tenho os meus clientes. Graças a deus tenho muitos clientes.

Diga-me no seu entender algumas razões que levam as pessoas que o procuram a escolherem a si não os seus concorrentes. Ou é o único no ramo de actividade na sua área geográfica?

Não porque é assim vêm pela simpatia e também a qualidade do trabalho da pessoa. Eu quando pego numa coisa aqui sei o que estou a fazer porque amo o que faço. Há pessoas que trabalham por necessidade e há pessoas que trabalham por ter necessidade mas também tem amor no que fazem. Como eu, a minha profissão fui eu que escolhi, tenho amor nele, gosto de arranjar o cabelo, gosto de mexer no cabelo, tenho todo o amor nele, por isso que pego uma pessoa qualquer e trato-lhe uma vez só o cabelo e ela fica comigo porque gosta.

Contributo para desenvolvimento de Cabo Verde no regresso

Tem tido ligações com Cabo Verde? Como?

Sim.

Se regressar vou abrir o meu próprio negócio. Acho que nunca mais consigo trabalhar para alguém. Lá tenho os meus próprios clientes também. Já trabalhei lá como cabeleireira também e sempre que falo com as pessoas pedem-me para regressar.